UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

MIRIAM CRISTINA FERNANDES BAILO MORATO

O Reflexo do cotidiano nas Crônicas de Raul Pompéia
Um olhar sobre a Crônica Jornalística-Literária

São Paulo

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

O Reflexo do cotidiano nas Crônicas de Raul Pompéia
Um olhar sobre a Crônica Jornalística-Literária

Miriam Cristina Fernandes Bailo Morato

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para a obtenção de título de Mestre em Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. José Alcides Ribeiro

São Paulo

2010

Dedico o presente trabalho aos meus filhos, Nathália, Gilberto, Gustavo e Nicole, que são o maior tesouro que possuo; à pequena Helena, que ainda não veio a este mundo, mas desde já nos enche os corações de alegria; aos meus pais aos quais devo a honestidade de lutar por uma vida digna; e a Deus que sempre esteve e está ao meu lado.

“Matar o sonho é matarmo-nos. É mutilar a nossa alma. O sonho é o que temos de realmente nosso, de impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso”.

(Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela força nas horas mais difíceis desta longa jornada,

Ao meu orientador, Prof. José Alcides, pelo seu empenho e paciência,

A Francisco Sérgio Bergamini, pelo apoio e dedicação sempre,

À minha amiga Darcila Bozoni, que gentilmente fez a revisão bibliográfica,

A José Gilberto Maganha, pela colaboração e compreensão.

Gestos de carinho, atenção e delicadeza fizeram-me perceber quanto algumas pessoas foram especiais na forma de ser e como foram bem-vindas as suas ações.

Muito obrigada!

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	13
1 CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX E O PAPEL DA IMPRENSA	25
1.1 Breve biografia de Raul Pompéia.....	28
1.2 História do jornalismo brasileiro e o papel da imprensa no século XIX	32
2 O JORNALISMO E A LITERATURA	37
2.1 A crônica e sua tipologia	37
2.2 Características da crônica.....	44
2.3 A crônica jornalística: opinativa-interpretativa	47
2.4 A linguagem literária da crônica jornalística	56
2.5 A metacrônica em Pompéia	59
3 NÍVEL RETÓRICO E ESTILÍSTICO DA LINGUAGEM DAS CRÔNICAS DE POMPÉIA.....	63
4 AS CRÔNICAS DE POMPÉIA E SEU ENGAJAMENTO SOCIAL	69
CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
ANEXOS	105

RESUMO

Este trabalho acadêmico pretende demonstrar que a produção cronística de Raul Pompéia está centrada em uma relação da linguagem jornalística com a literária, com imbricações entre essas duas vertentes. A metáfora é de um serpentear que desliza entre as mesmas. O subjetivismo de Pompéia campeia tanto em uma ética jornalística compromissada com a transformação e aprimoramento da sociedade. O *corpus* selecionado para demonstrar o objetivo acima são as crônicas jornalísticas desse autor, publicadas no jornal “O Estado de São Paulo”, no período de 1890 a 1893 e compiladas por Afrânio Coutinho no vol VIII, Crônicas 3, das páginas 39 a 317. Desse *corpus* foram selecionadas 06 delas. A esse recorte, em alguns momentos, foram acrescentados excertos de outras crônicas, a medida do necessário para fazer a demonstração do que se pretendia. Alguns teóricos básicos foram selecionados para sedimentar cientificamente essas idéias: Teun A. van Dijk, Gonzalo Martin Vivaldi, Vitor Manuel de Aguiar e Silva, Emil Staiger, entre outros. Percebeu-se que Pompéia adiantava alguns conceitos do *newsmaking* (*gatekeeper* e *agenda setting*). Além disso, as marcas de enunciação dessas crônicas evidenciaram uma preocupação do autor com o público leitor em busca de um *feedback*. Assim sendo, percebeu-se a importância desse estudo para o jornalismo, a crônica jornalística, a literatura do séc. XIX, entre outros.

Palavras-chave: crônicas, jornalismo, literatura, metacrônica, cotidiano.

ABSTRACT

This project work intends to show that the production of chronicles of Raul Pompéia is centered between on a relationship of the journalism language with literary , with overlaps between both. The metaphor is a snake that glides between them. The subjectivism of Pompéia is a rife in both a journalistic ethics committed to the transformation and improvement of society. The *corpus* selected to demonstrate the objectives above are the journalistic chronicles of this author, publicated in the daily “O Estado de São Paulo” , in the period 1890 to 1893 and compiled by Afrânio Coutinho, in vol VIII, Crônicas 3, pages 39 to 317. This *corpus* has been selected 06 of them. In this clip, at times, were added excerpts of other chronicles , to the extent necessaru to make a demonstration of what was intended. Some of basic theoretical sediment were selected for these scientific ideas.: Teun A. van Dijk, Gonzalo Martin Vivaldi, Vitor Manuel de Aguiar e Silva, Emil Staiger, among others. It was noticed that Pompéia preents some concepts of newsmaking (gatekeeper and agenda setting). Moreover, the marks of enunciation of these chronicles showed a concern of the author with his readers in search of feedback. Therefore, realized the imprtance of this study for journalism, journalistic chronicle, the literature of century XIX, among others.

Keywords: chronicles, journalism, literature, “metachronicle”, daily life

PRÓLOGO: Onde tudo começou...

A Vergonha da Bandeira¹

“É noite. Sobe aos ares a lua em crescente... branca e medrosa. A atmosfera estremece a umas vibrações quase insensíveis. Dorme o oceano na sonolência da calmaria, e o céu, de uma serenidade tocante, mira-se como que sorrindo nas ondulações demoradas que ora se lhe alteiam no dorso ora baixam, como se sonhasse com tempestades. O luar solta nas águas cobrinhas de prata e do céu algumas estrelas vivazes espiam-nas...

O que é aquele objeto negro que flutua pelas ondas, vagaroso, pesado?... Um féretro a boiar? Não, é um navio. O que leva? A morte? Não, o cativoiro... Ali vai... Esguios sobem os mastros do convés e as velas pendem das vergas em longas dobras, imitando a ramagem chorosa dos ciprestes. Parece uma necrópole... Mas não! Há sombras vagueando... Serão espectros? Não; é uma tripulação. Em tudo a cor dos antros. As velas são negras, negros os mastros, negra a tripulação... O navio negro! No meio do convés há um ponto onde como que se coagulam as trevas. Ponto escuro na escuridão. Rasga-se qual a boca de uma sepultura. É uma escotilha. Não é a boca de uma cova, porque foi vivo quem passou por ela. É a porta do inferno. Entrando por aí, cai-se na escravidão.

¹ VERSOS Escolhidos. Raul Pompéia. *A vergonha da bandeira*, 26 jan. 2007. Disponível em:< <http://versosescolhidos.blogspot.com/2007/01/vergonha-da-bandeira-noite.html>>. Acesso em: 20nov. 2009.

De dentro sai um rumor... Se os cadáveres falassem, falaria assim. O porão ecoa, repercutindo a algazarra lúgubre. São gritos, gemidos, gargalhadas... Um concerto infernal, regido pelo desespero. E tudo nas trevas. A lua quer entrar pela abertura. Os raios se apagam na entrada. O abismo repele a claridade. Esse porão é um abismo. Não pode haver luz no túmulo. Esse porão é um tumulto de vivos. De repente à escoltilha aparece uma coisa. É uma cabeça, são umas espáduas, uns braços... um corpo.

Horrível! Os olhos não tem luz; a cara é preta, desmaiando para amarelo; as comissuras da boca estão arregaçadas; uns dentes brancos, pontudos, entremostam-se cerrados. A boca profere uma blasfêmia tácita: nos lábios a ironia, nos dentes a raiva. O corpo cai para um lado, pesadamente flácido. um dos espectros que vagueavam chega-se. Ri-se. Agarra o cadáver. Ri-se... os punhos estão mordidos, as artérias rotas...

Fonte: Versos Escolhidos (2007).

À popa do navio há um reboição medonho. Umas formas escamosas, longas, brilham à lua, serpeando num turbilhão de espuma... É a festa dos tubarões. E o navio

avança vagaroso, tétrico. Vai para a América. Transporta escravos... Vil barcaça carregando a vergonha de uma ação! Por sobre essa imundície há alguma coisa. Enruga-se. Parece querer fugir ao clarão da lua. Estreita-se. Quer com certeza passar despercebida... O que é? Vejamos. É um pano sujo? Não; é uma bandeira. O barco representa uma pirâmide de infâmia. O vértice é a bandeira.

Confrange-te, coração patriota, ante esta fotopintura do passado... Aquela bandeira era o emblema predestinado do Brasil. Estranhas oscilações das coisas do mundo! Aquele farrapo, tão pequeno, que abrigava o negreiro, foi depois tão grande que amortalhou falanges de heróis. Dir-se-iam que não tinham fé no futuro os que o emprestaram ao negreiro. Embora. Num emblema não se escarra. Foi o que fizeram.... Profanaram. Os bravos de Riachuelo e Tuiuti tentaram disfarçar a profanação. Moribundos, beijavam a bandeira. Em vão.

Crivaram-na de estrelas, mas a mancha ficou. As estrelas não eliminam a noite. Para um mal como a noite, só um remédio como o sol. Sobre a bandeira nacional está a noite da vergonha: a mancha da profanação. É esta a sua melancolia até nos momentos de júbilo. Quando raiar a aurora da desafronta é que o pendão auriverde há de expandir-se. Apagai da história o romance lúgubre da escravidão, que lhes ide escrevendo à margem. E apagá-lo-eis, parando porque quem para no atentado está arrependido, e às águas salutareis do arrependimento nada resiste”.

Todo grande escritor é, antes de tudo, um grande leitor. Ao ler o texto acima, percebe-se como Pompéia foi leitor de Castro Alves, e influenciado

tematicamente por ele, com seus poemas sobre a escravatura. O ápice da produção de Castro Alves são os poemas conhecidos como “Vozes da África” e “Navio Negreiro”. Esse texto de Raul Pompéia foi escrito precocemente, aos dezessete anos de idade.. Nessas linhas vislumbra-se a formação do estilo de Pompéia, o engajamento social e político desse autor, precocemente manifestado, solidificando seu ponto de vista , que não mais mudaria no escritor jornalista-cronista, o que fez ser conhecido como um escravagista obstinado, dos maiores que a campanha do Abolicionismo acolheu.

Raul Pompéia (1863-1895) conheceu Castro Alves (1847-1871) praticamente nos bancos escolares. O primeiro conviveu com o sucesso dos poemas do segundo. Seu estilo é até mesmo seu vocabulário estão contaminados pela influência dessas leituras. Assim, também, Pompéia passou a se servir dos temas do cotidiano para escrever seus textos, partindo do factual para exercer a sua capacidade de manipular, com destreza, a língua portuguesa. A foto ao lado de Raul Pompéia foi retirada do site acima citado (ver nota de referência)

Fonte: Versos Escolhidos (2007).

INTRODUÇÃO

Este trabalho acadêmico, primordialmente, se propõe a demonstrar que a produção cronística de Raul Pompéia é influenciada pela sua profissão de jornalista e literato com ampla interatividade das linguagens entre estes dois campos. Por vezes, nota-se que seu texto prima por uma elaboração refinada da linguagem, procurando produzir um objeto estético; por outras, percebe-se que a preocupação desse autor era tratar os conteúdos das últimas notícias veiculadas, a fim de opinar sobre o tema em questão.

Essas crônicas abordam os seguintes temas: abolição da escravatura, política (corrupção), imigração, finanças e saneamento público. Note-se que são temas que vigem por séculos, mas encontram determinadas nuances em certos momentos históricos e tomam, naquele instante, uma importância mais acentuada que em outras épocas, quando, então eles podem cair até no esquecimento.

É preciso notar ainda que essas crônicas foram escolhidas por trazerem em si algumas reflexões sobre o próprio ato de produção de crônicas, para Raul Pompéia. Não há material melhor para o crítico definir crônica e ter em mãos uma maneira segura de entender determinado produto literário, senão pelo “já dito” do cronista em seus textos, sobre esse ato de produção. Assim, entende-se que suas crônicas podem funcionar como metacrônicas, como veremos adiante.

A crítica sobre as crônicas de Raul Pompéia é rarefeita, embora encontrados alguns estudos sobre a crônica, sua tipologia, sua literariedade. Muitos estudiosos, ainda consideram a crônica como gênero menor.

Tratando das crônicas machadianas, por exemplo, Luiz Costa Lima (2002, p. 327) inicia o ensaio “Machado: Mestre de Capoeira” com a seguinte afirmação: “A

crônica é reconhecidamente um gênero menor”. Essa visão é neo-clássica, no espírito de Boileu² do século XVIII francês. Após os estudos de R. Jakobson tratando das funções da linguagem; de Bakhtin³ tratando do signo ideológico e social; e Lotman⁴, um dos fundadores da escola de estudos literários dos formalistas russos, essa idéia de que a crônica é um gênero menor, não se sustenta mais.

Afirmção de mesma natureza é feita por Antônio Candido (1992, p. 13-22)⁵ logo no primeiro parágrafo do ensaio “A vida ao rés-do-chão”, embora, ele busque reduzir o impacto da assertiva, explicando que isso é bom, pois deixa o texto próximo, íntimo do leitor.

Segundo Coutinho (1982, p. 21) a crônica assumiu o teor artístico com o predomínio do parnasianismo. Seguindo essa linha, mas também se aliando ao simbolismo, Raul Pompéia que entre suas atividades no jornal, incluía escrever crônicas. Foi acusado de sofrer influência francesa, o que era comum aqui no Brasil naquela época e que não foi o único escritor influenciado pelos preceitos franceses. Muitas vezes, isso acontecia de forma indireta, com escritores portugueses que

² BOILEAU-Despréaux, Nicolas (1636-1711) era crítico e poeta francês. Sua poesia imitava os clássicos, objetivava a verdade e inspirava seus textos em assuntos reais e despreza os livros considerados estúpidos por ele, que eram os de temas banais. Um crítico de Boileau ridicularizava seu aspecto rígido.

³ BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich (1895-1975), era lingüista e uma de suas obras mais conhecida é *Marxismo e Filosofia da linguagem* (1929), onde ele trata do símbolo como objeto ideológico. Assim, ele ultrapassou o conceito de lingüística como ciência do signo em si e cria uma “trans-lingüística”, onde coloca os conceitos de dialogismo, polifonia e heteroglossia e o carnavalesco na obra literária.

⁴ LOTMAN, Yuri M. pertence à escola de Tartu e foi um dos fundadores do formalismo russo, Lotman constrói seu conceito de tradução que se resume no fato de que uma informação forma um sistema cultural. Assim uma estrutura é traduzida em signos que existe a disposição do sujeito dentro da sua realidade e da sua experiência, acrescentando uma nova experiência fruto da vivência com as informações novas, vindas de fora. Portanto, ele dá importância ao relacional entre o signo e o seu usuário.

⁵ CÂNDIDO, Antônio *et al*, *A vida ao rés-do-chão*, in *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.

colaboravam regularmente com jornais daqui do Brasil, como é o caso de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, que contagiaram com seus estilos a crônica brasileira.

As duas escolas parnasianismo e simbolismo aplicaram características diferentes na produção cronística: a primeira primava pelo rigor da forma; já a segunda pelo caráter de subjetividade dado à divagação do fato. As crônicas de Pompéia, talvez pela própria personalidade controversa desse autor supera os meandros desse limite. Pode ser encontrada características do naturalismo, ora apresenta nuances do impressionismo, ora do expressionismo, como será demonstrado mais adiante.

A linguagem literária é caracterizada por sua plurissignificação, cuja base é a conotação, isto é, a palavra adquire sentido mais geral que se pode atribuir a ela, além da sua significação própria; é utilizada muitas vezes com sentido diferente daquele que é comum; é carregada de emoção e sons. Encontramos essa linguagem nas crônicas, nos contos, nos romances, peças teatrais.

Já a linguagem jornalística utiliza-se das palavras em seu sentido comum, é basicamente informativa, ou seja, não produz emoção ao leitor.

Assim, os temas de suas crônicas são dados pelos acontecimentos do cotidiano que foram noticiados e ganharam repercussão entre os leitores do jornal. Pompéia coloca-se como um leitor privilegiado que vai se servir das notícias dadas com objetividade e clareza pelo jornal e nelas colocar sua visão pessoal. Se a notícia informativa deve primar pela neutralidade máxima quanto à intervenção do jornalista no relato do fato, Pompéia vai se servir da crônica para impor no noticiado seu ponto de vista e assim transformar o tema que primava pela objetividade em subjetividade.

Se o princípio da notícia do jornal é que o fato quase se narre por si mesmo, a crônica, por sua vez, permite essa intromissão, e, desse modo, nota-se a presença do narrador opinando sobre o que está servindo de comentários dos leitores do jornal, como se ele fosse um desses leitores.

No entanto, ele se destaca desses leitores pelo seu poder de trabalhar a linguagem e, assim, suas crônicas passam a ter uma identidade com os cânones das escolas literárias da sua época. São crônicas eivadas de aliterações, assonâncias, ambigüidades, jogos rítmicos, metáforas, metonímias, alegorias, entre outros modos de provocar estranhamento, próprios do fazer lírico-poético, mas que são avessos à própria notícia que necessita de uma linguagem simples, que permita uma leitura imediata e de fácil entendimento.

Afastando-se daquele olhar “brejeiro” que, na feliz expressão de Antônio Cândido (1992, p. 13-22), vê “a vida ao rés-do-chão”, considerando a tipologia de crônicas elaborada por Afrânio Coutinho (1981)⁶, podemos afirmar que Raul Pompéia escrevia conjugando informação e comentário crítico, o que era uma inovação em seu tempo.

A busca pela compreensão das obras de Raul Pompéia torna capaz a identificação nelas da visão de mundo do autor que o orienta ao uso da linguagem e a malha dos conflitos que animaram e afligiram a sociedade brasileira no final do século XIX.

O autor representou os ideais de sua época, o estilo de vida e da literatura em nosso país. Lutou contra a desigualdade social, a corrupção

⁶ As obras de Raul Pompéia foram reunidas e publicadas em dez volumes por iniciativa de Afrânio e de Eduardo Coutinho. Os nove primeiros volumes foram editados pela Editora Civilização Brasileira em conjunto com a Oficina Literária Afrânio Coutinho (OLAC) durante os anos de 1981 e 1982. O último volume não apresenta data e foi editado pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis juntamente com a OLAC.

encontrada em setores públicos, a escravidão, através do uso da palavra, e muitas vezes utilizando a ironia, para combater o que achava injusto, em um momento em que a sociedade brasileira passava por uma transformação política, econômica, religiosa, e social que tornaria o povo brasileiro menos apático, mais ativo nas revoluções sócio-culturais ocorridos no seio da nossa sociedade.

Como era comum entre os homens de letras da Belle Époque, Raul Pompéia, além de romancista, exercia o ofício de cronista, publicando seus trabalhos em importantes jornais, tanto da cidade do Rio de Janeiro como em São Paulo, além de Belo Horizonte e outras.

Suas crônicas eram ligadas ao cotidiano, aos valores éticos e políticos do autor, tratando das questões do dia-a-dia em diversas áreas: política, social, financeira e com assuntos bem diversos como: crítica literária, imigração, república, carnaval, crime passionai, etc. - com um intuito bastante pragmático: informar e formar opiniões.

As crônicas de Raul Pompéia são longas, privilegiam o comentário crítico sobre os fatos relatados e apresenta uma linguagem bastante rebuscada e “opulenta” em seu léxico, característica essa oriunda da sua vertente literária.

Se a notícia tem uma preocupação com a novidade, já que o jornalista procura sempre ser o primeiro a dar a informação, por isso ele escreve sob pressão do tempo, o cronista não deixa também de ter certo compromisso com o jornal, em termos de tempo de entrega do produto à redação. No entanto, o cronista não está afeito a pautas, nem a lides, podendo, portanto, ter alguns temas de preferência e ter certo tempo para pensar sobre eles.

O que importa ao cronista é preencher sempre o espaço dedicado ao seu fazer no jornal em questão. Ele pode ter várias crônicas elaboradas antes e

guardadas em uma gaveta para serem publicadas oportunamente, como, por exemplo, tratar de temas mais gerais, como a violência ou a ética. Ele pode generalizar a problemática, como pode partir de um factual para fazê-lo. Pompéia parece estar mais atento ao factual, sem deixar, porém, de tratar também de problemas mais gerais.

O *corpus* ora escolhido para essa pesquisa é constituído de 05 crônicas aqui anexadas, de autoria de Raul Pompéia, porém para ilustrar melhor, em algum momento, utilizou-se excertos de outras crônicas que fazem parte do mesmo volume. Crônicas essas, publicadas em “O Estado de São Paulo”, no período de 1890 e 1893. Busca-se nelas levantar as visões desse autor sobre o fazer do jornalista daquela época.

Será encetada uma varredura sobre essas mesmas crônicas, na procura de uma espécie de metalinguagem que, por certo, vai nos dar uma visão do que Pompéia entendia sobre o ato de produzir crônicas. Quer-se, ainda, nesse trabalho, analisar o discurso, o uso dos recursos estilísticos, os aspectos ligados aos elementos de persuasão, a linguagem e o subjetivismo encontrados em seus textos aliados com o contexto no qual sua produção é alicerçada.

As crônicas aqui mencionadas, de autoria de Raul Pompéia, encontram-se no vol. VIII, Crônicas 3, o qual faz parte da compilação feita por Afrânio Coutinho, de toda a obra de Raul Pompéia, dividida em 10 volumes, sendo o vol. VIII, publicado em 1983.

Esse *corpus* também tem a finalidade, ainda, dar ênfase, enquanto objeto de estudo, ao lado cronístico de Raul Pompéia, relegado a certo esquecimento, ou melhor, a um segundo plano pela crítica literária, que o considera mais como romancista, dando a conhecer seu grande texto que é “O Ateneu”. Quem produziu

essa obra prima da literatura brasileira, por certo, vai empregar certas técnicas de trabalhar a linguagem também em suas crônicas e poesias.

A metodologia a ser usada será buscar na leitura dessas crônicas, subsídios para demonstrar como Pompéia as construía. Elas servirão, como já foi dito, como metacrônicas, pois elas nos serão utilizadas como um instrumento de busca imanente, não no sentido religioso de encontrar Deus dentro de si, mas com o significado de algo que está contido no interior dos textos lidos, como sendo pistas a serem desvendadas pela análise; de como esse autor atuava para confeccionar seus produtos e publicá-los no jornal.

Se faz necessário definir brevemente os conceitos de texto, contexto, tema, crônica e retórica que nortearão esse estudo para a análise das crônicas aqui selecionados.

Texto é uma unidade básica de organização e transmissão de idéias, conceitos e informações, de modo geral, gerado pela competência de um usuário idealizado e todo o texto está inserido dentro de um contexto. A palavra vem do latim *textus*, com a idéia de tecer. Por isso o texto forma uma unidade estrutural, gerada pela competência da linguagem, formando um todo de significação, que pode ser interpretado por outro usuário. Na verdade, um texto não é simplesmente um conjunto de palavras, formando frases, mas sim, um tecido formado por uma seleção paradigmática de elementos, e uma combinatória sintagmática, como veremos mais adiante. Não há texto sem contexto e as marcas desse contexto estão dadas no próprio texto, portanto, o texto jamais existiria como uma peça isolada, nem seria o produto de uma manifestação de um falante competente, se não houvesse um “já dito” anterior e histórico que lhe servisse de fundamento.

Quanto ao contexto, genericamente, podemos dizer que é o conjunto de condições externas à língua e necessários para a produção, recepção e interpretação de texto e interação, pois o sentido não está no texto, mas surge da interação entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte. Para Dijk (1990, p. 45) ⁷

“As dimensões textuais dão conta das estruturas do discurso em diferentes níveis de descrição. As dimensões contextuais relacionam estas descrições estruturais com diferentes propriedades do contexto, como os processos cognitivos e as representações ou fatores sócio-culturais”.

Ao tema, podemos conceituar como palavras ou expressões que não correspondem a algo existente no mundo natural, mas a elementos que organizam, categorizam, ordenam a realidade percebida pelos sentidos. É a representação de coisas, ações e qualidades encontradas no mundo natural, e, portanto, perceptíveis pelos sentidos.

A crônica, segundo Sodré; Ferrari (1986)⁸, é um meio-termo entre jornalismo e literatura. Por conseguinte, é um texto literário que se aproveita de um fato atual para transmiti-lo, de acordo com seu enfoque pessoal, utilizando-se da linguagem literária.

Por último, a retórica é a técnica ou a arte, como preferem alguns, de convencer o interlocutor através do discurso verbal bem como também, do discurso escrito ou mesmo visual, com a finalidade de convencer que o emissor da mensagem está correto no seu ponto de vista.

Para esse estudo será utilizado o método de análise textual imanente, como sendo a leitura das nuances a serem desvendadas pela análise, advindas de um *corpus* de crônicas de Pompéia, selecionadas de antemão. Como quase todas

⁷ VAN DIJK, T. A. *La noticia como discurso: Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona. Ediciones Paidós, 1990.

⁸ SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnicas da reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

as crônicas jornalísticas da época eram vistas com certo preconceito por tratarem de temas menores, elas estão eivadas de jocosidade, ironia, sátira, como será demonstrado nos capítulos adiante.

O método imanente deve ser visto como um ato de análise de estratégia de reflexão a partir do lançamento de hipóteses e ao mesmo tempo, de identificação ou associação com idéias ou modelos já existentes de análise. Nesse processo dialético haverá certa interdisciplinaridade entre as teorias jornalística e literária. O *corpus* a ser analisado de modo imanente, por certo, vai mostrar continuidades e rupturas do estilo e subjetividade do autor e, até mesmo, de certas antecipações como os conceitos do *newsmaking*, como *gatekeeper* e *agenda setting*.

Integrar-se-á ao estudo, a teoria sobre os gêneros literários e suas categorias de Silva (1983), que em sua obra “Teoria da Literatura” encontra-se a citação da definição, que melhor se adapte a esse trabalho, dada por Staiger⁹ (1997), em sua obra *Grundbegriffe der Poetik* (Conceitos Fundamentais da Poética), na qual mostrou o caminho seguro no estudo dos gêneros literários: na sua essência a obra pode ser lírica, épica e dramática.

A própria realidade do ser humano fundamenta a existência dessa tripartição, pois “os conceitos do lírico, do épico e do dramático são termos da ciência literária para representar possibilidades fundamentais da existência em geral; e existe uma lírica, uma épica e uma dramática porque as esferas do emocional, do intuitivo e do lógico constituem finalmente a própria essência do homem”.

Staiger (1997, p.185) vale-se da noção substantiva e a noção adjetiva para formular a moderna teoria dos gêneros literários. Segundo o autor, os substantivos a épica, a lírica e o drama são terminologias utilizadas para enquadrar

⁹ STAIGER, Emil. *Conceitos Fundamentais da Poética*. 3. ed. São Paulo: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

uma obra em um ramo segundo suas características formais. Já os adjetivos lírico, épico e dramático são termos que designam as qualidades das quais uma obra pode ou não participar. Designa, desse modo, a essência, os fenômenos estilísticos do lírico, do épico e do dramático. Ele diz na página 15:

“...não vamos de antemão concluir que possa existir uma parte alguma obra que seja puramente lírica, épica ou dramática (...) qualquer obra autêntica participa em diferentes graus e modos dos três gêneros literários, e de que essa diferença de participação vai explicar a grande multiplicidade de tipos já realizados historicamente”.

Staiger (1997, p.185), “caracteriza o lírico como recordação, o épico como observação e o dramático como expectativa. Tais caracteres distintivos connexionam-se obviamente como a tridimensionalidade do tempo existencial: a recordação implica o passado, a observação situa-se no presente, a expectativa no futuro.”

Silva (1990, p.14)¹⁰ discute os conceitos de literatura e literariedade. O autor menciona que a literatura não se constitui numa herança, mas “apresenta-se [...] como um ininterrupto processo histórico de produção de novos textos”. Durante muito tempo, o conceito da literatura foi muito contraditório, pois se acreditava na inviabilidade de se estabelecer algo referencial. O autor expõe a problemática de tentar enquadrar obras literárias produzidas durante muitos séculos:

Será abordado ainda, o nível retórico, estilístico e a focalização encontrados nas crônicas aqui escolhidas para esse estudo, e nesse caso, utilizaremos a divisão de Van Dijk (1990)¹¹ no tocante à compreensão da estrutura e produção da informação em nível retórico e estilístico, já que será defendido que as crônicas de Raul Pompéia possuem não só elementos jornalísticos mas também nuances literárias.

¹⁰ SILVA, Vitor Manuel de Aguiar. *Teoria da Literatura*. v. 1. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

¹¹ VAN DIJK Teun A. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*, Espanha: Ediciones Paidós, 1990.

Segundo Van Dijk (1990, p.123), a retórica está relacionada com o modo que o produtor do texto oral ou escrito utiliza-se das palavras e construções para dizer as coisas com a finalidade da persuasão. A seleção de estilos indica a classe do discurso adequada para uma situação particular ou aos pressupostos dos antecedentes ideológicos. A retórica não vem ditada pelo contexto. Pode-se utilizá-la livremente, se o que se pretende é tornar a mensagem mais acessível ou que o leitor construa uma representação textual e um modelo situacional segundo a intenção do escritor.

Com isso, procurar-se-á entender a realidade construída através do texto cronístico, a partir da análise que relacione os níveis textuais com as práticas sociais e ideológicas encontradas naquela época e sociedade.

As crônicas aqui selecionadas abordam temas recorrentes à época.

Nota-se que são temas inerentes à problemática humana, mesmo retratando problemas e fatos do séc. XIX, pode-se traçar uma linearidade com a época atual, pois determinadas nuances em certos momentos históricos, tomam uma importância mais acentuada e acabam vigentes por um tempo mais longo, perdendo sua fugacidade e atravessando os anos e até mesmo por séculos.

Por certo, ele considera um público alvo do jornal que não era o mesmo que lia seus poemas e seus textos literários. A premissa aventada aqui é que ele se identifica com um leitor maduro e com consciência crítica do que se tornou notícia no jornal para, a partir desse princípio, agir como se fosse um crítico dos acontecimentos noticiados por esse veículo de informação..

Assim, sendo, no primeiro capítulo será tratado do momento histórico em que viveu Raul Pompéia, bem como da imprensa jornalística do final do século XIX, mais precisamente das três últimas décadas; décadas essas marcadas por

profundas mudanças que refletiram sobremaneira na nação brasileira e as quais o autor Raul Pompéia não só as presenciou como também as vivenciou.

No segundo capítulo, tratar-se-á sobre as definições de crônica e sua mobilidade entre o jornalismo e a literatura e bem como também a tipologia das crônicas aqui apresentadas, de Raul Pompéia, classificadas como crônicas opinativas.

No terceiro, far-se-á a análise da linguagem nas crônicas de Raul Pompéia o nível retórico, estilístico e a focalização encontrados nas crônicas aqui escolhidas para esse estudo, utilizando-se da divisão proposta por Van Dijk (1990)¹² na análise à compreensão da estrutura e produção da informação nos níveis retórico e estilístico.

O quarto capítulo apresentará conceitos modernos do jornalismo e como Raul Pompéia foi um precursor do *newsmaking*, relacionando excertos de suas crônicas com os conceitos de *gatekeeper* e agenda *setting*.

¹² VAN DIJK Teun A. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y produccion de la información*, Espanha: Ediciones Paidós, 1990

1 CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX E O PAPEL DA IMPRENSA

“(...) somente o Jornalismo é capaz de ler a realidade a partir dos fatos que emergem da superfície do cotidiano, de modo a retirá-los do simples patamar do senso comum, para recolocá-los no plano da análise e, conseqüentemente, transformá-los em matéria prima da história e da ciência. O Jornalismo não é uma ciência enquanto aparato, estrutura, objetos, métodos, experimentação e validação de resultados. Mas pode-se dizer que o Jornalismo é, sim, este campo de mediação que é capaz de oferecer aos historiadores e aos cientistas uma produção, cuja singularidade visivelmente descolou-se do banal, para constituir-se em significância, no mínimo, signos indiciais, vetores apontando para algo que o simples senso comum não é capaz de perceber, ou se percebe, necessita de um segundo plano de significação, aquele do enquadramento da realidade enquanto notícia”. (MARTINS, 2005)¹³

Sabe-se que a veia jornalística de Raul Pompéia e a visão que ele possuía sobre o trabalho do cronista-jornalista era muito peculiar, pois ligava-se a sua visão da literatura como trabalho da palavra. O objetivo desse capítulo é resgatar o lado de cronista-jornalista de Raul Pompéia e a importância da imprensa no Brasil do século XIX, em todo o processo de ebulição social, econômica e política que o país atravessava. Sabe-se que o Brasil passava por profundas transformações, em diversas áreas e Raul Pompéia presenciou e vivenciou intensamente as principais mudanças.

Essas três últimas décadas do século XIX encerraram um período atribulado de intensas mudanças e contradições em vários segmentos: político, com o fim do império houve a criação de novos partidos políticos; social, entre muitas outras, a abolição dos escravos e a vinda de imigrantes de várias partes do mundo, acarretando a apropriação de novas culturas pelo nosso povo; urbano, que com o

¹³ MARTINS, Luiz. *Imprensa e democracia: Jornalismo e o sopro da utopia*. Observatório da Imprensa. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=331AZL001>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

aumento da população em algumas cidades havia a necessidade de infra-estrutura mínima, como saneamento, moradia, etc.

O momento vivido era de profunda comoção, principalmente na Corte. Havia a divisão de opiniões do povo brasileiro em várias questões: deveríamos ter um presidente civil ou militar; a imigração deveria ser incentivada ou não, o que ela teria para acrescentar ao nosso país que valesse a pena esse incentivo, ou quais os danos que poderia causar em nossa nação; a abolição dos escravos realmente seria um marco em nosso progresso ou fim da nossa economia, fundamentada na agricultura, etc.

O reflexo dessa divisão foi presenciado nos textos que circulavam na época e atribuíram aspectos importantes para a compreensão desses textos na imprensa, pois abriu espaço para o debate em público, dilatando os horizontes teóricos e ideológicos constituídos no Brasil.

O Rio de Janeiro, por exemplo, era uma cidade de contrastes, heterogênea. De um lado, mansões e palacetes, de outros bairros miseráveis. Na rua do Ouvidor podiam-se encontrar as últimas novidades de Paris, mas a febre amarela e a varíola periodicamente dizimavam a população pobre. Nos palacetes de Laranjeiras falava-se francês nas noites de gala, enquanto próximo ali, nos cortiços, a fome e a miséria faziam estragos na população.

Nessa época encontramos a pirâmide social marcada pela profunda diferenciação social: no topo, o senhor de engenho (cana-de-açúcar) ou fazendeiro (café) com muito poder político e econômico. Logo abaixo, os funcionários públicos e trabalhadores livres e por último, os escravos.

Na década de 60, as fazendas de cana-de-açúcar davam sinais de decadência; o fim do tráfico negreiro e a campanha abolicionista criaram dificuldades

quanto à mão-de-obra. As fazendas de café expandiram-se para Minas Gerais e São Paulo, além do Rio de Janeiro. O principal produto de exportação, então, passou a ser o café.

A escravidão é mantida mesmo após a independência do Brasil, porém na década de 80, esse modelo de exploração de mão-de-obra, passou a ser obstáculo às idéias de progresso e civilização, que circulavam pelo país, sendo então, veementemente combatida.

A abolição da escravatura no Brasil foi parte de um movimento social, mas também resultado da ação de homens de imprensa, que se engajaram no movimento abolicionista, contribuindo para que as mudanças ocorressem celeremente, rompendo com o modelo do conservadorismo. Esse engajamento proporcionou uma vasta mobilização popular, unindo os intelectuais, as entidades antiescravistas, parlamentares e grupos sociais que não dependiam da mão-de-obra escrava.

Em 13 de maio de 1888, o Império cedeu às manifestações libertárias e eliminou o escravismo. Começava aí a preocupação com a construção de uma nova nação, com a reforma agrária, a imigração e a reintegração dos ex-cativos à sociedade.

Já na década de 90, o país voltou-se para outro momento: a luta pela consolidação da República. Instituído o novo regime, os republicanos dividiam-se entre a sucessão militar do Marechal Floriano Peixoto, que defendia um posicionamento mais rígido, em virtude da fragilidade e insegurança, vividas naquele momento, e uma possível candidatura de uma autoridade civil. A sociedade viu-se em meio a discussões e intrigas, as quais só terminaram após o luto dos florianistas e a possibilidade de posse do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes.

1.1 Breve biografia de Raul Pompéia

“Ao jornal *A Notícia*, e ao Brasil, declaro que sou um homem de honra”.
(Raul Pompéia)

A partir de uma rápida pincelada em sua biografia, será possível compreender seu posicionamento claramente assumido e demonstrado em suas crônicas, mesmo que fosse contrário aos anseios da classe dominante em diversos assuntos como: a república, a escravidão, a imigração, os usos e costumes da sua época, etc.

Como era comum entre os homens de letras em nossa Belle Époque, Raul Pompéia, além de romancista, exercia o ofício de cronista, publicando seus trabalhos em importantes jornais, tanto da cidade do Rio de Janeiro como em São Paulo, além de Belo Horizonte e outras. Foi autor de muitas crônicas e contos, publicados em periódicos importantes de sua época, como *O Estado de São Paulo*, *O Farol*, de Minas Gerais, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio*, entre outros.

Teve uma vida curta, pois nasceu em 1863 e suicidou-se em 1895, porém a mesma foi marcada pelas principais transformações ocorridas em nossa sociedade, durante o apogeu e o fim do Segundo Reinado, com a implantação da República.

Nascido em Jacuecanga, no Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1863, passou grande parte da sua vida no mesmo Estado, lugar onde iniciou seus estudos, completando o curso secundário.

Mais tarde foi para São Paulo para fazer faculdade. Chega a ser reprovado em seu terceiro ano, na faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na qual se matriculara em 1881, por questões políticas. Parte para o Recife, onde

conclui o curso de Direito. De volta ao Rio de Janeiro, atua como jornalista e nos momentos de folga escreve “O Ateneu”.

Mesmo sendo bacharel em Direito, exerceu a profissão de jornalista por quase toda a vida. Praticou um jornalismo combativo, lúcido, idealista e, sobretudo corajoso, servindo da imprensa para expor suas idéias sem se curvar aos anseios contrários aos seus ideais. Isso lhe custou um grande número de ferrenhos rivais.

Combateu a escravidão, tornando-se um abolicionista de alta patente, o que lhe custou inúmeras inimizades. Decretada a abolição, em que se empenhara, passou a dedicar-se à campanha favorável à implantação da República. Em 1889, colaborou em “A Rua”, de Pardal Mallet, e no “Jornal do Commercio”. Proclamada a República, foi nomeado professor de mitologia da Escola de Belas Artes e, logo a seguir, diretor da Biblioteca Nacional. No jornalismo, revelou-se um florianista exaltado, em oposição a intelectuais do seu grupo, como Pardal Mallet e Olavo Bilac.

Era sensível, porém nervoso e ciumento das coisas que escrevia. Se atacado pela crítica, respondia que podia ser “mau, mas era dele” aquele escrito.

Como o romance “O Ateneu” (1888) foi considerado sua obra prima, suas crônicas foram relegadas a um segundo plano, tornando-se uma espécie de gênero menor desse autor, para alguns críticos. Por certo, esse fato se deu em detrimento ao primor do seu romance. No entanto, um mergulho crítico nessas mesmas crônicas vai demonstrar ao leitor atento como o mesmo tinha uma preocupação muito especial pela linguagem de suas crônicas.

A maior parte de suas crônicas foi publicada apenas nos jornais em que trabalhou. Escreveu além da sua obra mestra “O Ateneu” (1888), “Canções sem Metro” (póstuma, 1900) e “As Jóias da Coroa” (póstuma 1962). Nessa última,

Pompéia nos mostra um traço satírico e de crítica ácida das autoridades da sua época. Seu alvo predileto era a monarquia.

Escreveu também “Uma Tragédia no Amazonas”, que segundo o próprio Pompéia, era um ensaio literário sem grandes pretensões e cheio de concessões românticas. O tal ensaio tinha até um final trágico como convinha a um bom escritor romântico.

Em seu “Canções sem Metro”, o que se vê é um autor muito cheio de recursos. O livro tem três fases de composição. A intermediária, Microscópios, de contos minúsculos, rapidíssimos. Uma espécie de preparação para os atualíssimos micro-contos de Dalton Trevisan.

Pompéia repartiu com Machado de Assis a pena memorialista e a sutil observação moral.

Raul Pompéia foi um florianista convicto. Quando da morte de Floriano, todos sabiam que Pompéia faria um discurso violento no cemitério, exaltando o morto.

A expectativa para o discurso de Pompéia era tal que amedrontou até o chefe máximo do país. No dia do velório, o então presidente da República Prudente de Moraes, ao perceber que Pompéia começaria a meter a boca em meio mundo, abandonou o local antes que escritor pudesse iniciar seu inflamado discurso.

Como Pompéia tinha muitos e poderosos inimigos, sua fala foi recebida com inúmeras críticas. Foi demitido da direção da Biblioteca Nacional. Rompeu relações com vários amigos. Luis Murat, um de seus críticos ferrenhos, publicou no dia seguinte ao enterro, um artigo com o título “Um Louco no Cemitério”. O artigo insultava Pompéia, que tentou replicar a ofensa com duas cartas escritas para o jornal *A Notícia*, porém, como as respostas do autor de *O Ateneu* não foram

publicadas, Pompéia se viu ofendido publicamente sem a chance de defesa. Fato que o entristeceu sobremaneira.

Desmoralizado, Raul Pompéia retirou-se para sua residência, onde sua mãe e sua irmã procuraram animá-lo. Na véspera de Natal de 1895, o grande escritor traçou algumas linhas nas quais dizia: “ao jornal A Notícia, e ao Brasil, declaro que sou um homem de honra”.

No dia seguinte, Natal, o autor suicidou-se com um tiro de revólver.

Se buscarmos compreender as obras de Raul Pompéia, seremos capazes de identificar nelas a visão de mundo do autor, que o orienta ao uso da linguagem e a malha dos conflitos que animaram e afligiram a sociedade brasileira no final do século XIX.

Sua linguagem sempre fora esmerada. Sua potencialidade artística no trato da língua portuguesa construiu figuras de linguagem de rara beleza estética, como veremos neste trabalho. Nossa intenção, porém, foi levantar a sua metalinguagem, quando ele tenta definir o papel do cronista da época dirigindo-se a um público-alvo definido, diferente do público leitor do romance.

Nesse momento de extravasar a visão de mundo, o autor Raul Pompéia alia todo seu conhecimento da técnica literária, para bem trabalhar suas idéias e a forma de expô-las para não só informar, mas também o de formar a opinião de seus leitores.

Nosso intento, portanto, foi ler praticamente todas as suas principais crônicas, selecionar um *corpus* e compilá-las. Depois, tratamos de levantar as definições que o próprio Raul Pompéia menciona em crônicas de sua autoria quanto ao mister de cronista.

Trata-se de um instante especial do próprio jornalismo brasileiro em que o literato e o cronista de jornal praticamente se fundem e confundem. No entanto, as diferenças de produção, veiculação e recepção desses mesmos textos são evidentes. Por serem veiculados em suportes diferentes livros e página de jornal; com formatos diferentes; com público alvo diferentes; com espaços delimitados para a escritura também diferentes; com liberdades diferentes de tempo de produção entre outros fatores, vão demonstrar como essas preocupações estão delineadas nas crônicas de Pompéia.

1.2 História do jornalismo brasileiro e o papel da imprensa no século XIX

“ A imprensa (séc. XIX) impunha-se como uma vigorosa forma de retórica, seja em reforço de tribunas já existentes, seja ela própria como palco. O pensamento político é marcante em suas páginas, não apenas como reflexo de idéias já definidas, mas como espaço de produção de concepções de vertentes variadas: Absolutismos, liberalismos, positivismos, jacobinismos, socialismos, capitalismo – sejam utópicos ou pragmáticos, libertários ou repressores. As idiosincrasias pessoais mesclam-se a referências mais ordenadas. A imprensa é um espaço de progresso, liberdade, razão e reflexão, mas também de coerção, controle, conservadorismo e manipulação.

Esta imprensa, plural e complexa, integra diferentes comércios e relações de poder: anúncios, imigração, agricultura, indústria, os pontos de contato com a escravidão e os primeiros movimentos reivindicatórios dos trabalhadores manuais dos prelos.

Parece-me simplista querer desenhar um etapismo e assinalar fases políticas sucedidas por outras informativas, culturais ou econômicas na trajetória dos órgãos impressos. A imprensa ao longo do século XIX sempre foi marcada por embates políticos, poderes econômicos e criações culturais em suas formas as mais diversas e desde o início buscou maneiras de se modernizar, que mudavam com o tempo, as técnicas de imprimir e redigir e os interesses em jogo. A modernização da imprensa não é uma prerrogativa do século XX, se levarmos em conta a polissemia das concepções de modernidade” (MOREL, 2005).¹⁴

Cabe também conhecer um pouco da história do jornalismo no Brasil.

¹⁴ MOREL, Marco. *A imprensa periódica no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 2005. Disponível em: <[http://www.afnf.com.br/Ucam/ComunicacaoMassa25\(imprensa19\).doc](http://www.afnf.com.br/Ucam/ComunicacaoMassa25(imprensa19).doc)>. Acesso em: 09 set. 2008.

Essa caminhada será iniciada traçando breves pinceladas sobre o jornalismo nos finais do séc. XIX, no Brasil. Para tanto, hoje podemos conceituar que a imprensa é o meio de comunicação de massa constituído por publicações periódicas, cujo objetivo primeiro é informar um factual que seja de profunda relevância para uma comunidade de leitores.

No seu início, não havia praticamente a profissão de jornalista. É sabido, que, esse ofício era dominado por pessoas que se interessavam em escrever e que, por acaso, passavam a escrever para um jornal e assim ele se filiava ao mesmo, como escritor. Eram comuns os casos de entregadores de jornal que aos poucos passavam a redigir e publicar seus textos

A Imprensa Régia, fundada no Rio de Janeiro em 1808, deu início à imprensa escrita no país. O primeiro periódico brasileiro, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, tinha a função de divulgar toda a informação oficial emanada do Poder Real. Os periódicos produzidos pela iniciativa privada apareceram mais tarde.

Embora o período imperial tenha sido considerado estável, o mesmo não ocorria em outros setores da vida política; não se pode esquecer das crises ocasionadas pelo jornalismo de pasquim. A liberdade de imprensa, tão discutida, não excluía a lentidão e as conseqüências de sua implantação tardia, cuja transmissão à distância era inexistente. O cabo submarino somente foi utilizado a partir de 1850, viabilizando, assim, a comunicação com o exterior, enquanto internamente, o correio interligava algumas cidades brasileiras. Em 1825, a primeira linha interna fazia o percurso de dez em dez dias, entre as cidades de Sorocaba, São Paulo, Jundiaí, São Carlos e Itu. A imprensa periódica no Brasil não tinha boa penetração no interior, pela falta de listas de assinantes. Algumas inovações se inseriam nos jornais devido ao uso da caricatura, mas predominava a literatura.

Entre 1850 e 1859 existiam, no Rio de Janeiro, três tipografias: a conhecida Dois de Dezembro, a pertencente a Antônio Lousada Antunes e a Imperial.

Até o final do século XIX, a imprensa periódica se desenvolveu lentamente, e a venda avulsa dos jornais deixou de ser realizada nas oficinas. Os jornais, mesmo servindo aos adversários, irmanavam-se na difusão da ideologia voltada para o progresso. Surgiram as empresas jornalísticas, substituindo, nos maiores centros urbanos, o jornalismo artesanal. Os jornais essencialmente opinativos propunham novos modelos editoriais cuja ênfase era para o artigo de fundo, o editorial, enquanto os diários apregoavam uma suposta neutralidade e compromisso com a verdade. O aspecto documental foi priorizado, e passaram a ser utilizadas a ilustração e a fotografia.

Entretanto, a opinião, introduzida pelo editorial, não se misturava às colunas informativas.

Os jornais surgiam e desapareciam com facilidade, alguns sumiam após poucas edições. A estrutura deles, muitas vezes, resumia-se a uma folha única, impressa frente e verso..

Nos primeiros jornais, que circularam no país, havia total predominância de noticiários, conduzindo e mantendo a política do Império, destacando a vida na Corte, as celebrações palacianas, a literatura, as artes e amenidades, já que havia a censura oficial, vigente até o fim do reinado de D. Pedro I

Um pouco mais adiante os avanços industriais chegaram à impressão do jornal, modernizando-a, aumentando a sua tiragem, facilitando sua distribuição e reduzindo o valor, tornando mais acessível aos burgueses e aos novos alfabetizados.

Por intermédio das publicações periódicas, os intelectuais puderam exercer suas funções, como formadores de opinião. Nos jornais e nas revistas, nos *magazines* de luxo, a atuação deles era intensa, através dos editoriais, das crônicas, das poesias, dos folhetins.

Com isso jornal supriu uma lacuna na formação de opinião; passou a se preocupar em proporcionar debates, até mais do que com as notícias, fortalecendo a formação do público leitor; os cronistas comentavam os acontecimentos e expunham seus pontos de vistas sobre os fatos, levando o leitor a refletir sobre o aspecto apontado.

O Brasil começava a viver tempos de mudança. A vitória da burguesia e do capitalismo no mundo repercutia dentro de nossa sociedade. O país procurava-se igualar às nações civilizadas e, portanto, copiava todo o gosto europeu. Recebeu influências e alguns atrativos de sucesso na França, como o “*feuilleton*” (do francês, folha de livro), que chegou aqui e foi moldado para a nossa realidade, com o nome de “folhetim”. O Folhetim ¹⁵ é uma narrativa seriada dentro dos gêneros prosa de ficção e romance. Possui duas características essenciais: quanto ao formato, é publicada de forma parcial e sequenciada em periódicos (jornais e revistas); quanto ao conteúdo, apresenta narrativa ágil, profusão de eventos e ganchos intencionalmente voltados para prender a atenção do leitor. Dessa maneira, suas páginas continham novelas, conversas e amenidades, divulgadas nos rodapés das páginas de jornais.

O processo de aculturação e recebimento da influência estrangeira, mexeu consideravelmente com os escritores, pois viram a imprensa como espaço de manifestação e abertura literária.

¹⁵ Folhetim. Wikipedia: a enciclopédia livre. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Folhetim>>. Acesso em: 05 de jan. 2009.

Segundo Sodré, (1999, p. 292)¹⁶: “os homens buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar, um pouco de dinheiro, se fosse possível”.

Isso facilitou o processo de assimilação da literatura, que nesse momento passa a ser consumida, não só pela aristocracia através de livros, mas também pela forma de colunas em jornal, principalmente com os romances em capítulos, tornando-se populares entre outras classes sociais.

A mercantilização da imprensa passou a ser inevitável. Em busca de lucro implantou-se a publicidade. Surgiram os pontos de vendas, bancas e jornaleiros.

Já no final do século XIX, a imprensa brasileira fortalece-se, não só como entretenimento, mas também como combativa e engajada, com seus artigos, manifestos, notícias, crônicas, efetivando-se com o seu poder e importância frente a sociedade brasileira, e levando ao leitor um leque de assuntos para que fossem refletidos.

16 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

2 O JORNALISMO E A LITERATURA

“A ficção ajudou meu jornalismo, porque deu a ele valor literário. O jornalismo ajudou minha ficção, porque me manteve em relação íntima com a realidade”.

(García Márquez)

Os jornais precisam renovar sua pauta de assuntos para ganhar cada vez mais a empatia do leitor. A fórmula ideal é surpreender os leitores com informações que eles desconhecem e que são úteis para sua própria vida diária. O jornal, no entanto, precisa não esquecer do lado humanístico do factual e abordar temas que tragam profundo mergulho nas problemáticas existenciais do homem. Assim sendo, o jornal precisa tanto da informação, quanto da emoção; o primeiro leva o homem a uma pragmática de vida; o segundo a um modo em que a sensibilidade está acima da razão. Esses dois pólos fundamentais do jornal estão nitidamente presentes nas crônicas de Raul Pompéia como veremos neste capítulo.

2.1 A crônica e sua tipologia

“Aliar a subjetividade da criação literária com a objetividade do jornalismo parece ser um método muito utilizado por cronistas atentos ao estilo e à agudeza das observações. O tom de superficialidade que o gênero exige a variedade de assuntos sobre os quais o cronista é obrigado a escrever faz com que a crônica tenha o fato como matéria prima para captar e tematizar as entrelinhas da vida cotidiana. No entanto, outros aspectos se destacam. A crônica é um texto ligeiro, rabiscado depois da leitura do jornal. Em grande medida, o cronista toma algum assunto – sério ou trivial – e o transforma em tema de discussão. Neste ponto, a crônica pode ser política, trágica, irônica, humorística – muito em moda nos dias de hoje –, ou seja, o cronista pode fazer uso de diferentes tropos de linguagem para dar sentido ao tema que elegeu para discussão”. (SCHNEIDER, 2004).¹⁷

17 SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano?* Temas & Matizes, n. 6, segundo semestre 2004. Disponível em: <http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2009.

Chronos ou *Khronos*, na mitologia grega era a personificação do tempo. Havia duas palavras para os gregos determinarem o tempo: *chronos* referente ao tempo cronológico, ou seqüencial que podia ser medido; *kairos* era um tempo indeterminado, no qual algo especial acontecia, e que, em Teologia era “o tempo de Deus”. *Chronos* surgiu no princípio dos tempos formado por si mesmo. Era um ser incorpóreo e serpentino, possuindo três cabeças: uma de um homem, outra de touro e outra de leão. Uniu-se a sua companheira— a inevitável, em uma espiral em volta do ovo primogênito, separando-o, formando então o Universo ordenado com a Terra, o mar e o céu.

Os antigos gregos tomaram *Chronos* como criador do tempo e de tudo o que existe e pudesse ser relatado, já que é impossível fugir do tempo e todos seriam mais cedo ou mais tarde, vencidos ou devorados por ele. Essa idéia de crônica, desde a antiguidade clássica até a sua acepção atual, moderna tem o sentido de relato de fatos históricos ou não.

A palavra crônica está, intrinsecamente, ligada à noção de fatos acontecidos no tempo, a começar pelo seu significado etimológico definido por Moisés (1978, p. 245)¹⁸ : "do grego *Chronikós*, relativo a tempo (*chrónos*), pelo latim *chronica*, o vocábulo "crônica" designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em seqüência cronológica"

Conforme Coutinho¹⁹ (1982, p. 14) a crônica já era utilizada em Roma, na época de Augusto sendo o exemplo mais notório o dos *Fasti Consulares* ou *Capitolini*. Na Idade Média, o gênero foi largamente utilizado, tanto em prosa quanto em verso, tendo como exemplos dessa época obras que se tornaram importantes

¹⁸ MOISÉS, Massaud. *A criação literária*: prosa. v. 1. São Paulo: Cultrix, 1978.

¹⁹ COUTINHO, Afrânio (Org.), *Raul Pompéia Obras Crônicas I*, vol. VI, Civilização Brasil OLAC.

fontes para a historiografia moderna como: as de *Gilde*, *Bede*, *Nenio*, até *Froissart* e a escola de *St. Denis* do século XIII.

No séc. XV o fato relevante quanto à crônica foi o relato de fatos verídicos e nobres, tidos e apresentados, segundo a ordem de sucessão no tempo. Os primeiros cronistas portugueses que se destacaram foram, além de Fernão Lopes, que sem dúvida continua sendo o de maior relevo entre eles, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, Vasco de Lucena, Duarte Galvão, Garcia de Rezende. Algumas obras mais citadas que temos dessa época são: “Chronica del Rei D. João” (1443), a “Chronica d’El-Rei D. Pedro I”, a “Chronica do Rei D. Fernando”, entre outras.

Embora se tenha a carta de Caminha como uma crônica que serviu de certidão de nascimento para o Brasil, há indícios de outros documentos anteriores, de espanhóis como Vicente Yáñez Pinzón, que visitou a costa brasileira antes da chegada da esquadra de Cabral, ao Brasil, no período provável de 20 a 26 de janeiro de 1500, conforme artigo da Revista do Instituto do Ceará (2009).²⁰. As crônicas do século XVI encerraram a primeira fase da evolução da crônica como gênero histórico, em que muito se deve às viagens marítimas exploratórias de outros continentes, feitas por espanhóis, portugueses e até italianos e também os diários de navegação. Principalmente na Europa, essa crônica considerada de gênero histórico tornar-se-ia literária, e que no Brasil ganhou notoriedade apenas no século XIX, com os cronistas-jornalistas.

A história da crônica literária–jornalística no Brasil está ligada ao projeto de formação de uma literatura brasileira no século XIX, com o domínio literário do

20 D’OLIVEIRA, Guarino Alves. Vicente Yáñez Pinzón: 470 anos depois do descobrimento do Brasil pelos espanhóis. Ensaio crítico baseado na Carta de Navegar de Juan de La Cosa, e nos tomos VII e VIII dos Pleitos de Cólón. Disponível em <http://www.institutodoceara.org.br/rev-apresentacao>. Acesso em: 15 out. 2009.

consumismo burguês, para isso a crônica foi incorporada aos hábitos da imprensa brasileira. João Roberto Faria (1995, p. 11), no Prefácio de Crônicas Escolhidas de José de Alencar explica que:

“Naqueles tempos a crônica chamava-se Folhetim e não tinha as características que tem hoje. Era um texto mais longo, publicado geralmente aos domingos, no rodapé da primeira página do jornal, e seu primeiro objetivo era comentar e passar em revista os principais fatos da semana, fossem eles alegres ou tristes, sérios ou banais, econômicos ou políticos, sociais ou culturais. O resultado, para dar um exemplo, é que num único folhetim podiam estar, lado a lado, notícias sobre a Guerra da Criméia, uma apreciação do espetáculo lírico que acabara de estrear, críticas à especulações na bolsa e a descrição de um baile no Cassino.”

Qualquer leitor pode perceber como as crônicas de Raul Pompéia têm intensa relação com o que foi dito por João Roberto Faria. As crônicas jornalísticas de Pompéia são literárias porque também possuem “uma forma de conhecimento de meandros sutis de nossa realidade de nossa história...”(ARRIGUCCI, 1987)²¹. Em sua crônica de 19 de dezembro, Pompéia (1891, p. 146) fez referência a dois modos de percepção da crônica, já que ele entendia que nela há um lado emotivo e outro reflexivo:

“(...) tanta é a força que a precipitação dos fatos pede que nos despendam as faculdades, tanto se vai consumindo, hoje em dia de cérebro, para meditar a vertigem dos sucessos, e de coração para agüentar-lhes as emoções”.

Nota-se ainda, quanto à linguagem das crônicas de Pompéia, certos excertos de descrição de modo fotográfico, impressionista, valorizando a informação; mas pode ser também expressionista, quando o cronista passa a

²¹ARRIGUCCI Jr, Davi.”*Fragmentos sobre a crônica*”. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 maio 1987

deformar a paisagem com sua subjetividade. Nos excertos abaixo será exemplificado o que foi dito::

“Eis a expressão sumária das lutas entre federais e castilhistas, nas fronteiras do sul. (...) O simples fato de que o território estrangeiro lhes dá abrigo, quartel fora a expressão mais justa; sendo-lhes permitido, com caráter de membros de sociedades de ginástica e esgrima, exercitarem-se em manobras e manejos de armas que todos sabem a que se destinam, indica tudo de modo terminante.” (idem, pp. 280-281)

Trata-se de uma descrição de fatos sem grandes intervenções autorais, com adjetivação sóbria e rara intervenção subjetiva do cronista.

No exemplo a seguir, o subjetivo está em intensa atividade, chegando a antropomorfizar os dois rios mais importantes de ambos os países, simbolizando a união política (“vão correr de mãos dadas campo afora”). A adjetivação dada a esses dois rios, também são expressionistas: eles não serão mais simples rios, mas cada um por seu “lado pesado e macambúzio”; “como dous mitos fluviais da vertigem do industrialismo ovante!”

“O chim vai-nos carregar pelo rabicho, para o império celeste da prosperidade! A estagnação de estímulos sociais, que fez cessar a evolução do curiosíssimo povo asiático, como uma sociedade que chegou ao seu cúmulo, vai-se transformar para nós em repentina caudal de ímpetos para a frente; e em pouco não haverá represas de indolência e morosidade tímida, que nos detenham, de cambulhadas com esses ímpetos no caminho em rampa, senão positivamente a pique do progresso! O Yang-Tsi-Kiang, e o Amazonas, distraídos da geografia para a economia política, vão correr agora de mãos dadas campo afora, não mais como simples rios, cada um por seu lado pesado e macambúzio, mas como dous mitos fluviais da vertigem do industrialismo ovante!” (idem, p. 254)

Muitos cronistas da época de Pompéia também foram escritores de romance de folhetim, como José de Alencar, Machado de Assis. Essa simbiose de gêneros só vai se definir mais claramente no século XX. Assim por exemplo, em um artigo já citado de Antônio Cândido “A vida ao rés-do-chão”, ele afirma que na crônica:

“Tudo é vida, tudo é motivo de experiência e reflexão, ou simplesmente de divertimento, de esquecimento momentâneo de nós mesmos a troco do sonho ou da piada que nos transporta ao mundo da imaginação. Para voltarmos mais maduros à vida...”

McLuhan (1967, p. 21-37)²² parte de uma tese central de que o meio é a mensagem. Para esse comunicólogo o canal de passagem do conteúdo não é mero meio de transmissão da mensagem, mas sim um elemento determinante da mesma. Para ele, uma mensagem proferida oralmente ou por escrito, transmitida pelo rádio ou pela televisão, põe em jogo, em cada caso, diferentes estruturas perceptivas, desencadeando diferentes mecanismos de compreensão, ganhando diferentes contornos e tonalidades, em limites nem sempre semelhantes, já, que, os diferentes suportes exigem diferentes linguagens, adquirindo, assim, diferentes formas e significados. O autor, McLuhan, aponta para a equivalência entre forma e conteúdo na transmissão da informação e entende que há uma equivalência entre as ferramentas que o homem modela, as quais servem também, para modelá-lo.

Como a crônica do século XIX era veiculada no jornal, um meio impresso, com público alvo mais ou menos definido, esse meio determinou formas e conteúdos da crônica. É o que observamos da passagem da crônica de viagens, que ocupava os diários de bordo, para a crônica histórica, mais documental até chegar à crônica

²² McLuhan publicado em co-autoria com Quentin Fiore, uma obra com o título *O Meio é a Mensagem: Um inventário dos efeitos* (tradução nossa: *The Medium is the Message: Na Inventory of Effects*). Harmondsworth: Penguin

literário-jornalística que foi veiculada na imprensa diária, operada no século XIX, instaurando uma evolução no gênero. Coutinho (idem, p. 15) assegura:

“O desenvolvimento da imprensa diária seria a causa imediata da mudança operada no século XIX, instalando a segunda fase da evolução do gênero. Do gênero histórico puro, crônicas ou anais, a crônica adquiriu forma diferente, graças às exigências da imprensa diária. Impôs-se a necessidade e a voga de ser inserida nos jornais, uma seção de relato e comentário dos acontecimentos correntes, máxime da semana em curso, na qual os autores se eximiam no estilo e na graça da redação e na figura do espírito”.

Afrânio continua assegurando, que foram as condições sociais do país em que as comunicações eram lentas e difíceis, que o Brasil mostrou-se o lugar ideal para o florescimento dessa moda, sobretudo com o advento e progresso do romantismo, por volta de 1830.

Pompéia é um cronista protótipo dessa época. Seu relato era baseado nos assuntos que a imprensa noticiava e que ele entendia serem os mais relevantes temas para suas crônicas. Desse modo, o meio (jornal impresso) influenciava a mensagem a ponto de determinar o tema, as formas das suas crônicas já que o texto jornalístico ocupa um espaço pré-determinado na página impressa e determina, também, o nível de linguagem direcionado ao seu público leitor. Segundo SÁ (1999, p. 8)²³ a crônica ocorreria dentro de espaços limitados, uma vez que a página do jornal comportava várias matérias, o que impõem a cada uma delas um número restrito de linhas, obrigando o redator a explorar, da maneira mais econômica possível, o pequeno espaço de que dispunha.

Ele conclui que dessa economia, nasce a riqueza estrutural do texto. Alguns detalhes já foram adiantados aqui, como o uso do lide disseminado no texto da crônica; falamos de uma linguagem mais direcionada a um público alvo, falamos

²³ SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1999.

também, por vezes, do uso da linguagem literária para despertar o belo e o estético.

Vejamos um exemplo:

“Rio, 15 julho de 1891.

Vergonha é tal, que numa folha que se conserva patrioticamente honrada e pura, embora infelizmente houvesse passado da propriedade de altivos e independentes cidadãos para as mãos de falsificadores possíveis de opinião pública em proveito dos seus negócios, supondo o governo morto, pelo descrédito, e vendo em risco conveniências íntimas dos seus proprietários e pendente do favor governamental, julgou chegada a hora de francamente prostituir-se e aceitou em suas colunas uma comédia de apoio ministerial, engendrando, ao que se diz, por um jornalista ad-hoc, estranho à casa, mercenário conhecido das infinitas bravuras com que brilhou na imprensa escravocrata dos tempos de Coelho Bastos.” (COUTINHO, 1983, p. 99).

Nesse excerto, há a menção de uma notícia veiculada em um jornal, que serviu de mote para a crônica, a fim de tratar sobre o escândalo da administração republicana do Brasil. Essa “linkagem” não só remete a idéia de hipertexto moderno como também de intertextualidade.

Essa intertextualidade também acontece, quando Pompéia serve-se de notícias dadas em outros países, em outros periódicos, como de Portugal, ou da Argentina (idem p. 86, 87), no Brasil como o “Jornal do Brasil”, de onde ele retira um quadro para ilustrar o preço da carne verde pago ao produtor e preço da mesma carne vendida ao povo (idem, p. 290)

2.2 Características da Crônica

“Mais dia menos dia, demito-me deste lugar. Um historiador quinzena, que passa os dias no fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, às câmaras, à Rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de história. E repare o leitor como a língua portuguesa engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanitas; o contador de história foi

inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar”. (Machado de Assis, 1994, p. 361-62).²⁴

De todas as definições e características de crônicas lidas, depreendemos algumas que se repetem de modo mais acentuado. São elas:

1) os temas são factuais, retirados da vida cotidiana; eles podem ser mais referenciais (mais jornalísticos) ou mais ficcionais (mais literários);

2) ao cronista não se pergunta se o fato aconteceu ou não, como se faz ao jornalista, já que a crônica parece suspender a idéia de veridicção e o efeito de real;

3) a narrativa pode ser mais objetiva ou mais subjetiva, de acordo com a classificação do item 1, sendo mais referencial ou mais poética;

4) subjetividade no contato, por parte do autor com a realidade, que leva ao envolvimento lírico:

5) uso de uma linguagem coloquial na crônica em relação a um estilo formal encontrado na linguagem jornalística;

6) estilo sujeito à rápida transformação, acompanhando a fugacidade da vida;

7) procura tratar seriamente de quaisquer assuntos sem abandonar uma certa aparência de diálogo amistoso.

Algumas observações ainda podem ser feitas sobre a problemática da crônica enquanto texto literário-jornalístico. Uma delas é que forma e conteúdo não são dados de antemão, mas tendem a aparecer em uníssono. As duas partes formam desse modo, um todo perfeito, tanto em sua relação paradigmática ou eixo

²⁴ ASSIS, Machado de. “História de 15 dias”, 15 de março de 1877. In: ---. *Obra Completa Vol. III*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1994. Disponível em: <http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2009.

de seleção quanto na sua relação sintagmática ou eixo combinatório dos elementos selecionados. Só assim podemos entender a função poética da linguagem, segundo Jakobson (1983, p. 16)²⁵: “A função poética projeta o princípio da equivalência do eixo de seleção para o eixo de combinação”. Assim sendo, a linguagem da crônica jornalística na sua nuance literária chama a atenção para o modo como foi organizada a sua linguagem, o que dá primazia à função poética da crônica.

Os elementos “tempo, espaço, personagem, ponto de vista” entre outros, são selecionados em termos de importância e combinados formando um todo coerente e coeso, dentro de um universo ímpar, ou seja, da própria crônica. Nessa seleção o menor detalhe tem significado, o grande cronista sabe que é preciso dizer o máximo com o mínimo de palavras. Os elementos não funcionais são desprezados. Por isso, a crônica jornalística-literária, em sua parte lírica funciona de modo a ligar o mundo subjetivo ao objetivo como se eles formassem um todo indecomponível.

A linguagem se dilui no tema, como se cronista e o objeto a ser narrado se mantivessem em intensa relação de *stimmung*, conforme a definição dada a esse termo por Staiger (1972, p. 21-22), que pode ser traduzido por disposição anímica, em que não há distanciamento entre o eu e o objeto da percepção, então vejamos:

“No estilo lírico, entretanto, não se dá a ‘re-produção’ lingüística de um fato. (...) O poeta não ‘realiza’ coisa alguma. Ainda não há aqui em defrontar-se o objetivo (Gegenüber). A língua dissolve-se no clima crepuscular (...) e o crepúsculo na língua (...) esse estado de unidicidade (einssein) é mais íntimo que a mais sagaz perspicácia de espírito (...) cada sílaba na poesia lírica é insubstituível e imprescindível (...) quanto mais lírica tanto mais intocável”.

²⁵ JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970

Embora Staiger (1972) trate da poesia lírica no excerto acima, na verdade ele entende que não há texto puro e o clima lírico pode se apresentar em instantes de um texto em prosa qualquer, até mesmo na conversa do cotidiano. Esse é uma das características de determinadas partes das crônicas de Pompéia. Ele que, no lírico, a mesma estrutura rítmica toca de várias vezes de modo espontâneo no coração do cronista e tudo se torna um momento de inspiração lírica. “Nesse meio tempo ele pode narrar ou refletir sobre a disposição anímica”. (idem). Então vejamos:

“A postos o patriotismo,

a postos a mocidade,

a postos os tribunos do povo”²⁶. (COUTINHO, 1983, p. 220)

“Nada de contratos de introdução de imigrantes em massa.(...)

Nada de introdução em massa de populações (...)(idem, p.221)

Percebe-se nesses excertos a possibilidade de transformá-los em versos, em virtude da sonorização e ritmos. Há a presença do imperativo, criando a idéia de necessidade de se tomar uma posição drástica de toda a sociedade.

São dois exemplos apenas, mas há um universo riquíssimo que pode ser explorada dentro das crônicas de Pompéia, compiladas por Afrânio Coutinho no vol. VIII, já mencionado anteriormente.

2.3 A crônica jornalística: opinativa-interpretativa

²⁶ Alterada a estrutura linear do texto original, para demonstrar a possibilidade de versificação do mesmo.

“Crônicas estão no meio do caminho entre literatura e jornalismo, e principalmente do chamado new journalism⁵, e entre poesia e conto. Nelas, o escritor é um contador de histórias que pode se valer dos mais variados recursos de sua retórica criativa, com vistas a dar vazão a uma arguta descrição do cotidiano. Elas constituem uma resposta imediata aos impulsos da realidade” (LOPES, Mônica Sette. *Direito e Crônicas: A encantadora alma das ruas*. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.45, n.75, p.39-56, jan./jun.2007).

A imprensa sempre desempenhou um papel importante em todos os tempos e países ocidentais, desde o século XVIII, quando começou a fazer parte da rotina das pessoas, tanto pelas necessidades que elas tinham de se informar, como a de se distrair, para não se sentirem excluídas de seus pares.

A imagem social da imprensa sempre esteve ligada ao poder de influenciar as pessoas, de criar relações e, às vezes, de gerar polêmicas.

Segundo Sodré²⁷ (1999) e Melo²⁸ (2003), a imprensa jornalística aconteceu aqui no Brasil, bem depois da Europa, como consequência da nossa condição colonial e o desinteresse de Portugal em promover o nosso desenvolvimento, principalmente o cultural, mantendo, assim, o controle das idéias dos colonos, sob sua ótica.

No início do século XIX, o público leitor brasileiro era escasso, restrito, pois grande parte da população permanecia no meio rural, com pouco acesso aos jornais; havia muitos analfabetos e poucas pessoas com condições financeiras para manter o hábito da leitura. Isso fez com que as matérias jornalísticas fossem lidas e transmitidas oralmente. A oralidade era importante função de comunicação à época.

A função básica do jornalismo é informar seu público-leitor sobre fatos e acontecimentos da atualidade. Desde que o jornal apareceu como produto editorial e

²⁷ SODRE, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1978.

²⁸ MELO, José Marques de. *História Social da Imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

se aprimorou na busca da qualidade de atender a este objetivo, muitas modificações lhe foram impostas através do tempo, seja através do surgimento e incorporação de inovações tecnológicas, seja através de mudanças no comportamento do seu leitor.

O elemento fundamental de um jornal, portanto, é a notícia. Esta, de um modo geral, caracteriza-se por ser um relato dos fatos sem comentários nem interpretação. Há uma fórmula para a estrutura da notícia: Q – Q – Q – O – C – PQ (o quê, quem, quando, onde, como, por quê), embora não haja uma ordem predeterminada, pois essa ordem é estabelecida pelas circunstâncias que envolvem cada notícia. Esse gênero trabalha com informações e apresenta o predomínio da função referencial ou informativa da linguagem sobre as demais funções. De acordo com o caráter da informação, há um tipo especial de seqüência textual:

- seqüência narrativa: informação centrada numa mininarrativa, nessa o narrador tenta ser neutro, ou seja passar, quase sem ser notado.

- seqüência descritiva: informação centrada na apresentação do estado do fato; o fato parece narrar-se a si mesmo.

- seqüência explicativa: informação centrada na passagem de um conhecimento específico, como a explicação ou a interpretação de um acontecimento.

As crônicas de Pompéia não são mininarrativas, já que portam diferentes assuntos conjugados. É possível, porém, encontrar disseminados ao corpo da crônica o elemento factual, e lides dispersos, porém, nem sempre completos. Assim, ele pode sugerir um tempo (quando) sem determiná-lo com justeza; em geral as personagens são sugeridas e não identificadas (quem) e assim por diante. Vejamos um exemplo:

“As epidemias periódicas (1) sucedem-se todos os anos com uma regularidade cromométrica.(2). Cada vez que os flagelos da insalubridade devastam a pobre população, um brado uníssonos se levanta, clamando por

providências. E afirma-se que a cidade(3)(...); que cada um dos serviços da polícia higiênica(4) é pessimamente conduzido(5)

O que se pretende mostrar é o lide disseminado: o (1) refere-se a o *quê*; o (2) ao tempo, *quando*; (3) é o *onde*; (4) *quem*; e por último (5) o *como*. É preciso observar, porém, a subjetividade nas expressões impressionistas-naturalistas de Pompéia em suas crônicas: “flagelos da insalubridade devasta a pobre(...), um brado uníssono...” “regularidade cronométrica”, “pessimamente”

Depreendemos em Vivaldi²⁹ (1990), que os requisitos básicos para a redação de um bom texto jornalístico são: concisão, clareza e construção que capte a atenção. A concisão se utiliza de expressões objetivas e vigorosas, próprias do estilo informativo. O jornalista, vai se servir só de palavras indispensáveis, justas e significativas para expressar o que deseja. Suas frases são mais apoiadas no núcleo nominal, pois essa construção permite elaborar estilo objetivo e direto. Quanto à clareza, o estilo jornalístico nasce da frase curta, de construção sintética, mesmo quando há predomínio da verbalização, em geral com verbos na forma ativa. O jornalista busca informar com o mais alto nível de clareza expositiva.

Na construção da notícia, o jornalista deve ir ao encontro da atenção do leitor, escalonando seu texto em nível de importância, já que a primeira linha deve conter o mais importante. A partir daí, ele enceta uma caminhada em uma organização decrescente. Não nos esqueçamos da pirâmide invertida, recurso muito usado no jornalismo em que as partes menos importantes são as informações deixadas para o final do texto. Se elas não couberem no espaço a ser publicado, o texto noticiado terá apenas as mais importantes informações publicadas, sem perder

29 VIVALDI, Gonzalo Martin. *Curso de redacción*. Madrid: Paraninfo, 1990

a essência do seu conteúdo. Esse pormenor coincide com as idéias de Van Dijk³⁰ (1990, pág. 71):

“Uma das características mais chamativas e típicas da realização ou elaboração temática do discurso periodístico é seu caráter “recortado”. Ou seja, cada tema se subdivide em partes, não como um todo, como é o caso de outros tipos de discurso. Essa característica estrutural tem sua origem no princípio global da organização da relevância na notícia. Esse princípio sustenta que o discurso periodístico se organiza de maneira tal que a informação mais importante ou relevante situa-se na posição mais destacada, tanto no texto tomado como um todo como nas orações. Isso significa que para cada tema, a informação mais importante se apresenta primeiro. Quando a informação importante de outros temas já foi apresentada, os temas anteriores são reintroduzidos com detalhes de menor nível. Desta maneira, em lugar de uma realização esquerda-direita dos temas, a partir de uma estrutura temática, passa a ter lugar uma realização superior (acima) e inferior (abaixo), se essa organização superior-inferior do geral ao particular, também coincide com a dimensão importante-menos importante (o que não é sempre o caso: às vezes um detalhe semântico, pode ter maior relevância que a proposição de nível mais alto que talvez a tenha subassumido)”.

As crônicas de Pompéia não são tão estruturadas como um diagrama hierárquico em seus temas e subtemas. Pompéia estava envolvido, subjetivamente, no que narrava. Por isso, as estruturas de suas frases são reiterativas, com grandes inversões, com linguagem rebuscada, embora em um vocabulário que possibilitasse a construção de um diálogo com seu público leitor. Tudo mostra o seu envolvimento

³⁰ VAN DIJK, Teun A. *La noticia como discurso: Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona. Ediciones Paidós, 1990.

com o acontecido, transformando a informação em objeto filosófico, pois seus textos são de essências argumentativas e opinativas. Segundo, NOBLAT (2002, p. 112):

“É tênue a fronteira que separa o jornalismo de interpretação do jornalismo de opinião. Mas ela existe. E deve ser respeitada. A opinião do jornalista sobre um fato nada importa se o que lhe cabe é interpretá-lo. Lugar de opinião é em artigo, que o jornalista também pode assinar. Ou nos editoriais que expressam a opinião do dono do jornal”.

Medina³¹ (1988, p.70) coloca alguns detalhes que facilitam o entendimento para a diferenciação entre opinião e argumentação. Percebe-se que na opinião está implícita uma visão subjetiva do autor sobre o fato comentado e avaliado em uma demonstração; na interpretação, porém, ao autor cabe selecionar antecedentes, suas significações indiretas e o contexto para permitir uma interpretação a partir do discurso até mesmo por parte do seu leitor, dando uma abertura ao texto narrado, a ponto de permitir até certa co-autoria interpretativa. Dessa forma, isso torna possível que as crônicas de Pompéia se insiram como crônicas opinativas e interpretativas, pois é possível vislumbrar essas duas nuances em seus textos. Senão veja o exemplo a seguir:

“A carestia é ainda hoje a perseguição do povo nesta capital como o era ontem – o que podemos levar ao conhecimento dos leitores de cartas fluminenses, por menos que o creiam.

Como a modificação do câmbio, o preço do café do grande objeto de nossa exportação, do grande alimento de vida comercial do nosso exploradíssimo e espoliadíssimo país (chama-se geralmente inexplorado este infeliz Brasil!) ressentiu-se imediatamente. Anda por quatorze e quinze mil réis, o que ainda há meses se avaliava em vinte e oito e trinta mil, no orçamento dos lucros do fazendeiro.

No mercado miúdo, porém, como não se trata mais de extorquir pechinchas de uma grande classe nacional, nos botequins, onde impera a ganância a varejo, como a exportação pelo sistema desta terra, impera a ganância por atacado – o preço insolente de cem réis a xícara, captação revoltante sobre a paciência pública, com os seus ares mansinhos de ninharia, o preço insolente da carestia perdura inabalável”. (idem, p. 253)

Logo no início, Pompéia emite sua opinião. Em seguida, para corroborá-la, ele apresenta parágrafos nos quais interpreta os fatos e os utiliza para sua

31 MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Summus, 1988.

argumentação. Busca fazer isso, utilizando com destreza de números que comprovam sua opinião e argumentação. Não há um consenso, entre os estudiosos do jornalismo, quanto a classificação do gênero jornalístico. Segundo VIVALDI (1987)³², existem três gêneros, que são a reportagem, a crônica e o artigo, e estabelece as seguintes subdivisões: grande reportagem, notícia, reportagem-investigativa, reportagem-cronológica, coluna, boato e artigo de costume. Porém, o próprio VIVALDI, pioneiro da discussão dos gêneros jornalísticos, mostrou a dificuldade que existe em diferenciar um gênero jornalístico de outro, metodologicamente. Como em todo campo artístico, o jornalismo é também arte.

Ele se entrecruza entre seus traços, pois artigos têm muito de crônicas, e há crônicas que são propriamente artigos ou reportagens especiais. Há uma mobilidade entre os gêneros, eles se interpenetram e, por vezes, os limites entre eles são tênues. O que se pode depreender é que há a predominância de algumas características em certos textos, cuja sua classificação se torna simples; há outros, porém, com complexas formações que se tornam textos de difícil classificação. Para VIVALDI (idem), a crônica parte necessariamente de acontecimento noticioso e sem a notícia a crônica não seria jornalística, mas sim, um simples relato histórico.

A crônica para ele, é mais que informação, pois traz a interpretação, a valorização dos fatos que ela narra, já que o narrador narra os fatos a sua maneira e com seu estilo, sendo por esse mesmo motivo, muito mais que uma reportagem. A obrigação do cronista é sempre narrar sobre o eixo do tempo e com maior liberdade para o estilo literário, mas, por ser noticiosa a crônica teria uma linguagem sempre pendente à clareza e concisão. O estilo próprio da crônica é o de informar e orientar,

³² VIVALDI, Martin Gonzalo. *Gêneros periodísticos* – reportaje, crônica, artículo – análise diferencial. Madrid: Paraninfo. 1987

tendo como base a dissecação e o aprofundamento da notícia, buscando ultrapassar o que pode ser visto no factual. Para Vivaldi (idem, ibidem), o texto da crônica deve ter um estilo livre, claro, preciso, revelador e sensível.

Cabe que se faça uma observação sobre a linguagem da crônica. É um fato elementar para entender as línguas, já que elas são objetos vivos, metamórficos. As formas lingüísticas consideradas padrões na escrita são mais resistentes a mudanças, pois vivem sobre um controle severo das regras gramaticais. As crônicas de Pompéia, por exemplo, tem certos vocábulos que entraram em desuso modernamente, além de muitos deles sofrerem até mesmo alterações fonéticas e ortográficas, como é o caso da palavra “*cousa*”, que atualmente o ditongo “*ou*” foi alterado para “*oi*”, tanto na escrita quanto na oralidade. Quanto às palavras hoje em desuso, podemos apresentar os seguintes trechos, retirados das crônicas que compõem o *corpus* desse trabalho:

“A influenza, a peste de Paris, que ainda hoje, como desde que apareceu, faz na capital francesa, tantas desgraças como a mais aterradora epidemia de febre que entre nós tenha lavrado, em vez de fazer o descrédito do clima parisiense, foi tratada como uma blague na França e os nossos gommeux do bom gosto literário fizeram eco ingenuamente, ninguém se lembrando de quantas agonias desrespeitavam as lérias”. (grifo nosso) (idem, p. 85)
 “A respeito das nossas condições morais, sociais e políticas, então, nada mais é preciso do que, da parte do nacional, esquecer o vezo da maledicência contra si mesmo,(...)”.(grifo nosso) (idem, ibidem, p.86)

A parte literária de suas crônicas denota uma série de expressões que já caíram em desuso e que tornam excertos de suas crônicas jornalísticas, quase que intraduzíveis. Os exemplos seguintes foram retirados dos excertos acima: na página 85 em que encontramos estrangeirismos como “*blague*” (piada, pilhéria), “*gommeux*” (um jovem pretensioso); e em português “*léria*” que seria a fala astuciosa com a intenção de iludir; na página 86, grifamos a palavra “*vezo*”, que significa o hábito, costume ou rotina. Esses exemplos demonstram, que nem sempre, o leitor das

crônicas idealizados por Pompéia, em nível de enunciação, variavam entre o leitor comum do jornal e um leitor mais exigente.

Depois desse parêntese sobre a linguagem da crônica de Pompéia, deve-se retornar ao problema do gênero. A melhor opção é continuar observando a predominância de determinados traços estilísticos em um cronista de jornal, como estamos fazendo aqui com Raul Pompéia. Seu texto não deixa de revelar sua preocupação literária com a forma e a expressão; mas também, não deixa de revelar sua preocupação com o público, com o próprio jornal, como meio de divulgação, além atingir as raias do filosófico, do sociológico, do cultural e até do pedagógico.

A grande maioria dos autores tendem a colocar a crônica jornalística como opinativa. Raul Pompéia deve ser incluído nesta última classificação, porém, nota-se em suas crônicas rasgos argumentativos que formam um silogismo perfeito. Por isso defendemos que suas crônicas se inserem tanto no jornalístico opinativo quanto no argumentativo. Em determinados trechos há predominância de um tipo sobre o outro, mas podemos perceber a existência de ambos por vezes conjugados em uma mesma crônica, como no exemplo a seguir:

“Atentem para a realidade os brasileiros. A forma republicana, que é a nossa legítima constituição de povo autônomo diante dos povos, os mais graves embaraços que vai encontrando, encontra-os justamente nos centros de aglomeração de estrangeiros. Passe-se em revista a nossa geografia política.
A desordenada condensação de elementos semelhantes, vai-nos insurgir por fim a obstrução suprema da morte.
O Brasil carece sem dúvida, absolutamente, da cooperação estrangeira para o seu progresso; precisa necessariamente da recomposição fortificante do sangue do seu povo pela aliança consanguínea com outros povos. Mas não precisa progredir até rebentar, nem recompor-se até ao esfacelamento”. (idem, *ibidem*, p. 221)

No excerto acima, nota-se como Pompéia não só opina sobre os fatos, mas também, argumenta, de modo demonstrativo, a ponto de se poder retirar do texto premissas e conclusões, dignos de bom texto argumentativo.

Ele não deixa de colorir a informação, mesclando tons sociais, econômicos, políticos e filosóficos em seus textos. Senão vejamos um excerto exemplificativo: “A filosofia a induzir dessas observações não é que devemos absolutamente descrever em política, mas que em política não devemos indignar-nos nunca”. (idem, ibidem, p. 71)

Assim sendo, a informação e a opinião estão ligadas em suas crônicas, provocando também no leitor uma ação reflexiva, conduzindo a uma opinião e a um sistema de valores, capazes de levar o leitor a uma ação.

2.4 A linguagem literária da crônica jornalística

Uma das melhores definições que se tem de literatura foi dada por Pound³³ (2003, p. 32), em seu livro *ABC da Literatura*, a qual segundo esse autor é a seguinte: “a grande literatura é apenas uma linguagem carregada de sentido até o mais elevado grau possível.” Para os formalistas russos, trata-se de linguagem com literariedade³⁴, ou seja, a linguagem com marcas de estranhamento. O jornalismo pode até trazer certas características de linguagem carregada de significação, produzir estranhamento, ter também literariedade e até ser conotativa, mas não pode deixar que essas características suplantem a objetividade e a clareza. Se a literatura é marcada pela ambigüidade, em um jogo de mostrar e esconder, em que o leitor pode fazer parte da composição do texto, inferir significado, ou seja, adentrar as brechas dadas pelo autor para que o leitor se torne um co-autor. Umberto Eco,

³³ POUND, Ezra. *O ABC da Literatura*. Cultrix. 2003.

³⁴ No início do século XX os formalistas russos imaginaram que poderia-se constatar uma propriedade, presente nas obras literárias, que as denominasse como pertencentes à Literatura. Então, para classificarem esta propriedade criaram o termo *literaturnost*, que foi traduzido para a língua portuguesa como **Literariedade**.

chama esse pormenor de obra aberta. Vejamos um excerto em que a zoomorfização de uma empresa estrangeira, responsável pelo saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Cabe ao leitor, construir a imagem dessa fera e seu antro, ligando-os de modo metafórico à Cia. em questão:

“...o hediondo serviço da City Improvements & City Improvements é uma companhia inglesa muito poderosa e muito rica, nem para outra cousa é ela inglesa. Há uma espécie de medo geral desse papão britânico e fedorento que reside como uma fera no seu antro lá para as bandas do morro de São Bento”. (idem, p.73)

Desse modo, o jornalismo informativo é que deve evitar a plurissignificação. Ela leva ao estranhamento e a conotação. Mas à crônica, essa linguagem não lhe é de todo proibida.

O cronista pode se servir da linguagem literária, ao mesmo tempo, que se serve do factual para construir suas crônicas, como demonstrado no exemplo acima. Importa considerar o que disse Staiger (1997) que os gêneros literários épico, lírico e dramático, devem ser considerados apenas em termo de predominância, de essência. Do mesmo modo no jornalismo, o informativo, o argumentativo e opinativo também devem ser considerados em termos de predominância para diferenciar os próprios gêneros do jornal, já que não há gênero puro. Há discursos do cotidiano que contém maior dose de metaforização do que muitos textos considerados literários, assim também, há textos jornalísticos que possuem mais metáforas que muitos romances, que hoje são publicados com essa designação. O estranhamento ou desautomatização, ou ainda desfamiliarização, tem o objetivo de causar impacto em busca do novo, desarticulando idéias estereotipadas. A desautomatização que os poetas do barroco fizeram para produzir textos poéticos rebuscados e herméticos já não faz sentido para os poetas românticos que buscaram modos diferentes da construção da mensagem poética. Também na era do realismo, naturalismo, uma

nova linguagem passou a ser usada. Havia uma necessidade de reconstruir um universo mais afeito ao cientificismo, ao determinismo, ao positivismo. A mesma coisa aconteceu com o parnasianismo e o simbolismo, com suas características próprias da linguagem.

O jornalismo está atrelado ao factual, verídico, tem compromissos com o dever de informar. É mais voltado para a ética do que para a estética. Trata-se de uma relação objeto – discurso em que há contrato de fidúcia entre as partes, em crença no factual e no verídico. O discurso é denotativo, por excelência, sem que isso implique a falta do conotativo e metáforas e metonímias explicativas.

Literatura não é documento, história é documento. Notícia é para o jornalismo, como produto à venda, e, é ligado ao factual; a literatura é liberdade, o máximo de trabalho de linguagem.

A literatura pode ser baseada no factual, mas não precisa ser referencial, em termos de existente, já que sua característica como arte propõe um burilar de linguagem, e até mesmo a construção de personalidades ambíguas, em que a coerência é a própria incoerência. Assim, o factual está suspenso em termos de coerência e veracidade com o real, mas não como problemática existencial humana. As crônicas de Pompéia são evidentes neste particular, embora, elas sejam mais atreladas ao factual do que a literatura ficcional em seu *stricto sensu*. A ilustração abaixo pretende demonstrar como Pompéia toma um factual para fazer um mergulho muito maior na problemática humana. O exemplo ilustra um fato acontecido em Portugal, mas que descontextualizado poderia ter acontecido em outros países do mundo, inclusive o Brasil. Interessa a Pompéia fazer a denúncia e levar a sociedade a refletir sobre o fato denunciado que extrapola a individualidade factual e se generaliza como problemática do homem:

“Há poucos anos fora coletada em 62 rs. Uma mulher pobríssima, que tinha duas crianças e ganhava a sua vida a fazer carretos em Gaia. Foi de 62 rs. A sua décima suntuária, porque habitava um pequeno cortelho de que pagava 400 rs. mensais.

Essa enorme quantia foi relaxada! Com selos e custos elevou a quatro mil e setenta. Para pagar foi-lhe penhorado um porco, que e vendeu por 5\$050 rs. e que ela engordava, para pagar o triste aluguel que estava devendo!!!”. (idem, p. 88)

Completamos essa afirmação com a anuência de Sílvio Romero (1966)³⁵

que observa:

“No Brasil mais do que em outros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política que, no regime parlamentar e até simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam oradores. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o literato é jornalista, é orador, e é político.”

E esse foi o caminho trilhado por Raul Pompéia. Literato soube usar muito bem essa sua veia artística em prol da sua produção jornalística. Fez das suas crônicas um palanque; enquanto político defendia o regime republicano, a brasilidade; e denunciava a corrupção e as mazelas da política.

São exemplos como os de Pompéia, que construíram um passado característico da própria imprensa no Brasil. Não restam dúvidas que ela evoluiu e muito nessas últimas décadas do século XIX, tornando-se mais forte, vigorosa, combativa, refletindo as contradições na política ou no campo social.

2.5 A metacrônica em Pompéia

“A opinião é um adversário infernal que conta com a cumplicidade, enfim, da própria vítima” (Raul Pompéia).

³⁵ ROMERO, Sílvio *apud*. SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.212

A crônica começou a ilustrar as incertezas, angústias e as inquietações do homem num ambiente urbano que refletia os sintomas de uma sociedade capitalista, seduzida pelo consumo e pela fugacidade da vida moderna.

Só se estuda, na data de hoje, a crônica de Raul Pompéia porque ela extrapolou o factual e atingiu o estatuto de arte da palavra. Suas crônicas foram capazes de ir além do fato, tempo e espaço, ao universalizar seu conteúdo e sua linguagem. Por isso, ainda há leitores das mesmas. É evidente que elas não só nasceram do trabalho com a palavra, sem deixar de considerar, porém, propriamente um fato observado a ser transformado em texto, cujo princípio funcional não é simplesmente informar, mas também, provocar consternação, envolver e comover.

Nesse instante não são as informações que existem nessas crônicas que nos levaram a essa pesquisa, mas sim o interesse pelo estilo de Pompéia e também sua retórica, pela sua técnica de produção textual e pelo seu pioneirismo, principalmente na relação narrador e narratário. É muito interessante repensar a crônica veiculada no jornal, foi feita uma garimpagem nas mesmas a fim de pinçar a própria visão do cronista sobre o que ele entendia por crônica, produzindo uma espécie de metacrônica, dentro das suas próprias crônicas. Vamos entender por metacrônica, momentos em que, o próprio autor Raul Pompéia reflete sobre esse tipo textual jornalístico.

Segue abaixo como Pompéia se sentia envolvido por determinados assuntos a ponto de acentuar que eles se impunham a ele brutalmente, e que a atualidade estava repleta de escândalos que deveriam ser explorados, tanto pela sua atualidade como pela prevalência do tema. Além disso, podemos depreender

que Pompéia colhia nos acontecimentos sócio-políticos os temas mais relevantes para suas crônicas.

“Para fazer a crônica do tempo, não há que colher assunto. Os assuntos se impõem brutalmente; os assuntos, ou antes, o assunto, veemente, rumoroso o único que enche a atualidade e que se pode incisivamente resumir em três palavras: escândalo, escândalo e escândalo”. (idem, p. 100)

Nesse outro trecho, há uma preocupação em determinar que o cronista, não deve ser apenas um sujeito da informação, mas que cabe a ele produzir “um parecer geral” que expanda o factual, para além das fronteiras da notícia.

“Podem-se resumir os comentários num parecer geral que define bem o sentimento público a respeito, e que, por obrigação de crônica vai aqui formulado.

- A Presidência Deodoro da Fonseca será uma felicidade para o Brasil, se o Generalíssimo conseguir escapar às camarilhas comprometedoras dos assaltantes de imprensa e dos padrinhos de bons negócios.” (p. 58)

Ainda é possível observar pelos trechos de metacrônica de Pompéia, que cada vez mais os assuntos se tornam mais numerosos, cabendo ao cronista selecioná-los de acordo com sua subjetividade, além de ir ao encontro dos interesses de seus leitores. Ele antecipa assim conceitos modernos de jornalismo que serão abordados mais amiúde em capítulo específico adiante. Aborda também o lado lúdico da linguagem da crônica, transformando em um texto de agradável leitura, no qual a técnica fica em segundo plano. Além disso, Pompéia assegura ser impossível esgotar todas as possibilidades de narrar um factual em uma só crônica, mesmo que ela contivesse temas diferentes.

“Fazer a crônica do Rio em dia de hoje, não cousa difícil como em outro tempo, pela procura forçada dos raros assuntos. O que custa agora para a anotação cronológica, é a feliz escolha na massa atropelada e vertiginosa dos acontecimentos.

Para dar conta aos leitores, da atualidade fluminense, três crônicas de cada vez, em lugar de uma, fora preciso remeter. Uma deles que só se referisse a agitação financeira, outra que fosse política, outra que fosse de noticiário geral. É, mesmo depurando a parte técnica da mais aborrecida leitura e apenas colhendo nos fatos o elemento recreativo, por assim dizer, que eles encerram, as três crônicas não conseguiriam informar de todos os

assuntos interessantes. Ao caso de que nos lembra, vamos despachando a nossa tarefa". (idem, p. 89)

O fluxo de informação e acontecimentos é tão célere que em uma pequena pausa do cronista, na sua pragmática de produção, pode causar um "atropelamento" do presente com a imposição de rápidos dramas e a necessidade de seu registro imediato.

"Uma pequena pausa na regularidade do serviço da crônica e já não é mais possível apanhar, nem mesmo a lembrança do sucesso da véspera tantos e tão instantes são os assuntos que, no momento presente, nos atropelam com a imposição do seu rápido drama, e com a necessidade do seu imediato registro.

Só nos dias mais próximos, quantas cousas a contar e que variedade a pedir comentários! Levemos ao complacente leitor paulista a nota do acontecido, preferindo o que pareceu mais interessar o público daqui". (p. 96)

Espera-se ter demonstrado com os excertos acima, ao que aqui nesse estudo foi denominado de metacrônica, como sendo uma das funções da linguagem da crônica de Pompéia, bem como a afirmação sobre o conceito de crônica que se encetou a partir da leitura feita das mesmas, e que possam ser alicerçadas com o próprio pensamento do cronista.

3 NÍVEL RETÓRICO E ESTILÍSTICO DA LINGUAGEM DAS CRÔNICAS DE POMPÉIA

“Uma análise puramente científica demonstra não haver comunicação sem retórica”.(SILVA, 2009).Retórica e ética no jornalismo institucional)³⁶

A idéia de estilo é o resultado pela escolha feita pelo cronista, entre as diversas variáveis lingüísticas que podem usadas para exprimir o mesmo significado. O estilo diz respeito a uma variável do texto que se altera em função do contexto. Muitas dessas variações podem se referir a uma construção textual, fazendo referência a um gênero jornalístico e dele receber muitas influências estruturais. Mas as variações estilísticas podem ocorrer tanto ao nível do léxico quanto ao nível sintático, como acontece nas linguagens protocolares em assembleias, tribunais ou sala de aula. Trata-se de uma indicação maior do papel desempenhado pelo contexto. A partir dessas idéias, van Dijk propõe estudar as notícias jornalísticas como macroestrutura, em que os tópicos seriam uma espécie de sumário conceituais e especificariam o mais importante da informação. Eles respondem à pergunta sobre o que fala o texto, e lhe confere um significado global. Eles também servem para dar coerência global ao texto. Na notícia, por exemplo, o topo da macroestrutura é convencionalmente expresso no título e no parágrafo do lide. Essas idéias conferem as proposições, onde a macrossemântica necessita da macrossintaxe para designar as superestruturas:

“Teoricamente, explicamos o esquema de discurso em termos da assim chamadas superestruturas (Van Dijk, 1980a). Trata-se de estruturas globais do discurso, definidas por categorias e regras superestruturais específicas de modo semelhantes ao relato. A necessária relação com outras estruturas do discurso se estabelece através de macroestruturas semânticas (temas). Ou seja, a fim de assinalar uma forma ou esquema

³⁶SILVA, Ruy Martins Altenfelder .*Retórica e ética no jornalismo institucional*.Disponível em: < http://www.enfato.com.br/artigos_det.php?titulo=6>. Acesso em: 07 ago. 2009.

global para um texto, devemos relacioná-lo com um significado global que pode preencher essa forma ou esquema. Assim, cada categoria da superestrutura associa-se com uma macroproposição (tema) da macroestrutura semântica”, (Van DIJK, 1990, p. 80)

Haveria nas crônicas de Pompéia macro e microestruturas?

Todas elas partem de uma temática facilmente percebida. Essa temática tem uma semântica e uma sintaxe hierarquizadas. Senão vejamos um exemplo:

“Rio, 8 de abril de 1891.

Na data de ontem, tão cheia de reminiscências históricas e que representa, numa síntese do calendário, a crítica do governo imperial de Pedro I, devem mergulhar em cogitações os pensadores da política.(idem. 70)

A temática dessa crônica é a crítica feita aos diferentes governos: Dom Pedro I, Dom Pedro II e a República, cronologicamente, durante esses sessenta anos 1831-1891. Por ser crônica, a inversão das frases só pode recuperada pela semântica. É procurando entender o sentido que se percebe a sintaxe do texto: “Na data de ontem (7 de abril, porém o ano ao qual o cronista se refere é o de 1831) é uma data histórica e cheia de lembranças (a ascensão de D. Pedro II ao poder, substituindo seu pai, pela imposição do povo). Partindo dessa data, 1831, os pensadores da política devem refletir sobre as críticas feitas ao governo, trazendo essa reflexão para o cenário atual.

Aqui temos o tema central, que é a crítica (macroproposição) que é necessário relacioná-lo ao contexto histórico e a importância que a crítica exerceu em passagens decisivas da política nacional. A partir desse parágrafo que se depreende o tema, o autor Raul Pompéia, nessa crônica, desenvolve nos parágrafos seguintes a explicação, o resumo para esse tema.

Van Dijk (idem, p.84) trata de indícios esquemáticos da notícia como familiares aos jornalistas e aos leitores. Assim, por exemplo, as crônicas de Pompéia são visualmente colocadas na página do jornal a partir de uma data que tem muita importância para o desenvolvimento da crônica. Uma mesma data pode ter vários temas desenvolvidos de modo independente. Assim por exemplo, nessa mesma crônica do dia 08 de abril, nota-se que o primeiro tema trata do problema já colocado em pauta da crítica aos governos (p. 70-72); logo após o término desse primeiro tema há um espaço em branco, recortado ao meio por um segmento de linha, como separação e logo após, novo espaço em branco e o início do segundo tema que trata sobre o saneamento básico (p. 72-74). Ela é finalizada por uma avaliação do cronista assegurando que “O assunto não convida muito a insistir. Aqui fazemos ponto”. Logo após há novo espaço em branco e uma citação do organizador sobre a data de publicação e o local das mesmas. Assim, todas as crônicas de Pompéia que constam no vol. VIII, organizados por Afrânio Coutinho, revelam essa característica formal das crônicas de Raul Pompéia.

As idéias de retórica aparecem com Aristóteles ainda na antiguidade clássica. Após ele, a retórica foi objeto de muitos estudiosos do discurso. O objetivo sempre é detectar enunciados contendo uma linguagem que tenha princípios de persuasão e encantamento. Interessa-nos aqui as idéias de van Dijk (1990, p. 123) sobre retórica centrada da linguagem jornalística e principalmente no conceito de superestrutura como vimos antes. Assim para ele:

“... a retórica do discurso tem a ver com o modo que dizemos as coisas. No entanto, dado que o estilo jornalístico se encontra limitado por diversos fatores contextuais procedentes do público ‘massmediatizado’ e a natureza formal das notícias, o uso de estruturas retóricas na notícia depende dos objetivos e os efeitos buscados pela comunicação as eleições do estilo indicam a classe de discurso adequada para uma situação particular ou os antecedentes ideológicos pressupostos. O recurso para a retórica em troca, não vem ditado pelo contexto. Pode utilizar-se livremente se o que se quer

a tornar mais efetiva a mensagem. Discursos utilizados para as funções estéticas, podem assim, organizar estruturas superficiais de uma maneira que apareçam a rima, a entonação especial e as estruturas rítmica, as aliterações e outros modelos sonoros. O mesmo vale para os usos especiais dos modelos sintáticos, como os paralelismos, ou uso de operações semânticas como as comparações, a metáfora, a ironia, ou os subentendidos. Contudo, o esteticamente funcional, também, pode usar-se para fins persuasivos”.

Vejamos um exemplo:

“Uma vala que se abra nas ruas da cidade é como se descobrisse uma cloaca negra. A terra é preta como piche, como ventre de um túmulo a descoberto”. (p.73)

Nesse excerto, percebe-se uma certa metrificação, células rítmicas (vala que se abra; cloaca negra; terra é preta; preta como piche; preta como ventre; um ventre de um túmulo a descoberto. A intenção da gradação da idéia de negro que se inicia no contexto de uma cidade (ruas), vai escurecendo, gradativamente até a inexistência de vida (túmulo). A assonância do “r” (ruas, abra, terra, preta, ventre) são ruídos no meio de sussurros em meio a fluidez da sibilante “s” (se, nas, ruas, cidade, descobrisse) como se fosse uma brisa passando e sendo interrompida pelo ruído do “r”. A palavra “túmulo”, por sua vez, na repetição das vogais altas posteriores (u), separadas pela nasal “n” causam a idéia de buraco, de grande escuridão da cloaca.

Essas expressões líricas transformam o texto em processo mnemônico tremendamente persuasivo, já que elas causam estranhamento aos sentidos produzindo uma associação entre linguagem e acontecimento, onde um se dilui no outro como se fosse uma recordação (re+cor, cordis = de volta ao coração) no sentido dado a esse termo por Staiger (1972, p.60):

“‘Recordação’ não significa o ‘ingressar do mundo no sujeito’, mas sim sempre, o um-no-outro, de modo que se poderia dizer indiferentemente: o poeta recorda a natureza ou a natureza recorda o poeta;
A disposição (disposição anímica Stimmung) apreende a realidade diretamente, melhor que qualquer intuição ou qualquer esforço de compreensão. Estamos dispostos afetivamente, quer dizer, possuídos pelo encanto...” (idem, p. 59)

Van Dijk conclui a sua retórica periodística assegurando que ela não se limita às figuras usuais da fala. Além delas são utilizados dispositivos estratégicos que relacionam veracidade, a plausibilidade, a correção, a precisão e a credibilidade. Senão vejamos:

“Como a modificação do câmbio, o preço do café do grande objeto de nossa exportação, do grande alimento de vida comercial do nosso exploradíssimo e espoliadíssimo país (chama-se geralmente inexplorado este infeliz Brasil!) ressentiu-se imediatamente. Anda por quatorze e quinze mil réis, o que ainda há meses se avaliava em vinte e oito e trinta mil, no orçamento dos lucros do fazendeiro.
No mercado miúdo, porém, como não se trata mais de extorquir pechinchas de uma grande classe nacional, nos botequins, onde impera a ganância a varejo, como a exportação pelo sistema desta terra, impera a ganância por atacado – o preço insolente de cem réis a xícara, captação revoltante sobre a paciência pública, com os seus ares mansinhos de ninharia, o preço insolente da carestia perdura inabalável. (idem, p.252)

Nesse excerto de crônica vê-se que Pompéia procurou argumentar partindo de fatos verídicos, como o preço do café, dando a sua crônica veracidade. Retoricamente esses dados funcionam como produtores de crédito no leitor, delineando seu caráter de denúncia fundamentada em dados concretos de um produto que era típico da economia brasileira da época, principalmente em termos de exportação.

Por certo, a figuras de retórica, a escolha das palavras, as descrições, as argumentações, as descrições detalhadas e até o apelo às emoções, são para Dijk (1990, p.138), operações retóricas. Ele conclui assegurando que todos os níveis de

análise do discurso, se incluem como operações retóricas. Assim sendo, as crônicas de Raul Pompéia, também, utilizam todos esses recursos retóricos.

Desse modo, as crônicas de Raul Pompéia têm indiscutivelmente uma retórica, onde até o estético funciona de modo persuasivo. Ele leva o leitor a ligar fato e linguagem de modo que o representante e o representado tenham força não só pragmática, mas também emotiva.

Dessa forma, seu discurso, alia *ethos* e *pathos*, no *logos*, para formar um todo persuasivo. Assim sendo não se pode desprezar o lado literário das crônicas jornalísticas de Raul Pompéia.

4 AS CRÔNICAS DE POMPÉIA E SEU ENGAJAMENTO SOCIAL

Pretende-se neste capítulo fazer uma leitura mais abrangente das crônicas de Pompéia, para demonstrar a sua preocupação social ao redigi-las. Além disso, é possível perceber que esse cronista foi um dos precursores de conceitos modernos da teorias do jornalismo. Alguns deles como *gatekeeper*, *agenda setting* e o *newsmaking*, já se podia vislumbrar nas leituras críticas que fizemos de algumas de suas crônicas, como veremos adiante

Para que se possa entender melhor o que vai ser exposto abaixo é preciso salientar que os cursos de jornalismo só aparecem depois da segunda metade do século XX, sem ser dado, no seu início, por professores mestres ou doutores, já que esses cursos eram muito recentes. Muitos militantes dessa área eram migrantes de cursos de letras, de direito, ou de quaisquer outros cursos que se enveredavam pela arte de narrar em noticiosos.

Os jornalistas do final do séc. XIX e início do séc. XX, em geral, eram pessoas que se interessavam seguir uma carreira de informante, como, por exemplo, o entregador de jornal que, aos poucos, ia se tornando um jornalista. Portanto, toda teoria sobre o jornal data das últimas décadas do séc. XX. Alguns conceitos do aparecimento de jornalistas profissionais foram retirados, como inferência, de textos de literatos - jornalistas de renome franceses, ingleses e portugueses, como é o caso de Eça de Queirós.

No Brasil, pode-se citar dezenas deles como Machado de Assis, José de Alencar, Euclides da Cunha, França Junior, Francisco Otaviano de Almeida Rosa e muitos outros. Dentre eles aparece, então, Raul Pompéia, que, em 1881 começou o curso de Direito em São Paulo, entrando em contato com o ambiente literário e as

idéias reformistas da época. Já vimos aqui que ele se engajou nas campanhas abolicionista e republicana, tanto nas atividades acadêmicas como na imprensa. Tornou-se amigo de Luís Gama, um famoso abolicionista. Sua produção jornalística se liga a esses e outros engajamentos na sociedade carioca ou paulista de então. Vejamos:

“Façamos a greve da moralidade! É o conselho a seguir. E o governo, bloqueado pela energia unânime do povo, há de ser necessariamente honrado e bom. Esta maneira de fazer política, aplicação incomparável do self government, teria a vantagem, além da sua imensa utilidade prática, de ser muito mais comedida e sobretudo muito menos ruidosa do que o que por aí se vê.” (COUTINHO, 1983, p.72)

Essa citação retirada de uma de suas crônicas mostra que Pompéia preocupava-se em levar ao seus leitores um texto que colocasse esse público em estado de reflexão sobre o momento político, datado de 08 de abril de 1891. É nítido o estabelecimento de um diálogo entre ele e o público leitor, O uso da primeira pessoa do plural (nós) demonstra como ele mantinha uma relação muito intensa com seu público leitor, a ponto de se considerar apenas um deles: “Façamos a greve...” , a esse assunto voltaremos mais tarde..

O uso de pseudônimos era uma característica da época, principalmente entre aqueles que além de jornalistas enveredaram-se para a crônica de jornal, Sabemos que Pompéia escreveu em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, freqüentemente sob o pseudônimo "Rapp", um dentre os muitos que depois adotaria como: Pompeu Stell, Um moço do povo, Y, Niomey e Hygdard, R., ?, Lauro, Fabricius, Raul D., Raulino Palma.

Ainda em São Paulo publicou, no Jornal do Commercio, as "Canções sem metro", poemas em prosa, parte das quais foi reunida em volume, de edição póstuma. Também, em folhetins da Gazeta de Notícias, publicou a novela As jóias

da Coroa. Desse modo, Pompéia servia-se do jornalismo e em especial da crônica para expor suas idéias ao público, como se esse veículo de informação fosse um palanque de discursos.

Mas, quais representações da sociedade os noticiários fornecem? Em que eles se diferenciam da crônica jornalística? Como se associa essas representações às exigências cotidianas de produção de notícias? Um dos resultados mais significativos dessa área de pesquisa foi retirar, da análise sobre a cultura de massa, o debate estritamente ideológico, ao promover uma maior atenção às questões fornecidas pelo trabalho desse campo de atuação profissional.

Aqui, será necessário abrir, então, um parêntese para comentar os termos *agenda setting*, *gatekeeping* e *newsmaking* - próprios da reflexão do Jornalismo norte-americano conhecido como *Mass Communication Research*, seguindo as idéias de Mattelart (2005, p. 36-56³⁷). Esses termos têm referência ao jornalismo impresso, mas não eram vigentes, é lógico, na era em que Raul Pompéia -1863-1895 - fora jornalista. Foi proposto, porém, utilizar-se deles para demonstrar como Pompéia antecede preceitos do jornalismo moderno em suas crônicas.

Não é só a difusão de informação *que* caracteriza o jornal. Ele também vige dentro de uma sociedade e com ela se relaciona muito intimamente. A *Mass Communication Research* ou *Media Research* é uma moderna teoria de pesquisa sobre jornalismo e notícia. *Newsmaking* é o estudo de como a notícia é construída em termos de ser um fenômeno de interesse social. Ele trata das empresas de comunicação como emissoras de mensagens socialmente produzidas. Essa produção reflete as rotinas dos profissionais de jornalismo. Esses estudos são recentes, mas suas premissas podem contribuir para entender o que mudou da era

³⁷ MATTELART, A. e MATTELART, M. *Histórias das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

de Raul Pompéia e a moderna maneira de produção de notícia como fenômeno social.

De modo simples, o conceito de *gatekeeper* (de *gate* = portão e *keeper* = porteiro) considera o papel individual do jornalista, ou seja, aquele que vai selecionar o que o público deve saber. Trata-se de uma seleção subjetiva, dependente de juízos de valor, atitudes e expectativas do *gatekeeper*. Ele abarca a utilização de rotinas cognitivas, a auto-imagem que o jornalista tem de si e do seu papel social como exemplos de forças pessoais.

As rotinas produtivas destacadas situam-se a meio caminho entre a força pessoal e a social, pois correspondem a formas mecanicistas pessoais de proceder. As forças pessoais estão sempre oprimidas pelas sociais que atuam em diferentes níveis: uma força sócio-organizacional (que se refere aos constrangimentos decorrentes das organizações noticiosas) e uma força social extra-organizacional (referente a todos os constrangimentos que influenciam o jornalismo a partir do exterior). Assim, Pompéia como jornalista-cronista engajado em problemas sociais, por certo, foi um *gatekeeper*, já que dele dependia a escolha de temas para tratar em seus textos. Segue um exemplo:

“Fazer a crônica do Rio em dia de hoje, não é mais coisa difícil como em outro tempo, pela procura forçada dos vários assuntos. O que custa agora, para a anotação cronológica, é a feliz escolha na massa atropelada e vertiginosa dos acontecimentos.” (idem, p. 89)

“Só nos dias mais próximos, quantas cousas a contar e que variedade a pedir comentário! Levemos ao complacente leitor paulista a nota do acontecido, preferindo o que parece mais interessar o público daqui.” (grifo nosso) (idem, p. 96)

O jornalista, como formador de opinião pública, deve não só controlar o fluxo de informação, mas também tratar de questões básicas da sociedade. Essa é a idéia primeira que foi detectada na leitura feita das crônicas de Pompéia. Ele tinha a intuição de saber qual era a notícia que deveria ser o tema da sua crônica, já que havia nelas determinados valores relacionados a certas suposições, ao lado do referencial, que ele entendia ser de grande interesse público. A ação individual do cronista Pompéia insere-se em um contexto maior, ou seja, um contexto social, pois ele tinha consciência de que a mensagem não atinge indivíduos isolados, mas um público, integrado entre si, por problemas semelhantes.

“Outra curiosidade do tempo é a propaganda de impávida insolência, com que duas folhas italianas do Rio de Janeiro concitam os italianos residentes no Brasil, a não aceitar absolutamente a naturalização generosamente facultada pela república .
Só entre nós, diante desta pachorra elefantescas do grande Brasil, se toleraria tão afrontosa propaganda.
Que olhemos sem ódio para o espetáculo das massas de ingratos...”
(idem, p. 107)

O excerto acima demonstra o tom de brasilidade das crônicas de Raul Pompéia. Ele não se considera um privilegiado acima dos interesses de todos os brasileiros. No entanto, ele entende o seu papel de formador de opinião pública, ao selecionar os temas que deveriam ser debatidos pelos leitores em seus comentários diários.

Por isso, é possível assegurar aqui que ele já era uma espécie de *gatekeeper*. Se a definição de *gatekeeper* moderna evidencia a ação social, envolvendo decisões que fazem parte de todo o grupo, Pompéia se preocupava com o todo e desse modo ele adianta o conceito de *gatekeeper* atual, pois suas idéias eram voltadas para a ética e para a responsabilidade junto a sua audiência. Sua ação individual pressupunha explicar uma questão relacionada a um ato social.

“A adesão que nesses documentos se nos testemunhou, foi como um desabafo ao coração e à sinceridade de alguns que, na Paulicéa, sentem como nós a necessidade da grande emancipação, a urgência da restituição quanto antes, da liberdade de sermos nós mesmos, que, pouco a pouco, por descuido nosso e por insidiosa empreitada de hábeis inimigos, nos foi sendo subtraída. E conhecemos a alma da humanidade, nas palavras entusiásticas e nos protestos ardentes dos nossos desconhecidos comunicantes.” (idem, p. 109)

Tratar-se-á agora o conceito de *agenda setting*, que é estritamente ligado à produção de notícias, e que entendemos nós, que Pompéia adiantou em suas crônicas detalhes desse conceito. Esse conceito surgiu com o objetivo de estudar os efeitos do *mass media* na sociedade. O *mass media* é o elo entre os acontecimentos do mundo e as imagens que os relatos noticiosos produzem em nós. Esse cronista já observava a ação da sua audiência, ou público-leitor, ou ainda, público-alvo. Ele já estava atento às repercussões do noticiado no público alvo e com ele propunha ações de *feedback*. Era na repercussão causada pela notícia no público jornalístico-informacional de então, que Pompéia encontrava uma das fontes dos temas para produzir suas crônicas. Afirmamos isso porque foi possível notar essa particularidade nas marcas enunciativas de suas crônicas. Elas travam um diálogo do cronista com seu público leitor e, desse modo, ele era um perfeito *gatekeeper* e produtor da *agenda setting*.

“Rio, 14 de agosto de 1891.

Depois da última destas correspondências, tivemos a satisfação de receber, endereçadas de São Paulo, várias cartas de amigos desconhecidos, declarando acordo com certas idéias nossas e com o desembaraço franco da sua apresentação nos trechos da mesma última correspondência.

Tratamos desse escrito da questão das relações entre os estrangeiros do Brasil e essa funesta madraçaria patriótica a que, com o gaúdio imenso de mil espécies de parasitas se agarram nos pesam sobre os ombros, nos abandonamos de costume; quando aliás desperdiçamos forças vivas de civismo em questiúnculas políticas.” (idem, p. 108)

Pompéia tinha plena consciência de que efetuava interatividade comunicativa quando fazia comentários sobre os acontecimentos noticiados. Ele entendia que era preciso atuar como jornalista para concretizar mudanças no pensamento e hábito dos seus leitores. O cronista Pompéia não deveria ser apenas um informador, mas um produtor de opiniões mais abalizadas no seu leitor. Pompéia se sentia uma mente privilegiada com a pena na mão e não como simples narrador de problemas sociais. Essas idéias podem ser inferidas de suas crônicas, como demonstrado no trecho acima.

Como sujeito da comunicação ele se sentia um mediador da informação em favor da sociedade. Ele entendia que sua fala era uma espécie de comunicação orientada para desencadear futuras interpretações e comentários sociais, sempre em termos de entendimento mútuo, até entre os produtores da interpretação do discurso noticiado no jornal se sentissem dispostos a raciocinar sobre o que ele dizia. Eis um dos excertos de uma crônica onde Pompéia leva a público uma conversa que teve com personalidades da Escola de Belas Artes:

“ Essa escavação não fez surpresa à Escola de Belas-Artes. Tivemos ocasião de assistir uma conversa de Ferreira de Araújo com o Diretor, Rodolfo Bernardeli, diante das novas telas da escola, conversa em que se discutiu a crítica veemente de Paul Eudel” (idem, pág. 77)

Sua ação comunicativa acontecia, então, na união do conhecimento do fato, na percepção aguçada de detalhes relevantes do mesmo para a sociedade como um todo, na predisposição em atuar no meio social e construir uma ação comunicativa relevante que elevasse a sociedade a um progresso em todos os setores. Não bastava ao jornalista Raul Pompéia, portanto, informar, mas ele precisa também saber se tinha atingido alguma reação no seu público leitor. Por isso, ele antecede conceitos modernos de jornalismo interativo. Ele vai ao fato para depois

comunicá-lo ao público leitor esperando um *feedback*, pelo menos dos seus mais íntimos leitores:

“Já os jornais têm levado a São Paulo a narrativa tão por miúdo do caso, que nós mesmos, que visitamos o lugar do crime, quando ainda lá estavam as vítimas e o criminoso, nada temos que reviver em descrição na crônica. (grifo nosso)
Entra-se agora pelos comentários, e já os fazedores de imprensa da terra vão tão adiantados que, dentro em pouco, por mais digne limitado o domínio da filosofia, nada mais haverá, e nem mesmo a filosofar sobre o assunto.” (grifo nosso) (idem, p. 66)

Note-se como, então, ele dialoga com o leitor no seguinte excerto:

“São maridos infelizes, não é? E não têm a coragem de impor-se a separação em absoluto da esposa infiel, que é o mesmo que dizer, da esposa aborrecida; não tem igualmente a energia de criar, na sociedade a lei salvadora do divórcio.” (idem, p. 66)

Ele continua argumentando sobre um crime passionai eivado de machismo e complementa seu comentário com um tom de ironia. Aliás, a ironia perpassa quase todas as crônicas de Pompéia, por vezes de modo agressivo: “... pois carreguem a frente os chifres que Deus lhes deu, que já o fazem resignadamente os bois, e nem por isso desaba o mundo.” (idem, *ibidem*)

Para Pompéia, o jornalista deveria fazer acontecer a união do conhecimento do informado, ou seja, colocado no discurso da notícia, com a educação social, além de exaltar a moral ilibada. Quando os demais jornalistas não comungam de suas idéias, Pompéia não hesita em atacar seus colegas de imprensa:

“ É lastimável que, entre os comentadores do crime do espanhol, que crivou de vinte e cinco facadas o pobre corpo de uma mulher, que dizia sua esposa, e feriu mortalmente um sexagenário, tudo isto por umas duvidosíssimas hipóteses de honra, ainda se encontrem defensores do funesto preconceito romântico que legitima o homicídio como vingança conjugal.” (grifo nosso) (idem, *ibidem*)

É esse engajamento ético e sócio-político que se tornou uma das marcas das crônicas de Pompéia. Assim, para ele, ao jornalista não bastava o papel de informante. Além disso, esse “profissional” deveria ter bom senso e criticar de modo construtivo a sociedade onde ele atuava, sem conceitos pré-concebidos, como o machismo que imperava contra a mulher, sempre vista como vilã e sempre condenada em casos de crimes conjugais. Ele antecedeu, assim, toda uma celeuma do princípio do século vinte que foi a lei do divórcio e

Como jornalista, de modo mais objetivo, Pompéia atuava em seu meio como um filtro do que havia acontecido e se transformado em notícia, que por vezes ele acompanhava “in loco” como já vimos antes. Ele parecia dar ouvidos ao que era comentado diariamente pelos leitores, pois ele retomava assuntos noticiados no passado para comentar subjetivamente em suas crônicas. Assim, ele se tornava uma espécie de consciência crítica desses mesmos leitores e interferia na sua sociedade, com a pretensão de concretizar mudanças no pensamento e hábito dos seus leitores.

Os assuntos sociais, que mais tocavam a sua sensibilidade aguçada de ser humano, ele os transformavam em matéria de suas crônicas. Por isso, o tom lírico das mesmas. Vejamos um trecho exemplificativo:

“Arranjou pela cidade um serviço de limpeza que é uma miséria. Ainda nos arrabaldes a cousa se pode ir sofrendo. Mas no centro da cidade, é verdadeiramente um terror. Cada um dos receptáculos, de péssimo sistema, de péssima construção, mal servido d’águas por processos hidráulicos de uma grosseria mui maginável, é, dentro de cada casa, em cada um dos andares, às vezes mais de um no mesmo pavimento; é um respiradouro perene dos mais temíveis miasmas. Os tubos de escoamento que baixam dos receptáculos são de folha, às vezes, e quando são de barro são mal juntos, e transpiram para o forro dos prédios, como para imensos reservatórios de enfermidade e de morte, um mundo de gases pestilenciais, que exalados de uma só habitação, dariam para infeccionar um bairro inteiro.” (idem, p. 73)

Já foi falado que o jornalismo nasceu sem praticamente a existência de cursos para jornalistas ou mesmo teorias sobre o assunto. Na verdade, as teorias aparecem *a posteriori* ao aparecimento das empresas de jornais. O que podemos fazer, portanto, é absorver conceitos modernos nos textos de Pompéia, como os de *gatekeeper* e *agenda setting*. Isso nos leva a entender que eles não aparecem do nada, mas que houve uma fase embrionária dos mesmos. É o que se nota aqui, ao interpretar as crônicas de Raul Pompéia. As suas marcas enunciativas encontradas nas crônicas levaram-nos a inferir certos conceitos modernos de jornalismo social que já perduravam na mente do cronista Pompéia e que hoje estão conceituados em manuais de jornalismo. Estamos tentando demonstrar, assim, como Raul Pompéia foi um precursor de conceitos modernos de jornalismo. A leitura de suas crônicas mostrou-nos não só o local de uma interação dialógica entre narrador e seu público alvo, como também, um meio de selecionar termos e transformá-los em assuntos temáticos a serem discutidos em *agenda setting* por seus leitores.

Atualmente, a investigação científica sobre o jornalismo e as notícias constituem um dos campos de estudo que vem apresentando um grande crescimento, principalmente no campo mais amplo do *media research* ou mesmo da *communication research*. Passemos a tratar da *newsmaking*, ou seja, da produção da notícia em nosso atual meio social, sem deixarmos, porém de ligá-lo aos textos de Pompéia, que ora nos servem de corpus de pesquisa.

Na moderna sociedade industrial, até a notícia é um produto à venda, segundo Medina (1978)³⁸. O jornalista deve ser visto, então, como um autor/produtor, submetido a uma rotina de trabalho, como qualquer funcionário de uma empresa. O

³⁸ MEDINA, C. *Notícia um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana industrial*. São Paulo, Summus, 1978.

jornalista, porém, contribui para definir o processo de produção dessa mesma empresa e atua sob certas regras de censura inerentes à mesma.

Nesse campo, os estudos sobre a questão dos efeitos dos *mass media* sobre uma audiência e a forma como eles constroem a imagem da realidade social ocupam um papel relevante. A hipótese do agendamento sustenta que as pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função dos que os *media* veiculam. Ou seja, os *media*, pela disposição e incidência de suas notícias, vêm determinar os temas sobre quais assuntos o público falará ou discutirá durante alguns dias.

Mccombs; Shaw, Viseu (2001) ³⁹ ampliaram ainda mais o conceito de *agenda-setting*, ao colocar que o *agenda setting* coloca não só o assunto que devemos discutir mas também como pensar esses assuntos para discuti-los, No nosso modo de entender, as crônicas de Pompéia efetuavam esses dois papéis. Ela tomava o tema de uma notícia e opinava sobre ele, a fim de que seu público leitor tivesse parâmetros capazes de ajudar o modo de encarar os problemas: social, econômico, político, entre outros problemas dados, com mais propriedade crítica do que a simples informação de um acontecimento qualquer.

Wolf (2001 pp. 203-204)⁴⁰ estudando o *newsmaking* divide sua atenção tanto no pólo de produção da informação, como no pólo de emissão da mensagem jornalística e em cada uma das suas ações, na transformação dos acontecimentos em discurso. Para ele, está inerente na produção noticiosa o relacionamento entre fontes e públicos, além da própria captação de informação e do tratamento e edição do noticiado. Ele chega até mesmo a tratar da distribuição da informação.

³⁹ VISEU, A. *Decidindo o que é notícia, os bastidores do telejornalismo*. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

⁴⁰ WOLF, M. *Teorias da Comunicação: Mass Media: Contextos e Paradigmas*. Lisboa: Ed. Presença. 2001.

Ora, esses problemas não são modernos, mas milenares. Onde houver informação de um modo ou de outro eles aparecem. Porém, só recentemente eles foram teorizados, já, então, em um meio mais tecnológico do que aquele que viveu Pompéia, mas que foi o embrião dessas novas teorias sobre o jornalismo. Para Wolf (op.cit), está inerente na produção noticiosa ou da informação do factual uma complexidade de temas, já que todos eles podem ser notícia, desde que mantenham a idéia de importância para o grande público que deseja saber os últimos acontecimentos que o aflige, e, que são próprios de sua comunidade. Desse modo, também, detectamos nas crônicas de Pompéia um agudo mergulho nos problemas sociais que é uma espécie de aprofundamento filosófico no factual. Ele era um verdadeiro *gatekeeping*, como já dito antes.

Assim sendo, não há como não ligar essa idéia com as crônicas de Pompéia. O termo *gatekeeper*, foi se moldando ao jornalismo e em 1945, Kurt Lewin apud Hohlfeldet (2002)⁴¹, psicólogo formado em Física e Matemática, fundou um centro de pesquisas de dinâmica de grupo em Massachusetts e fez estudos sobre a formação de opinião, observando as reações de cada um dos membros de um grupo, diante de uma mensagem oriunda de diferentes vias de comunicação (cf Mattelart, 1999, p. 52).

Suas experiências convergiram nas noções de *gatekeeper* ou controlador do fluxo da informação, função que garantia ao “formador de opinião”, ainda de modo informal como era o caso de Pompéia que não era um profissional do jornalismo, um importante papel no fluxo informativo. Lewin (1965, p. 186), entendia que as questões básicas da sociologia não poderiam ser respondidas sem a experimentação.

41 HOHLFELDET, A. et al. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Vozes, Petrópolis, 2002.

Assim sendo, os estudiosos da cultura de massa que aplicaram o conceito nascente de *gatekeeper* nas suas pesquisas sobre o desenvolvimento do fluxo de notícias nos órgãos de informação entenderam a necessidade de pesquisas junto ao público leitor para determinar a eficiência de um determinado modo de seleção de notícias. Pompéia fazia essa pesquisa junto aos seus leitores, como já demonstrado em excerto anterior, como ele considerava opiniões recebidas por cartas. Foram ações como essas que nos permitiu inferir que ele era o precursor do conceito desses conceitos – *gatekeeper* e *agenda setting* - nos estudos que fizemos de suas crônicas como textos do jornalismo. De modo intuitivo, ele colocou em suas crônicas o que a prática moderna teoriza no presente. Suas crônicas denotam sempre um diálogo com seu público com muita destreza interativa.

Na verdade, esse processo já era de uma comunicação não linear, mas em 360°, pois parece que Pompéia considera seu leitor capaz de interagir com o cronista a ponto de ser um espírito crítico do que ele escreve. Há uma preocupação imensa desse escritor em ser entendido nos diálogos que estabelece com seu público-alvo. As notícias podem ser como espelhos da realidade, que preza explicar como os fatos aconteceram na própria realidade que os determina, como se não houvesse a intromissão do jornalista com sua subjetividade no narrado, embora isso, na verdade, seja impossível de acontecer. A própria escolha das palavras já não é neutra, e o narrador não deixa jamais de estar no que narrou. A escolha das palavras reflete a posição ideológica de quem narra a notícia. Mas o cronista não está atrelado ao factual como um espelho, mas sim, a uma possibilidade de criar sobre o acontecido, até distorcendo e camuflando nomes e fatos, como nos casos em que há proibição de detalhes, que podem provocar futuros problemas para a empresa do jornal em que ele trabalha. A notícia quase sempre deve ser dada em

primeira mão e o jornal deve ser o primeiro a dar as últimas. No entanto, o cronista não está dentro dessa lei e ele pode como *gatekeeper* escolher uma notícia que ganhou repercussão e entrou em uma cadeia de comunicação.

A opinião do cronista Raul Pompéia entra nessa cadeia como se fosse uma opinião final, como se ele redigisse o capítulo final de uma novela. Seu novo texto, no entanto, gera um texto novo, em uma infinita semiose, no texto interpretativo do seu leitor Assim, sentimos nós que as crônicas de Pompéia trazem marcas desse itinerário. Sua opinião parece querer fechar um ciclo de comentário sobre um determinado acontecimento, mas acaba por abrir novas portas no assunto dado como notícia.

Em uma das partes da sua crônica de 15 de abril de 1891, publicado em “O Estado de São Paulo”, Pompéia trata do saneamento básico da cidade do Rio de Janeiro e a finaliza com a seguinte frase: “O assunto não convida muito a insistir. Aqui fazemos ponto.” (idem, pag. 74) Na verdade, não há o fechamento do assunto, com a publicação da crônica, mas sim, uma idéia para ser discutida como *agenda setting*.

Assim sendo, tanto o jornalista que noticia quanto o jornalista repórter trabalham com temáticas sociais. Eles também podem sentir-se igualmente comprometidos com a objetividade do narrado sem perder a preocupação com o social. O *gatekeeper* como o sujeito que pressupõe dar uma informação de modo neutro ou objetivo é uma ficção, ou apenas, uma maneira de entender que o jornalista deve primar pela sua neutralidade em relação ao que informa. No comprometimento social encontramos as crônicas opinativas de Pompéia; aqui não há neutralidade, mas um mergulho autoral em um discurso de comprometimento com o social, de modo subjetivo. Ele tem não só o poder de escolher o tema da sua

crônica, como também, o modo como tratá-lo. Sua escolha temática é feita por valores relacionados a suposições intuitivas, juntamente com o material referencial, desde que seja um tema de interesse de um público geral. Pompéia sempre parte das temáticas das notícias veiculadas de modo objetivo para transformá-las, subjetivamente, em crônicas, quando então ele se sente parte do todo.

“Levante-se a defesa nacional, que o momento é gravíssimo. Estamos ainda em tempo de nos salvar – mas é chegada a hora da resolução. (grifo nosso 1)

Guerra, toda guerra à especulação imigrantista. Os moços de talento e caráter dêem o exemplo da propaganda; os velhos beneméritos (...). Concentre-se na meditação desprevenida da verdade a inteligência legislativa da República. (grifo nosso2) (idem, p. 221)

O engajamento aparece na repetição da função conativa da linguagem feita com imperativos. Ele também é notado no pronome em primeira pessoa e nas inversões dos termos da oração que denotam a subjetividade. (ver grifo 2)

É certo que essa também é a premissa do jornalista, mas não com o mesmo poder de intervir nos dados enunciados como tem o cronista. Apesar desse domínio do que pode ou não ser publicado, pois a crônica é também matéria jornalística assinada, a crônica não pode deixar de ser uma observação que envolve valores, suposições, referenciais factuais, mas também, certo poder de produzir prazer estético, levando o factual às raias do lírico. É o envolvimento ético que se extrapola em uma linguagem emotiva e cheia de figuras de linguagem, ritmos, assonâncias e aliteraões, quando o factual se dissolve em linguagem lírica.:

“É preciso prosseguir.

Alerta brasileiros!

A postos o patriotismo, a postos a mocidade, a postos os tribunos do povo.

A vil intriga gringa continua a lavar por esse grande e infeliz Estado de São Paulo.” (idem, p. 220)

É possível,então, notar como esse texto é eivado de uma linguagem cheia de assonâncias do “r” e do “s”, do “p”, assim como a repetição da palavra

“postos”, reiterando nessas repetições seu estado de espírito, de revolta contra a especulação imigrantista.

Isento dos problemas dos valores corporativos, o cronista é um profissional mais liberal do que o jornalista que informa apenas. Este, como profissional, está sob a égide de um contrato com sua organização e as escolhas do que vai ser informado passa por um crivo editorial rigoroso. Esse processo é acordado antes entre o jornalista e a sua empresa.

Para Wolf (idem, pág. 134) as empresas de comunicação são “grupos com níveis organizacionais formais, hierárquicos, e uma coesão fortemente condicionada por valores profissionais partilhados e por eficazes sistemas de sanções e recompensas”. Ao cronista essa lei é apenas relativamente pertinente. Ele pode usar metáforas e metonímias que o jornalista da notícia não pode. O jornalista está sempre está atrelado a nomes e detalhes referenciais que não podem ser suprimidos ou alterados. O cronista, porém, não precisa se ater ao lide de uma notícia. Na notícia a informação é lógica e fria e deve ser a mais objetiva e precisa possível. O cronista deve envolver estética e emocionalmente o seu leitor pelo apelo ao belo. Raul Pompéia consegue articular informação e arte em suas crônicas com belos jogos estéticos de construção verbal, como vimos a pouco.

Portanto, relacionar o *gatekeeper* jornalista e *gatekeeper* cronista em Raul Pompéia cronista é falar de um procedimento jornalístico, em ambos os casos, que não deixa, porém, de ter rasgos líricos. Há em suas crônicas uma linha tênue entre as determinações restritas ao fato noticiável para o primeiro, relacionado ao interesse corporativo e para o segundo sobre um certo fazer como trabalho de linguagem, em busca de um certo esteticismo que é, de certo modo, dispensável para o segundo. Na crônica de 26 de fevereiro de 1891, na sua última parte (idem,

p.53), há fortes indícios de referencialidade factual dentro da própria crônica de Pompéia, que se trata do seu lado de gatekeeper jornalista:

“O momento em que se escrevem essas linhas, começam-se a acender as gambiarras de luminárias das repartições públicas, em sinal de regozijo pela eleição e posse do Generalíssimo Deodoro da Fonseca, primeiro Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.”

É quase o verdadeiro lide. Aparece quem, quando e onde. Mas logo após o veio literário aflora e ele continua em uma linguagem repleta de imagens metafóricas. Senão vejamos:

“O gás da iluminação festiva não arde por conta da unanimidade das opiniões em aplauso ao resultado do grande escrutínio do Congresso. Os fatos têm, todavia, na história sua fatalidade...” (idem, p. 53)

O termo *gatekeeper* está, portanto, diretamente ligado às reflexões de atuação do jornal na sociedade moderna, nas esteiras da *Mass Communication Research*. Não nos importa se havia, na época de Pompéia, pesquisas de audiência como a do Ibope atual, já que a sociedade era muito restrita e os comentários estavam em todos os lugares, que não eram muitos. O *feedback* era dado quase que *tete à tete*, ou seja, quase que diretamente, no discurso corporal entre leitor e esse jornalista-cronista, como já vimos antes.

Refletir sobre *newsmaking* hoje é evidenciar a complexidade estrutural da interação jornalista e leitor, pois percebemos que descrever o trabalho comunicativo dos emissores da notícia ou da crônica jornalística é um processo cheio de rotina, estereótipo funcional, precedente sedimentado, notícia viscosa, que não é novidade. Na crônica, há um produto da própria humanidade que não se restringe ao informado.

Pompéia atuava em seu meio jornalístico como um filtro do que acontecia e do que era comentado diariamente pelos leitores. Só depois ele se tornava uma

espécie de consciência crítica desses mesmos leitores e assim produzia suas crônicas. Para Pompéia, não bastava levar uma informação para atingir o leitor, pois ele entendia que a missão do jornalista-cronista deveria ser uma missão maior, ou seja, interferir no social e, desse modo, concretizar mudanças no pensamento e hábito dos seus leitores, como vimos a pouco em uma crônica cheia de imperativos, incitando seu público alvo a agir.

Cohen (1963)⁴² assegurava que “se a imprensa nunca pudesse convencer as pessoas de que é preciso pensar, ela teria mais sucesso em dizer no que é preciso pensar”. Esse era exatamente o princípio que detectamos nas crônicas em análise aqui de Raul Pompéia. Ele entendia como o noticiado era um meio de influenciar tomadas de futuras atitudes em leitores, como, por exemplo, na última parte da crônica do dia 25 de julho de 1892, para O Estado de São Paulo:

“Levante-se a mocidade! Levante-se os brasileiros de coração! Insurjamos, em nome do futuro, a revolta do brio nacional! Atravessamos uma hora gravíssima. Reolhamo-nos ao templo da honra cívica. E saudemos o Brasil grande e unido. Tudo pela Pátria tal qual é (...) Louvado seja o próprio crime.” (idem, p.233)

O *agenda setting* tende mais para uma hipótese de investigação das conversas entre pessoas, na medida em que as notícias são lançadas para a sociedade. Para WOLF (idem, pág. 145) a hipótese apresenta pressupostos e estratégias de pesquisa, contudo falta-lhe homogeneidade metodológica caracterizando-a como:

“Um núcleo de temas e de conhecimentos parciais, suscetíveis de ser posteriormente organizados e integrados em uma teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercido pelos mass media, do que um modelo de pesquisa definido e estável”.

⁴² COHEN, B. C. apud BRETON, P. & PROULX, S. Sociologia da Comunicação. São Paulo: Loyola, 2002

Por certo, a imprensa escrita do século XIX, não tinha a grande massa de leitores que os modernos periódicos possuem hoje. Pompéia convivia com uma realidade diferente da nossa, mas com certas identidades, pois os leitores que acompanhavam suas crônicas faziam girar as conversas que poderiam ir além do que fora proposto inicialmente pelo meio de comunicação. Nem sempre a mídia consegue impor sua versão dos fatos, porque ele depende de referenciais extralingüísticos.

À crônica, porém, não se indaga se o fato aconteceu ou não e, desse modo, ela é mais influenciável. Ainda mais: seus temas não são nivelados por baixo, pois os leitores de crônicas tem sido sempre um público mais exigente do que o leitor da simples informação. A crônica do *agenda setting* é feito de hipóteses de problemáticas existências e não de fatos em si mesmo, pois eles extrapolam tempo, espaço e personagens. No caso de Pompéia, porém, isso não acontece pois suas crônicas são inspiradas em fatos do cotidiano.

Diante das muitas e diferenciadas pautas, Pompéia escolhe a que ele se sente com possibilidade de interagir de modo emotivo e subjetivo. Já vimos antes, como ele se serve da primeira pessoa do plural, que segundo JAKOBSON⁴³ é a função emotiva, centralizada no emissor, revelando sua opinião, sua emoção. Nela prevalece a linguagem interjectiva e exclamativa, além de inversões frasais, linguagem denotativa, jogos sonoros e uma silepse de número: o uso do plural (nós) referindo-se a um sujeito coletivo partindo do seu próprio eu.

É muito importante observar como Pompéia agenda suas crônicas, o que o antecipa, como já vimos, como criador de um *agenda setting*. Ele segue até mesmo calendário festivo e político. Eis um exemplo:

⁴³JAKOBSON, Roman. *Lingüística e Comunicação*, São Paulo: Ed. Cultrix, 1970

“Rio, 5 de março de 1891.

A questão do dia, que vem herdada da última semana, é a presidência do Generalíssimo Deodoro.

Pela regra de que as coisas de mais brilhante aparência, embora menos importantes na realidade, são as que mais preocupam, muito longe estive de interessar os cuidados do público, tanto quanto o fato da eleição presidencial, o grande acontecimento da promulgação da constituição.” (grifo nosso) (idem, p.54)

Quando Pompéia trata, que as coisas que são consideradas menos importantes para um público em geral, mas que para ele são de sobeja relevância, esse escritor não hesita em trazer à baila o assunto em forma de crônica.

Há outras variáveis nesse intermeio que devem ser consideradas. Se as notícias se repetem em vários periódicos como se fosse um processo de seleção praticamente combinado, o cronista pinça entre todos aqueles que mais afeta sua sensibilidade como ser humano. Desse modo, ele está mais afeito às subjetividade próprias dessa escolha e não as necessidades da sociedade como um todo.

A crônica como texto artístico, é passível de plurileituras. Elas permitem ambigüidades em linguagem opaca, grande concentração de linguagem conotativa, que provoca estranhamento. Isso demonstra que a leitura dessas crônicas depende de variáveis incontroláveis, principalmente em relação ao seu poder ideológico.

Opiniões são produtos individuais, mesmo que sejam baseadas em factuais. Vejamos um excerto de uma crônica de Pompéia que descontextualizado ele permite plurileituras:

“ E cada um por seu lado, às escondidas, numerosíssimos quando somados, vai conseguindo de cada canto, em ondas de exalação fétida e hábitos mornos de fermentação, se levante como uma maldição contra o estado de cousas, ou voto energético das ratazanas de defuntas, das cascas de abóbora em decomposição, das raspagens de panela, das fuligens de fumeiro, das cristas podres de galinha e patas que sobram. De resto, muito digno de tal gente esse escrutínio político das esterqueiras.” (idem, p.203)

Pode-se dizer que se está diante de uma descrição de um cenário, que poderia estar inserido em um romance naturalista; no entanto trata-se de uma parte de uma crônica de jornal, escrita em 29 de maio de 1892, veiculada em O Estado de São Paulo. O assunto em questão era a limpeza pública, conhecida como a manifestação do lixo.

Pompéia sabia que suas crônicas influenciavam seu público leitor assim como as opiniões de seus leitores influenciavam suas crônicas. Como as crônicas independem do acordo do narrador com os leitores, todas as pessoas que as lêem podem concordar ou discordar do que foi narrado, diferentemente da notícia, cuja interpretação tem que ser mais consensual, sem permitir plurileituras.

Tanto o narrador Pompéia manipula a opinião do leitor como este também manipula a opinião daquele, com seus comentários. Já vimos anteriormente como Pompéia interagia com seus leitores por cartas, por comentários de amigos, entre outros recursos de *feedback*. A sua biografia mostra a preocupação que ele tinha da opinião alheia. Isso se comprova pelo ato extremo que Raul Pompéia cometeu o suicídio simplesmente por não terem publicado sua réplica ao artigo “Um Louco no Cemitério”, autoria de Luis Murat, como já citado em sua biografia.

Diante das muitas e diferenciadas pautas, Pompéia escolhia a que ele se sentia com possibilidade de interagir de modo emotivo e subjetivo, mas o agendamento tem muito a ver com o que o público pensa sobre o tema a que o cronista se serviu, para se tornar motivo das próximas conversas desse público-leitor. Não há garantias que o processo seja inverso, ou seja, embora a opinião do leitor influencie a do cronista, isso não significava que esse leitor imponha ao cronista seu próximo tema, já que cabe ao cronista a decisão do que escrever como temática a servir de *agenda setting*.

Há outras variáveis nesse intermeio que devem ser consideradas. Se as notícias se repetem em vários periódicos como se fosse um processo de seleção praticamente combinado, o cronista pinça entre todos aqueles que mais afetam sua sensibilidade como ser humano. Desse modo, ele está mais afeito às subjetividades próprias dessa escolha e não as necessidades da sociedade como um todo.

Não é pelo fato que haja certa coincidência temática das notícias dos periódicos, não são os meios que agendam os assuntos a serem discutidos pelo público leitor. Os próprios meios parecem agendar-se mutuamente, porque há notícias lançadas pela imprensa de uma região que são reutilizadas por outras e que são completadas hoje por outras mídias, tornando o fato multimidiado. A multimídiação se dá em novos suportes, com novas linguagens e esse fenômeno não era própria da imprensa de séculos anteriores ao XX. Mas o ato de influenciar e ser influenciado independe do meio. Se quase todos que liam a crônica de Pompéia eram influenciados por suas idéias, também ele era influenciado pelas repercussões das mesmas, pois não há como escapar das inúmeras opiniões dos leitores, quando os temas são principalmente socioeconômico e político, já que esse impacto se revela até mesmo na venda do periódico. O cronista, no entanto, não tem tanto compromisso com a comercialização do jornal, já que as notícias é que são consideradas produtos à venda. Se na época de Pompéia, a crônica tinha o mesmo nível de importância na comercialização dos periódicos, conforme podemos comprovar com os folhetins que tinham seus capítulos como instigadores da compra futura, já que cada capítulo terminava em um clímax, os jornais modernos, aos poucos, deixaram essa parte ficcional para os outros meios de comunicação, como a novela de televisão. Isso não significa, porém, que não haja público leitor para as crônicas do jornal.

Não há jornalista que não se preocupe com o *feedback* de seu trabalho. Se diante da corrida pela notícia, o jornalista tem uma evidente preocupação de garantir suas produções em tempo restrito e tem que escrever sobre pressão diária para ocupar seu espaço na página impressa, o cronista precisa ter temas que possam garantir um bom texto, para conseguir repercussão e comentários. Aqui, o cronista como *gatekeeper* faz um processo de seleção própria dos temas, já que ele é o responsável por essa seleção e produção dos mesmos. Sua tarefa é estar ligado aos acontecimentos sociais, ao que as pessoas comentam e o que as afetam, observando situações e possibilidades de abordagens. Segundo Coutinho (1982, p.23)⁴⁴, “a cônica exigia naturalmente participação direta e movimentada na vida mundana, de que era um eco ou o espelho na imprensa.” Ele continua argumentando, tomando como exemplo, Machado de Assis, sendo que esse cronista freqüentava todos os círculos onde ia colher *de visu* a matéria prima de suas crônicas: as reuniões da sociedade, o teatro, o parlamento. Dessa maneira de atuar, Pompéia também não escapou.

Os temas das crônicas modernas, ainda estão no cotidiano, assegura Fernando Sabino em uma metacrônica chamada “A última Cronica”.⁴⁵ No entanto, não se deve perguntar, após a leitura da crônica de Sabino se o fato aconteceu ou não. Interessa ao leitor a mensagem de vida, de amor familiar, de humildade e

⁴⁴ COUTINHO, Afrânio (org) Obras Raul Pompéia, Crônicas I, v. VI. São Paulo, OLAC: 1982.

⁴⁵ “A caminho de casa, entro num botequim da Gávea para tomar um café junto ao balcão. Na realidade estou adiando o momento de escrever. A perspectiva me assusta. Gostaria de estar inspirado, de coroar com êxito mais um ano nesta busca do pitoresco ou do irrisório no cotidiano de cada um. Eu pretendia apenas recolher da vida diária algo de seu disperso conteúdo humano, fruto da convivência, que a faz mais digna de ser vivida. Visava ao circunstancial, ao episódico. Nesta perseguição do accidental, quer num flagrante de esquina, quer nas palavras de uma criança ou num acidente doméstico, torno-me simples espectador e perco a noção do essencial. Sem mais nada para contar, curvo a cabeça e tomo meu café, enquanto o verso do poeta se repete na lembrança: “assim eu queria o meu último poema”. Não sou poeta e estou sem assunto. Lanço então um último olhar fora de mim, onde vivem os assuntos que merecem uma crônica.” (...) SABINO, F. A última crônica in “A Companhia de viagem”, São Paulo: Editora Record, 1965.

simplicidade que os fatos narrados por ele deixaram entrever. Essa suspensão da veracidade é um dos pontos cruciais que determinam a diferença entre a notícia e a crônica. Mas, tematizar um problema é colocá-lo na ordem do dia da atenção do público. É dar-lhe relevo adequado, salientar certa centralidade e seu significado em relação ao fluxo de informação não tematizada (cf. WOLF, 2001, p. 163).

Pompéia acompanhava os problemas sociais e as pessoas que comentavam o que lhes afetava, além de observar situações e possibilidades de abordagem. Ele procurava apresentar um novo ângulo de focalização para notícias já dadas. Era sua a responsabilidade da emissão temática que, como *gatekeeper*, ele apresentava novos tópicos e enquadramentos, definindo qual a abordagem ideal sobre os acontecimentos sociais da época, até mesmo do seu período histórico, para colocá-los na crônica, gerando, assim, novas discussões. Seu centro de interesse social destacava-se das demais possibilidades de produção do discurso das suas crônicas, que ele entendia ser os assuntos (*agenda setting*) que iam despertar o interesse do público-leitor.

Por certo, os temas pinçados para se transformar em notícia, dentre os demais, é considerado em termos de importância; os mais importantes devem ser tratados com mais profundidade e ocupar maior espaço na página do jornal; outros, considerados de menor importância, são tratados com menos profundidade e ocupam partes menores na página do jornal. Ao cronista cabe sempre pinçar um tema que ele se sinta empática e liricamente ligado a ele.

Para Pompéia, os temas deveriam ir ao encontro das necessidades e crenças do leitor, tentando impor neles um novo ponto de vista mais crítico e pessoal. A ação autoral provocando uma reação no leitor está evidente em suas crônicas. Assim, sua *agenda setting* se desenvolvia em termos de uma interação

entre as experiências em primeira mão, pessoal e diretamente vivida por ele, e um interesse mais geral, dos leitores, a fim de melhorar o ponto de vista das pessoas que organizam e estruturam a realidade que os circunda, tendo como parâmetro as idéias desse cronista.

Ele sabia que seus leitores necessitavam de que as informações fossem mais problematizadas contextualmente, definindo interesses sociais e com certa utilidade até imediata. Assim, ele considerava os leitores como receptores ativos e não tinha a intenção de manipulação, mas de levá-los à reflexão e ele se sentia então engajado, ao chamar a atenção para um diálogo social mais contundente para problemas sociais que os afligiam. Ele valorizava a notícia ao retomá-la e aprofundá-la em suas crônicas, mas sabia, também, que o leitor também decide suas preferências, motivações e as equipara com as do cronista. A decisão do leitor poderia ser de rebeldia, de submissão ou de supervalorização do ponto de vista novo que a sua crônica proporcionava aos fatos.

Se na notícia predomina os valores de seleção em relação de importância do informado para a sociedade, ao cronista interessa provocar o sujeito que lê seu texto, em termos de levá-lo a uma ação crítica, pelo menos, do fato abordado. Para o cronista, os valores do noticiado estão no mesmo nível dos valores de construção, pois o cronista também se preocupa com o belo, pelo seu envolvimento lírico com o objeto temático ora colocado em estado de reflexão.

Se a notícia depende de contextualização, a crônica deve extrapolar esse parâmetro e ir de encontro a sujeitos como seres humanos com todas as suas angústias e necessidades de encontrar novas perspectivas de aprimoramento e ajustamento social. O *gatekeeper* cronista deve ter a parcimônia e responsabilidade do que informa, mas, ao mesmo tempo, deve atingir o *pathos* (a emoção) do seu

leitor. O *gatekeeper* da notícia de jornal trabalha mais com a razão, enquanto o cronista tende a envolver o leitor de modo mais emotivo.

O jornalista atua com sua bagagem profissional e de experiências pragmáticas em torno da sua profissão em aprendizagens cotidianas, rotineiras, no ato de selecionar a notícia ideal para ser o grande tema da *agenda setting* de seus leitores. Mesmo assim, muitas vezes ele se sente em situações contraditórias no momento de decisão da escolha do que informar com mais contundência.

A escolha temática do *gatekeeper* cronista Pompéia não dependia nem do editorial do jornal, nem de uma pauta pré-estabelecida, pois ele não tinha os compromissos com a escolha adequada da informação a ser dada, pois seu tema deve estar adequado aos seus sentimentos mais íntimos e, portanto, ligados com seu desejo de atuar como formulador de opiniões, mais do que simples informante.

Não se trata de demonstrar ligações com a definição de notícia, mas como o *gatekeeper* da notícia pode ser um portão e selecionar quem pode ou não entrar no edifício do jornal em um determinado dia. O *gatekeeper* cronista, porém, deve atuar como selecionador de temas que extrapolam a informação pura e simples. Ele produz cancelas no caminho do leitor, paradas para reflexão e produzir reflexões ao aprofundar-se nos temas noticiados antes.

A ele não interessa o fluxo da corrente de informação, mas o mergulho nas águas da problemática existencial humana. A intermediação jornalista – leitor tem um fluxo mais contínuo, mais simples e direto do que a do cronista que não se interessa pelo consumo do que produz, mas sim, pelas funções emotivas, fáticas e poéticas (JAKOBSON, 1990)⁴⁶ que extrapolam o fato como informação. Este é mais

⁴⁶ Cf JAKOBSON, R. *As funções da linguagem* in HALHUB, Samira., Professora da Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, funções da linguagem - Série Princípios –São Paulo: Editora Ática, 1990.

dotado da função referencial. Raramente, o jornalista publica seu texto como ele foi redigido pois a editoria é um crivo que quase sempre faz modificações no discurso a ser informado, já que a editoria é mais um *gatekeeper* para o jornalista, pois ela interfere, altera, limita ou veta produções textuais.

O texto do cronista, em geral, não passa por esse crivo e vai direto para a publicação. Em geral, os cronistas são considerados como profissionais exemplares e de grande nome e tradição dentro do contexto redacional do jornal. Dificilmente um dos seus textos é vetado pela editoria do jornal.

Assim sendo, mostramos como o processo de selecionar informações para noticiar como o faz o *gatekeeper* da notícia, passa a determinar que acontecimentos são jornalísticos e de interesse geral que se tornam temas da *agenda setting* de um determinado espaço temporal e contextual. Hoje a imprensa fixa o calendário de vida e até dos acontecimentos, dizendo o que é importante ou não saber. Mas o *cronista-gatekeeper* de si mesmo, como Raul Pompéia, tem uma preocupação de filtrar o noticiado ou reiterar uma temática nova dos acontecimentos do cotidiano e, assim, desmistificar o estereótipo do informado de modo semelhante em todos os jornais e imprimir sua marca estilística e ideológica, portanto subjetiva, no texto objetivo da informação dada.

Assim, tentamos provar que os estudos da corrente teórica do *Mass Media Communication Research*, que estuda a relação de como a notícia constrói uma realidade a partir de um factual, filtrada por um *gatekeeper*, para formar o *agenda setting* tratando do tema que os leitores vão discutir em seu dia a dia. Nesse contexto, entendemos que esses estudos também fazem referência aos jornais do século XIX e que há uma diferença entre o *gatekeeper* que trata da notícia e do cronista como *gatekeeper* de seus temas próprios.

É possível ligar todos esses conceitos às crônicas de Raul Pompéia, já que entendemos que ele, como sujeito engajado e com a predisposição de determinar reflexões sociais sobre os problemas noticiados, tornou-se *gatekeeper* de si mesmo e produtor do *agenda setting* dos seus leitores, antecipando esses conceitos construídos modernamente.

CONCLUSÃO

A viagem que se encetou pelas crônicas de Pompéia mostrou-se deveras gratificante.

O olhar, como de um *vouyer*, que passeia por um grande centro de uma metrópole do séc. XIX , fez descortinar-se no horizonte das informações históricas pinçadas nas entrelinhas, da saborosa linguagem jornalístico-literária de Pompéia, um mundo paradoxal: por vezes muito semelhante ao presente; outras vezes com os mesmos temas que a imprensa atual manipula; por vezes, ainda, fatos que eram característicos de um provincianismo próprio do Rio de Janeiro daquele século. Além de encontrar uma polêmica personalidade de um escritor preocupado com a moral e a ética, Pompéia era um fanático brasileiro em defesa do país, da República, do nacionalismo, sempre preocupado com as causas sociais em detrimento da corrupção, do período festivo do carnaval carioca, que segundo suas palavras:

“Rio, 16 de fevereiro de 1891.
O ano para o Rio de Janeiro começa com a quaresma. O ano do trabalho, é preciso dizer.
Até essa época não se faz verdadeiramente senão esperar pelo carnaval.”
(p.45).

O cosmopolitismo do Rio de Janeiro, o militarismo, a abolição, a monarquia e a República, além dos políticos corruptos, a vida das personalidades, a intensa vida social noturna e artística, os problemas da economia, de infra-estrutura social (habitação, saneamento, transporte público, saúde pública, etc.), a pobreza, a crítica à imprensa comprometida com sectarismos, enfim, todos os assuntos que eram veiculados na imprensa da época poderiam se tornar o tema das suas próximas crônicas.

Pompéia chega a se sentir perdido em meio a avalanche temática que brotava de uma simples data do calendário, com tantos acontecimentos da vida urbana em franca ebulição.

O prazer de ler Pompéia nasce da sua capacidade de colocar um brilho intenso na linguagem de suas crônicas. Há nelas, excertos dignos de figurar entre descrições de grandes antologias literárias. Se o leitor quiser apreciar sua capacidade de construir linguagens conotativas, com jogos sonoros, rítmicos, inserida em uma prosa poética, faz com que o leitor se sinta diante de um grande escritor de crônicas. Por isso, entendemos aqui que suas crônicas, também, atingiam os meandros do literário.

Mais surpreendente foi a revelação que as leituras deram de uma antecipação de determinados conceitos do jornalismo mais atual como de *gatekeeper*. Foi surpreendente, também, perceber a relação intensa que Pompéia mantinha com seu público leitor, procurando um *feedback* para produzir seus próximos textos, levando em consideração a opinião e as necessidades temáticas dos seus leitores. De certa forma, ele antecipa o que hoje se entende por pesquisa de mercado.

Outro pormenor interessante foi perceber que Pompéia estava ciente de uma certa repercussão das suas crônicas nos comentários dos seus leitores. Desse modo ele antecipa o que hoje é conhecido como *agenda setting*.

Sua retórica nessas crônicas, segundo as esteiras de DIJK, faziam uma combinatória em uma macroestrutura que se tornou uma espécie de estilo do autor. A partir de uma temática retirada das informações do jornal, Pompéia passava a filosofar sobre ela, agindo como se fosse mais um dos leitores, com consciência crítica, capaz de não só de receber uma informação e passá-la adiante, mas

também de adentrar o texto de modo subjetivo e ali depositar suas impressões próprias

O espírito combativo e controvertido de Pompéia extrapola até mesmo na dificuldade para enquadrar sua obra na Literatura Brasileira. A crítica, no início, julgou-o naturalista, mas o olhar mais acurado sobre suas obras, aproximaram-no do Simbolismo, com predominância do estilo impressionista. Porém, não há divisão estanque para isso e sua produção mostra rasgos de linguagem naturalista, descrição expressionista, além da simbolista. Isso é a materialização do seu espírito controvertido, balançando aos ventos imperativos da linguagem e de seu público leitor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGUCCI Jr, Davi. "*Fragmentos sobre a crônica*". Folha de São Paulo, São Paulo, 01 maio 1987.

ASSIS, Machado de. "História de 15 dias", 15 de março de 1877. In: ---. *Obra Completa Vol. III*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1994. Disponível em: <http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2009.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOSI, Alfredo. *In Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. org. São Paulo: Xamã, 1997.

BURKE, P. & BRIGGS A. *Uma história social da mídia: de Gutenberg a Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CANDIDO, Antônio *et al*, *A vida ao rés-do-chão*. In: *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.

CARVALHO, Kátia. Ciência da Informação – vol. 25, número 3, 1996. Disponível em <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/469/428>, acesso em: 06 de julho de 2009.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Cortez, 2004.

COUTINHO, Afrânio. *Obras Raul Pompéia: Crônicas 1*. vol. VI. org. e notas de Afrânio Coutinho e assistência de Eduardo de Faria Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. OLAC, 1982.

_____. *Raul Pompéia: Crônicas 3*. vol. VIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. OLAC, 1983.

D"OLIVEIRA, G. A. Vicente Yánêz Pinzón: 470 anos depois do descobrimento do Brasil pelos espanhóis. Ensaio crítico baseado na Carta de Navegar de Juan de La Cosa, e nos tomos VII e VIII dos *Pleitos de Cólón*. Disponível em: <<http://www.isntitutedoceara.org.br/rev-apresentacao>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

ECO, Umberto. *Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

FARIA, J. R. In: Prefácio de Crônicas Escolhidas de José de Alencar. São Paulo: Ática, 1995

Folhetim. Wikipedia: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Folhetim>>. Acesso em: 05 de jan. 2009.

JAKOBSON, R. *As funções da linguagem* in HALHUB, Samira., Professora da Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo - Série Princípios – São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____ *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.

HOHLFELDET, A. et al. Teorias da Comunicação.: conceitos, escolas e tendências. Vozes, Petrópolis, 2002.

LIMA, Luiz Costa. *Machado: Mestre de Capoeira*. In: *Intervenções*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

LITERARIEDADE: disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Literariedade>. Acesso em 14/08/2009

MARTINS, Luiz. *Imprensa e democracia: Jornalismo e o sopro da utopia*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=331AZL001>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

MCLUHAN, Marshall publicado em co-autoria com Quentin Fiore, uma obra com o título *O Meio é a Mensagem: Um inventário dos efeitos* (tradução nossa: *The Médium is the Message: Na Inventory of Effects*). Harmondsworth: Penguin.

MCLUHAN, Marsahll. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1974.

MEDINA , Cremilda. *Notícia: Um produto à venda*. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. *Historia Social da Imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária: prosa*. v. 1. São Paulo: Cultrix, 1978.

MOREL, Marco. *A imprensa periódica no século XIX*. Disponível em: <[http://www.afnf.com.br/Ucam/ComunicacaoMassa25\(imprensa19\).doc](http://www.afnf.com.br/Ucam/ComunicacaoMassa25(imprensa19).doc)>. Acesso em: 09 set. 2008.

NOBLAT, Ricardo. *“A arte de fazer um jornal diário”*. São Paulo: Contexto, 2002

POUND, Ezra. *O ABC da Literatura*. São Paulo: Cultrix, 2003.

POMPÉIA, Raul. Disponível em: <http://biblio.com.br/default.asp?link=http://biblio.com.br/conteudo/raul_pompeia/RaulPompeia.htm>. Acesso em: 15 ago. 2009. Disponível em: <http://biblio.com.br/default.asp?link=http://biblio.com.br/conteudo/raul_pompeia/RaulPompeia.htm>, página visitada em 15 ago. 2009. <http://www.infoescola.com/biografias/raul-pompeia/>, página visitada em 15 ago. 2009.

RIBEIRO, José A. *Ficção brasileira e imprensa: um fenômeno inicial de linguagem em interface*. In: Fragmentos de Cultura. Goiânia, set/out 2000. Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás/Sociedade Goiana de Cultura.

_____. *Transdisciplinaridade: Literatura Brasileira e Jornalismo* Jornal do Commercio. São Paulo. Ed. Fernando Bilah, 2007.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1999.

SANCHEZ, V. M. A. de S. *O jornalismo impressionista carioca do século XIX – reflexões sobre a análise dos discursos* - Trabalho apresentado no XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, na Divisão Temática de Jornalismo. 07 a 09 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/r14-0139-1pdf>>. Acesso em: 09 out. 2009.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano?* Disponível em: <
http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf>. Acesso em: 10jan. 2009.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar. *Teoria da Literatura*. v. 1. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

SILVA, Ruy Martins Altenfelder. *Retórica e ética no jornalismo institucional*. Disponível em: < http://www.enfato.com.br/artigos_det.php?titulo=6>. Acesso em: 07 ago. 2009.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnicas da reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.212.

SODRE, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1978.

STAIGER, Emil. *Conceitos Fundamentais da Poética*. São Paulo: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

TERROU, F.; ALBERT, P. *História da Imprensa*. Trad. Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes

VAN DIJK, T.A. *La noticia como discurso: Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona. Ediciones Paidós, 1990.

VIVALDI, Martin. *Curso de redacción*. Madrid: Paraninfo, 1990.

_____. *Gêneros periodísticos – reportaje, crônica, artigo - análise diferencial*. Madrid: Paraninfo. 1987

WISEU, Alfred Eurico Pereira. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. v. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

WISEU, A. *Decidindo o que é notícia, os bastidores do telejornalismo*. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação: Mass Media: Contextos e Paradigmas*. Lisboa: Ed. Presença. 2001.

ANEXOS

As crônicas ⁴⁷, a seguir foram as selecionadas para fazerem parte do corpus, como registro imediato das citações e comentários acerca do trabalho de Pompéia.

Durante a pesquisa foram utilizados trechos das crônicas que aqui se encontram na íntegra. Todas fazem parte da compilação feita por Afrânio Coutinho, Raul Pompéia, Obras, vol. VIII, Crônicas 3, 1983. Reiteramos, que em alguns momentos, foi necessário buscar trechos de outras crônicas, desse mesmo volume.

Crônica 01⁴⁸

Rio, 8 de abril de 1891

Na data de ontem, tão cheia de reminiscências históricas e que representa, numa síntese do calendário, a crítica do governo imperial de Pedro I, devem mergulhar em cogitações os pensadores da política.

Num belo dia, porque não era agradável o governo do primeiro monarca do nosso efêmero regime monárquico, a crítica acerba dos brasileiros despede o Príncipe das culminâncias do poder, assinalando com esse agouro do futuro da pátria que acima do mais alto posto da hierarquia governamental, pode estar um pontapé do povo.

⁴⁷ Foram respeitadas as transcrições das publicações originais, com relação à pontuação, grafia, concordância e acentuação.

⁴⁸ Crônica da p. 70, da obra citada.

Sucede Pedro II a Pedro I, e a um soberano que acaba de ser enxotado, um soberano infante junto de cuja fraqueza de criança, montam guarda todas as simpatias e todas as esperanças do povo.

Qual foi a seqüência de toda essa ardente confiança num governo iniciado, que devia substituir um governo deposto? Foi que dia a dia o segundo Imperador foi acumulando justificativas para uma reprodução do que sofrera seu respeitável antecessor o pai, uma nova experiência rude e eficaz dos efeitos de projeção resultantes do impulso brusco em alavanca do perôneo popular e da tibia, graças a energética retração dos músculos da coxa.

Muito cedo já se começa a julgar entre apóstrofes de indignação que não presta para nada o governo que se seguiu ao de Pedro o último.

A filosofia a induzir dessas observações não é que devemos absolutamente descrever em política, mas que em política não devemos indignar-nos nunca.

Mesmo a indignação gasta assim, no comércio diário das opiniões, como chegaria para a crítica das situações anormalíssimas que, de vez em quando, dá na cabeça desses mentecaptos intruso como Balmaceda, criar para um povo e manter perversamente.

A observação nos ensina que não há governo que resista à crítica azeda; que este azedume vai às vezes até as revoluções e que, depois das revoluções a gente vê que não tem chegado propriamente a um ideal de Canaã.

Bem pensando, pois, menos se deve cuidar de substituir um governo porque não é bom, certo de que, tratado pela mesma crítica, o governo substituto há de valer aproximadamente a mesma cousa, do que de melhorá-lo, segundo o alcance dos nossos esforços.

Nem mesmo é mister fazê-lo diretamente. Basta que cada um trate de cumprir o seu dever na posição em que se achar colocado, com toda a lealdade, com toda a independência e com toda a coragem.

Já no tempo da monarquia era nosso parecer que a obra urgente era a da reforma moral dos monarquistas, e não a supressão da monarquia.

Formados em república, que é uma forma de governo que pretende ser a única moralizada, com muito mais razão entendemos que a melhor propaganda política é um convite de cada político, de cada cidadão a si mesmo, para o procedimento correto e intemerato da vida pública.

Façamos a *gréve* da moralidade! é o conselho a seguir. E o governo, bloqueado pela energia unânime do povo, há de ser necessariamente honrado e bom.

Esta maneira de fazer política, aplicação incomparável do *self government*, teria a vantagem, além da sua imensa utilidade prática, de ser muito mais comedida e sobretudo muito menos ruidosa do que o que por aí se vê.

Ande-se, porém, a pregar sermões aos que são cegos porque não querem ver.

Entre essas cegueiras de crítica, em que vai uma espécie de imoralidade dispersa, cuja culpa nos cabe a todos, pode-se notar uma cousa que aqui se dá em relação à higiene pública.

As epidemias periódicas sucedem-se todos os anos com uma regularidade cronométrica. Cada vez que os flagelos da insalubridade devastam a

pobre população, um brado uníssono se levanta, clamando por providências. E afirma-se que a cidade está cuidadosamente servida de focos pestilenciais; que cada um dos serviços da polícia higiênica é pessimamente conduzido. Acusa-se então a edilidade; acusa-se a junta de higiene; acusa-se a empresa Gás; acusam-se os carroceiros de uma outra empresa que por aí há sem nome que saibamos e que se encarrega de remover matinalmente o lixo das habitações. Desde o mais humilde fiscal de águas sujas, desde o mais obscuro varredor de ruas, até as mais altas autoridades sanitárias e municipais, não há quem não teme para o seu tabaco... E vem a celebrada história dos cortiços que tem culpa nas desgraças que sofremos, mas que não têm toda a culpa que se lhes atribui.

É um horror de severidade, não é assim? Se não temos a mais higiênica das cidades, não é porque não grite a imprensa vigilante, nem porque não descubra as origens do mal a perspicácia pública penetrante e fina.

Pois bem. À vociferação fulminante de todo esse *dies irae* da chamada voz pública escapa a primeira das causas de insalubridade do Rio de Janeiro, primeira a tal ponto que não fora injustiça dizer-se única: o hediondo serviço da *City Improvements & City Improvements* é uma companhia inglesa muito poderosa e muito rica, nem para outra cousa é ela inglesa. Há uma espécie de medo geral desse papão britânico e fedorento que reside como uma fera no seu antro lá para as bandas do morro de São Bento.

Esta companhia encarregou-se da colocação dos esgotos do Rio de Janeiro.

Arranjou pela cidade um serviço de limpeza que é uma miséria.

Ainda nos arrabaldes a cousa se pode ir sofrendo. Mas no centro da cidade, é verdadeiramente um terror. Cada um dos receptáculos, de péssimo

sistema, de péssima construção, mal servido d'águas por processos hidráulicos de uma grosseria mui imaginável, é, dentro de cada casa, em cada um dos andares, às vezes mais de um no mesmo pavimento; é um respiradouro perene dos mais temíveis miasmas. Os tubos de escoamento que baixam dos receptáculos são de folha, às vezes, e quando são de barro são mal juntos, e transpiram para o forro dos prédios, como para imensos reservatórios de enfermidade e de morte, um mundo de gases pestilenciais, que exalados de uma só habitação, dariam para infeccionar um bairro inteiro.

Às vezes nem são somente gases que escapam, mas derramamentos líquidos, que vão se infiltrando pelas paredes, que vão alagando os tetos e aparecendo pelos interstícios das taboas. As construções subterrâneas, as galerias de drenagem são da mesma espécie conscienciosa de estrutura. O solo adjacente a esses condutos invisíveis está podre de extravasamentos antigos. Uma vala que se abra nas ruas da cidade é como se descobrisse uma cloaca negra. A terra é preta como piche, como ventre de um túmulo a descoberto. O sistema intestinal do Rio de Janeiro sofre de uma fabulosa dispepsia de obstruções de toda espécie, feita de impedimentos sólidos e gasosos: uma cousa de horrorizar ao pensar, como aquele conhecido conto do inferno nauseabundo na *Divina Comédia*. Aqui e ali há sofrimentos pavorosos nesses intestinos das ruas. Uma espécie de diátese incalculável de tifilite rebenta ao correr das tripas, enchendo de podridões deslocadas e estagnadas as cavidades obscuras e ignoradas do chão.

E ninguém parece saber disso, que ninguém ignora. E vêm as epidemias anuais e exploram-se as causas, razões e origens, e ninguém quer ver a única razão do mal, a única origem da peste, a causa única da insalubridade do clima da nossa capital, que é a criminosíssima inventora de toda essa rede de

intoxicação que deixamos descrita, de toda essa habilíssima e colossal fábrica de miasmas e de pestes – a poderosa, a temida, a sempre esquecida e a sempre culpada companhia inglesa *City Improvements*.

O assunto não convida muito a insistir.

Aqui fazemos ponto.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 15 abr. 1891.

Crônica 02⁴⁹

Rio, 1 de maio de 1891.

Reapareceu com a timidez covarde de uma tentativa criminoso, a idéia da imigração chinesa. A triste lembrança ocorreu a alguns proprietários rurais do Estado do Rio de Janeiro, que, invejosos do êxito do trabalho livre em outros estados, não querem ver o mal de sua inferioridade na ausência de iniciativa, característico da famosa região que mandou à Câmara do falecido império vergonhosos protestos parlamentares contra o ato de 13 de Maio; não querem estudar esta e várias outras causas do mal que sofrem, e de que só eles são

⁴⁹ Idem, pag. 83

culpados, e pretendem concorrer com os que vão prosperamente, conseguindo a escandalosa maravilha da organização do regime da escravidão no seu país.

Estão se ninando, como diz o vulgo desabusado.

O que estes negregados conspiradores conseguirão é cobrir de vergonha o seu nome, e, em vez de socorro para as angústias dos seus interesses, o resultado do mais vazio e ridículo fiasco.

Estes candidatos à reorganização da escravocracia, como se vê por uma monumental exposição de motivos que fizeram acompanhar o requerimento ao Ministério da Agricultura, pedindo licença para a introdução dos chins, citam o exemplo de várias nações, a que nada temos que invejar, que fizeram a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, mediante o serviço agrícola dos chins. Não se lembram de que anos e anos são decorridos, e vai longe o tempo em que se podia livre do clamor da humanidade, buscar recurso na mais bárbara exploração da miséria das raças, a título de salvação industrial de um país.

Para lembrar o direito humano a esses semelhantes obcecados de espírito, houve entre nós a comemoração do dia 1º de Maio, o grande dia da solidariedade dos nacionalistas; houve principalmente o gravíssimo 1º de maio europeu do qual como a repercussão de um eco lúgubre nos vão chegando pouco e pouco as notícias mais trágicas.

Nas festas operárias, que no Rio de Janeiro se realizaram, tudo correu pacificamente, e, se alguma apóstrofe mais viva escapou aos oradores, não passou de palavras. Também as condições mil vezes melhores do operário em nosso país, mil vezes melhores que a do proletário europeu, não podem dar lugar a uma comemoração sombria da data dos socialistas. Na Europa, as apóstrofes dos oradores dos *meeting* se fizeram armas nas mãos dos operários, e, como sucedeu no ano passado, como provavelmente, com maior gravidade há de ser para o ano, a festa dos infelizes, o grande dia simbólico da união em protesto, ficou assinalado por copioso derramamento de sangue e tristíssimas partilhas de luto, entre viúvas e órfãos de muitos desgraçados mártires de um sonho de esperança.

Mártires da esperança! Os tempos variam. Houve antigamente os mártires da fé, os mártires modernos são os da esperança: quando chegar a vez dos mártires da caridade, quando for o dia dos mártires do amor do próximo, então estará fechado o ciclo dos heroísmos cardeais, e, nesse tempo, o mundo há de ser ainda muito infeliz, mas muito menos será do que outrora foi e do que tem sido até a atualidade.

Não parece, entretanto que venha muito próximo a época de um generoso regime de amor social. Se até o amor da pátria que, depois do amor da família, é a transição para o amor dos homens em geral ainda carece de propaganda para se afirmar. . .

Dão a este respeito feia amostra de desorganização de sentimentos no Brasil diversos escritores que fazendo coro com estrangeiros sem critério e sem

dignidade, têm a ousadia de concorrer para a difamação do seu país. Fora odioso colecionar exemplos; raro é o dia em que artigos sem preparo, sem conscienciosa consulta às condições de outros países não venham em nossa imprensa por um capricho de *pose* proclamando que somos os últimos homens da terra.

Ora senhores. Palavra de honra, e sem entusiasmo de chauvinismo, que é exatamente o contrário que nos parece se pode afirmar a nosso respeito à vista dos fatos. Não vamos até a estatística, cuja ponderação seria a nossa glória. Em rápido exame, mesmo, mas de boa fé, indaguem que povo mais do que o nosso, dispõe de condições para se poder dizer - o primeiro - geograficamente, moralmente, socialmente, politicamente, até economicamente, de todos os povos?

Fala-se do clima do Brasil. . . Como se o imenso, o generoso, o amplíssimo Brasil tivesse um clima único, a respeito do qual se pudesse formar juízo. . . Mas, de todos os climas, o clima do Rio de Janeiro, que comprometeu a reputação dos outros, é incomparavelmente superior ao da região romana da *malária*, ao clima de todo o Sul dos Estados Unidos do Norte, donde é originária a febre amarela, que passa por ser um privilégio do Brasil. E das devastações desses climas, para um juízo comparativo, ninguém se lembra. Critica-se a mortalidade da nossa Capital. Porque se não ladeia a crítica com a estatística dos falecimentos nas mais salubres capitais do Velho Mundo; onde o frio, o simples frio (que um jornalista entre nós já disse que é melhor do que o frio do Brasil porque. . . ao menos mata!) estabelecida a proporção numérica da população, faz três vezes mais vítimas do que as nossas febres? A *influenza*, a peste de Paris, que ainda hoje, como desde que apareceu, faz na capital francesa, tantas desgraças como a mais aterradora epidemia de febre que entre nós tenha lavrado, em vez de fazer o descrédito do clima parisiense, foi tratada como uma *blague* na França e os nossos *gommeux* do

bom gosto literário fizeram eco ingenuamente, ninguém se lembrando de quantas agonias desrespeitavam as lérias.

A respeito de condições econômicas, só considerando o futuro somos superiores.

Mas a superioridade garantida pelo nosso imediato futuro, é tão grande, tão deslumbrante, que em toda a Europa, da Inglaterra até a Rússia, esquecendo os preceitos da honorabilidade, da lealdade internacional, o que mais é esquecendo regras elementares da honestidade pessoal, agita-se uma monstruosa campanha de falsidades, de mentiras, cujo fim é impedir a imigração para o Brasil, mobilização de braços que deve produzir a rápida organização de nossas riquezas.

A Europa adivinha e tem medo desse progresso, porque, atraídos por ele, emigraram literalmente os povos já muito desfalcados pela imigração no Brasil; e os tiranos europeus ficariam sem gente para tyrannizar.

A respeito das nossas condições morais, sociais e políticas, então, nada mais é preciso do que, da parte do nacional, esquecer o vezo da maledicência contra si mesmo; da parte do estrangeiro aqui residente, reprimir os sentimentos indignos de ingratidão de que alguns são possuídos – e uns e outros abrirem os olhos. A evidência clama por ser reconhecida.

Por supérflua demonstração da superioridade moral do nosso povo, em cujo contato só têm a lucrar todos os outros povos, somente pedíamos aos jornalistas brasileiros, noticiando falcatuas, roubos, assassinatos cometidos aqui mesmo no Brasil tivessem o escrúpulo patriótico de declarar a nacionalidade do criminoso.

Este cuidado aplicado aos próprios horrores da escravidão, no Brasil produziria uma interessante revelação para a crítica da índole brasileira.

Em anistia do estado em que se acham dous países com os quais temos íntimas relações, e entre os quais não seria mau estabelecer positivamente a nossa situação, transcrevemos aqui duas notícias que a imprensa publicou em a última semana.

El-Dia de La Plata, República Argentina, pinta assim o estado econômico desta nação: pretender esconder a gravidade da situação é inútil. O povo argentino sofre: há necessidades e penúria em casa da gente remediada; há fome em casa do pobre. Na Plata, por exemplo, a penúria chegou ao período agudo.

Cento e trinta empregados foram executados judicialmente e têm os míseros ordenados penhorados por aluguéis de casa ou adiantamentos de víveres. A diretoria das águas correntes principia a receber pedidos de suspensão de serviço; isto quer dizer que o povo está reduzido ao extremo de beber água declarada má. As ferrarias, as carpintarias, as serrarias, as lojas de pintores, os armazéns de atacado, os cafés fecharam-se quase todos. As fábricas de carros e carroças só trabalham a metade do dia, pagando os oficiais por hora, não querendo responsabilizar-se por falta de trabalho contínuo durante um dia.

Poucos são os que não venderam carros (!) e cavalos (!!), que não despediram criados, ficando com o estritamente necessário para não morrerem de fome.

Agora Portugal.

Um jornal de Lisboa, estudando o assunto, indicou as seguintes causas determinantes da imigração:

“1ª. A décima de juros, que faz encarecer o aluguel dos capitais de que se venha a precisar;

“2ª. A prepotência das autoridades locais, e o favor dados aos chefes eleitorais;

“3ª. As barreiras municipais, as décimas, a multiplicidade dos impostos e a ignorância do tempo em que devem ser lançados;

“4ª. Os excessivos direitos sobre o consumo do vinho, da aguardente, do vinagre, do azeite, da carne fresca ou salgada, e de quase todos os seus produtos;

“5ª. Peias ao trânsito no país, o recrutamento e seus escandalosos abusos;

“6ª. A chicana da justiça e os vexames da fiscalização;

“7ª. As dificuldades opostas à entrada dos cereais estrangeiros;

“8ª. Os tributos diretos lançados sobre as rendas ou capitais inferiores a 20\$000 por ano.

Com a atual carestia do pão e todos os outros víveres, infalivelmente deve padecer horrorosamente toda a indústria, seja ela de que natureza for. Para se desconhecer esse fato incontestável, extraordinário deve ser a obcecação.”

E para frisar bem até onde vai o sofrimento ocasionado por esses males, refere:

“Há poucos anos fora coletada em 62 rs. uma mulher pobríssima, que tinha duas crianças e ganhava a sua vida a fazer carretos em Gaia. Foi de 62 rs. a sua décima suntuária, porque habitava um pequeno *cortelho* de que pagava 400 rs. mensais.

Essa enorme quantia foi relaxada! Com selos e custos elevou a quatro mil e setenta. Para pagar foi-lhe penhorado um porco, que se vendeu por 5\$050 rs. e que ela engordava, para pagar o triste aluguel que estava devendo!!!”

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 10 de maio 1891.

Crônica 03⁵⁰

Rio, 15 de julho de 1891

Esta senhora república está desandando na borracheira mais cínica de que se pode fazer idéia.

Realmente, não há arquivos da corrupção monárquica coisa que se compare em imoralidade audaciosa, afrontosa, com o que se tem visto nos últimos tempos da administração republicana do Brasil.

⁵⁰ Idem, p.. 99

A vergonha é tal, que numa folha que se conserva patrioticamente honrada e pura, embora infelizmente houvesse passado da propriedade de ativos e independentes cidadãos para as mãos de falsificadores possíveis de opinião pública em proveito dos seus negócios, supondo o governo morto, pelo descrédito, e vendo em risco conveniências íntimas dos seus proprietários e pendente do favor governamental, julgou chegada a hora de francamente prostituir-se e aceitou em suas colunas uma comédia de apoio ministerial, engendrado, ao que se diz, por um jornalista *ad-hoc*, estranho à casa, mercenário conhecido das infinitas bravuras com que brilhou na imprensa escravocrata dos tempos de Coelho Bastos.

Fazem bem os republicanos puros que vão morrendo, como, ainda há pouco, Silva Jardim, e agora mesmo o honradíssimo Dr. Júlio Diniz. Vão escapando à cruel necessidade de se envergonharem da degradação da República.

O governo não é atualmente o que esses idealistas sonharam: a distribuição equitativa dos interesses na sociedade e zelosa assistência das necessidades públicas: não é administração, nem sequer política; é uma feira desavergonhada de empregos.

Para fazer a crônica do tempo, não há que colher assunto. Os assuntos se impõem brutalmente; os assuntos, ou antes, o assunto, veemente, rumoroso o único que enche a atualidade e que se pode incisivamente resumir em três palavras: escândalo, escândalo e escândalo.

Ontem o escândalo *Saneamento*, hoje, o escândalo *Metropolitana*; e amanhã um escândalo qualquer, sob qualquer denominação, como anteontem era

qualquer escândalo que não vale mais a pena recordar. O escândalo administrativo é a ordem do dia e ainda se não pode dizer quando deixará de sê-lo.

Esta história de *Saneamento* é uma alta cavalaria com que sonharam, por inspiração do demônio da cobiça, dois ilustres e honrados médicos fluminenses, cansados, afinal de ser só ilustres e honrados, e querendo, de um dia para o outro, ser celebérrimos e nababos.

Para esse fim, cogitaram propor e propuseram um projeto de saneamento da capital da República; o qual retira dos cofres municipais, em cerca de 50 anos, cerca de duzentos mil contos (200.000.000\$000) por prestações semestrais; e enquanto reduz a população à miséria, graças aos outros demais impostos, que pelo município serão lançados para fazer frente a tais despesas, garante-nos a permanência, no subsolo do Rio de Janeiro, de todas as causas de insalubridade que nele se encerram, principalmente no que diz respeito a esgotos; fingindo, entretanto, prestar imenso serviço, com umas maravilhosas calçadas de cimento pelas ruas, e uns poços de drenagem, ou enxugo da terra, cuja eficácia não há profissional que ouse garantir.

O mais horrível, todavia, não é que o projeto seja insuficiente, quase nulo, sob o ponto de vista higiênico. O que assombra e espanta a população desta cidade, é que tais pretensos senadores agarram-se com tal fúria às exageradas garantias financeiras do *negócio*, que nenhum ingênuo poderia vacilar em reconhecer de pronto que o que o *saneamento* tem em vista, é muito menos a conveniência pública da salubridade, do que a inconveniência particular de um torpe assalto ao dinheiro do povo.

E esta famosíssima e estrondosa patota, que fez o horror da opinião pública e que foi depois maravilhar os membros do Congresso Nacional, passou no

honrado conceito da Intendência Municipal que ora faz as delícias da população fluminense; e encontrou um Ministro do Interior bastante acima do clamor público para cobri-la com o seu alto favor e aprová-la.

Este vergonhosíssimo contrato, promovido pelos mesmos contratantes, já uma vez tentou triunfar perante o governo da República. Foi sob o Governo Provisório. Mas, a patota saiu corrida a pontapés das Secretarias do Interior e da Fazenda onde se introduzira. A advocacia administrativa, que, depois, seria mais feliz, só alcançou então um triste desastre.

Nessa primeira investida, os contratantes (havia alguma diferença no contrato e em sua importância) não se constituíam, como agora, empreiteiros da Intendência, pagos a tanto por semestre. Encarregavam-se das obras saneadoras e das despesas, e pediam por isso ao governo, com o monopólio de uma porção de cousas rendosas que explorariam, garantia de juros para o capital que iam arranjar e que empregariam.

Eis como o Ministro da Fazenda em parecer especial de Rui Barbosa, depois de condenar a proposta sobre informação técnica, por ineficaz, julgou dessa vez os compromissos que dela decorriam para o Estado:

“... Dizem-nos os pretendentes que essa garantia será puramente nominal.....

.....

.....

“Demos, porém, de barato, por momentos que esta o seja. Ainda assim, seria perigosa e funesta. Uma garantia de juros pesa sempre sobre o crédito, ainda quando não pese sobre o orçamento. E esta é tal, tão inaudita, tão monstruosa, tão desproporcionada ao fim, tão fabulosa, se a compararmos à estreita extensão de território que ela tem de beneficiar e às necessidades de todo o país medidas por essa craveira gigantesca, que ainda quando um real se nos desviasse do Tesouro, por esse compromisso, incalculável seria sempre a soma de prejuízos ocasionados pela repercussão dele na reputação financeira do governo republicano.

“Uma garantia sobre duzentos e quarenta mil contos para o saneamento de uma cidade seria arrojo tão desmesurado, fenômeno tão pasmoso na história da proteção de Estado a empresas particulares, que os simples Algarismos bastariam para assombrar e espavorir o capital estrangeiro, notavelmente inclinado agora a demandar emprego no Brasil. Os capitalistas europeus entrariam, com razão, a desconfiar do siso da administração pública, num país que, em qualquer tempo, quanto mais nos dias imediatos a uma revolução e num período de reconstrução das suas finanças, se abalançasse a afiançar despesas, como essa, de uma magnificência verdadeiramente nacional, de uma habilidade realmente fantástica, a uma só empresa, para transformar apenas a sua metrópole. Perguntariam a que somas inacessíveis o cálculo não seria preciso levar as garantias de juro, para acudir às necessidades do nosso desenvolvimento na imensa área de um país de extensão deste, a pedir por toda a parte povoamento, colonização, estradas, trabalho, capital. E, como onde tudo se garante nada está garantido, essa garantia imprevidente e perdulária não só impossibilitaria outras garantias futuras, correspondentes a necessidades impreteríveis, quais as da viação nacional, como deixaria abaladas as garantias existentes.

“Mas, ainda fechando os olhos à perspectiva certa deste perigo, outras questões, qual a qual mais grave, suscita este projeto.

Primeiramente, tem o governo federal o direito de, com a mesma mão com que acaba de dar aos Estados Unidos do Brasil a carta da descentralização federativa, assumir a responsabilidade desta absorção, que a monarquia não ousou em proporções menores, de todas as forças do país nos interesses da sua capital, ainda que esse benefício seja nacional até certo ponto? Estarão os Estados dispostos a subscrever este ato de renúnciação de tamanha parte da sua substância em vantagem do Rio de Janeiro?...”

Nestes termos, afirmava-se o pânico do Tesouro Federal, diante da simples perspectiva de garantir nominalmente os juros de uma empresa orçada em duzentos e quarenta mil contos.

Agora, a Intendência do Rio de Janeiro e o governo resolvem que há recursos nos cofres municipais, não para simples garantia nominal, mas para pagamento efetivo de quase igual soma.

E para o mesmo fim, afora diferenças superficiais, que por impropriedades o governo federal tinha condenado.

A questão da *Metropolitana*, a qual nos temos referido, é outra de gloriosa.

Todos os recantos do Rio de Janeiro e os mais interessantes pontos das montanhas próximas, se acham servidos de meios de transporte. Insuficiente, é verdade; mas, com o surpreendente acréscimo de população que tem tido esta cidade, não há espécie de comodidade pública que possa satisfazer no momento

todas as exigências. Com os esforços que fazem os encarregados de suprir essas exigências e com a baixa que necessariamente há de seguir-se à atual plethora de habitantes no Rio de Janeiro, tudo promete remediar-se em pouco tempo.

E, assim como não há *bonds* que nos cheguem hoje, nem casas de moradia, em breve podemos ter de sobra casas e *bonds*.

Pois, um sindicato de homens de dinheiro, rodeando um emigrado argentino, que, de algum tempo a esta parte, traz em rebuliço o mundo das empresas, apresentou-se para salvar-nos da insuficiência do serviço do transporte urbano, caso continue a falta, ou melhorar a suficiência do mesmo, caso se constate que o que temos a respeito é quantitativamente o bastante. Pediram estes senhores que se lhes concedesse uma estrada de ferro aérea e elétrica que percorresse todas as montanhas dos arredores do Rio de Janeiro. A estrada que chamaram *Metropolitana*.

As companhias de *bonds*, com interesse no morro de Santa Teresa e na Tijuca, protestaram. Agitou-se uma imensa questão de zonas e de direitos da municipalidade ou do governo federal, para fazer a concessão da *Metropolitana*; houve descompostura pelos jornais. Afinal, o Sr. Lucena entendeu que a questão apesar de municipal, competia ao governo geral decidi-la, e decidiu que não havia privilégio de zona para as companhias de *bonds* do município. Uma embrulhada que deu lugar à vitória do sindicato da estrada de ferro das montanhas.

Pensava-se, porém, que o árbitro protetor da *Metropolitana* ficasse no tumulto administrativo da inconstitucionalidade da concessão e na violência ao direito inconcusso das companhias às zonas servidas por seus trilhos. A opinião pública dormitava, então, a respeito e deixava que os interessados de parte a parte travassem luta, acreditando que entre a concessão da *Metropolitana*, e as obras da

Metropolitana, muito tínhamos ainda que ver. Afinal, mesmo se a *Metropolitana* fosse avante, a consequência das irregularidades iniciais dessa concessão podiam ser compensadas pelo aumento de recursos da viação pública no Rio de Janeiro.

Agora imaginem que, contra esta relativa anistia com que o espírito público contemplava essa abusiva concessão, como um ousado e irônico desafio, levantava-se a incrível afronta de, sem mais nem menos, se a exposição de um plano de obras, de um estudo preparatório, que informasse o público sem um simples aviso, a companhia *Metropolitana*, de costas quentes, emparedar em altas e possantes taboadas, a caixa d'água da Carioca, fechando o proveito público esse socorro para que a cidade apela nas constantes secas que nos afligem; e ameaçar e intimidar a população desse soberbo monumento tradicional de arquitetura e da engenharia brasileira, estampando, ao alto do colosso granítico da Carioca, um ostentoso letreiro com a declaração – *Estrada de Ferro Metropolitana – Estação Central!*

Contra essa revoltante usurpação de uma serventia pública, respeitável pela imensa utilidade e pelo respeito tradicional que merece, contra este esbulho de uma propriedade comum, realizado, de mais a mais, com o agravante da surpresa, característico dos assaltos de beira de estrada, reina na população do Rio de Janeiro, um sentimento geral da indignação.

Pretende-se cometer o crime de arrasar a caixa d'água? Pretende-se apenas demoli-la em parte, para aproveitar o restante como base à edificação suspensa da Estação Central da *Metropolitana*?

Não se sabe ao certo.

Enche, porém, agora a consciência pública a convicção de que este negócio da *Metropolitana* é um intolerável desaforo e de que o emparedamento da

Carioca para qualquer fim que exista é simplesmente a fachada de um espantoso edifício de corrupção administrativa.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 19 jul. 1891.

Crônica 04⁵¹

Rio, 19 de julho de 1892.

É preciso prosseguir.

Alerta, brasileiros!

A postos o patriotismo, a postos a mocidade, a postos os tribunos do povo.

A vil intriga *gringa* continua a lavrar por esse grande e infeliz Estado de São Paulo. Pelas notícias que temos, tenta já levar a Campinas a indignidade dos seus enredos. Por outro lado, entre a gente séria, erigem-se extravagâncias portentosas, como essa ameaçadora pretensão da sociedade *Pró Pátria* – de se organizar militarmente.

Os sintomas da decomposição nacional vão florescendo em São Paulo com uma impetuosidade que nem podia razoavelmente ser prevista.

⁵¹ Idem, p. 220

Não contra a baixa intriga, que só pode ter como consequência insignificantes, conflitos, mas energicamente, contra os sérios indícios da próxima crise social que está para vir é tempo de organizar a defesa.

Levante-se a defesa nacional, que o momento é gravíssimo. Estamos ainda em tempo de nos salvar – mas é chegada a hora da resolução.

Guerra, toda guerra à especulação imigrantista. Os moços de talento e caráter dêem o exemplo da propaganda; os velhos beneméritos. Abolicionistas, que tão nobremente representaram a consciência da pátria diante do escravismo, retomem as armas gloriosas da antiga dedicação e congreguem-se de novo contra a nova humilhação perante o mundo, que a estupidez, a inércia, ou a ganância de alguns patrícios nossos, de sociedade com finórios e irônicos empreendedores estrangeiros, ao Brasil está preparando. Concentre-se na meditação desprevenida da verdade a inteligência legislativa da República.

Nada de contratos de introdução de imigrantes em massa. É uma parvoíce, que tem no bojo a calamidade.

Nada de introdução em massa de populações que não sabem bastante a que vêm, que pensam talvez honradamente que chegam a lavrar a terra; mas que a fatalidade natural das cousas vai armar para a política de subversão.

Atentem para a realidade os brasileiros. A forma republicana, que é a nossa legítima constituição de povo autônomo diante dos povos, os mais graves embaraços que vai encontrando, encontra-os justamente nos centros de aglomeração de estrangeiros. Passe-se em revista a nossa geografia política.

A desordenada condensação de elementos semelhantes, vai-nos insurgir por fim a obstrução suprema da morte.

O Brasil carece sem dúvida, absolutamente, da cooperação estrangeira para o seu progresso; precisa necessariamente da recomposição fortificante do sangue do seu povo pela aliança consangüínea com outros povos. Mas não precisa progredir até rebentar, nem recompor-se até ao esfacelamento.

Repilamos corajosamente toda espécie de *Danaos*, *dona ferentes*; arremessemos por cima dos muros da cidade, o cavalo de Tróia da panacéia colonizadora, que, como a conduzem, é apenas a negregada importação (à nossa custa!) do suicídio nacional.

A República Argentina esfaima-se por imigrantes. Que os tenha. Sua alma, sua palma. E, depois, a justa verdade é talvez que com a larga distribuição dos seus areais estéreis ou roubados serão os que entrarem na partilha. Mas, o Brasil – tem o que perder.

Regamos a consciência do que somos. Sem grande pretensão.

- Isto é um país de burros! disse em solene discurso um famoso imigrado do Rio da Prata. Seja! Mas comecemos a mostrar um pouco a burrice indígena pelo lado brioso dos couces: basta de oferecê-la imbecilmente, como tem sido a regra, pelo lado aviltante do cabresto.

Quando se trata com o Brasil, a cobiça estrangeira chega a ser até ingênua e cândida.

Veja-se como se lembrou Portugal de nos propor adoravelmente um tratado de comércio, pelo qual, *com vantagem igual* para as duas partes contratantes, nos obrigássemos nós a mandar por Lisboa, livre de direitos, todo o café e açúcar que exportamos para a Europa; e *reciprocamente* Portugal se obrigasse a aliviar os direitos de exportação dos vinhos que nos remete e ainda mais de quanto vinho e um sem-número de mercadorias que – pagando a Portugal o

razoável direito de entrada – a indústria européia para aproveitar-se do tratado quisesse pelo velho reino mandar para aqui. Veja-se a inocência com que a estrada inglesa que tão mau serviço presta ao Porto de Santos, requer o *direito* de construir nova linha através da zona de que dispõe: não pretendendo outra compensação (é enorme; compensação de quê?) senão a exploração por mais trinta anos do contrato que frui e o insignificante sacrifício de quantas empresas de viação para servir à grande estação marítima de São Paulo se projetam. Veja-se finalmente, o angélico supprassumo com que a legendária Companhia *City Improvements* desta capital, a criminosa geradora e mantenedora da febre amarela, acaba de pedir ao governo que, *como a baixa do câmbio tem prejudicado um pouco o banquete dos dividendos dos seus acionistas na Europa*, e prejuízos de câmbio é cousa que só pode fazer mal à gente do país – queira fazer o favorzinho de pagar-lhe as contas ao câmbio de 20.

A cobiça estrangeira tem toda a razão; porque quem é tolo pede a Deus que o mate a ao diabo que o carregue.

Mas, ser tolo como usamos ser é uma cruel vergonha.

E, a respeito de imigração, esta toleima e esta vergonha de pusilanimidade diante do estrangeiro toca às raias do crime.

Eles chegam; vão invadindo, vão ocupando, e nós – pagamos tudo ainda em cima.

Subvencionamos a ocupação do território nacional, como supremo socorro, por misericórdia, pagando e agradecendo.

Instauramos a prostituição incestuosa da pátria, como se pagam e se agradecem as carícias másculas de boa vontade aos encantos, quinquagenários de uma matrona sem consolo.

Não! É preciso pôr cobro a esta derrubada indigna que por inadvertência vamos preparando contra o futuro da nação. Um triste dia, o edifício exterior das nossas ilusões de progresso não poderá mais resistir e tudo isso, consumada a obra de sapa dos nossos traiçoeiros inimigos, graças à cumplicidade de nossa incúria, ruirá em poeira.

Reparem como está sempre à frente de cada grande arranjo imigratório um estrangeiro atilado e iligente. O nacional que se associa é o pamonha do editor responsável, a que uma ou outra vez se recorre, pra não dar na vista. Repare-se que os maiores entusiastas teóricos da imigração a rodo são os estrangeiros. Com certeza! Que lhes importa que leve a breca esta organização eventual de sociedade que se chama Brasil?

O planeta em qualquer ponto sob qualquer denominação geográfica, há de ser sempre povoado por alguém...

Mas nós, brasileiros, temos o dever natural, humano, histórico, de acordo com o instinto de conservação das raças e das nações, de lutar e reagir por honra do nosso sangue, aspirando por uma destinação social na face do planeta, que não pode ser a destinação miserável do extermínio.

E é preciso cuidar disso quanto antes. Os nossos adversários naturais acolherão talvez com um sorriso esse grande apelo em nome do instinto de conservação. Não nos preocupe o menospreço.

A fatalidade tem a sua justiça. Mas a vitória é preciso que todos a disputem.

Desviando-nos desse estúpido empenho com que nos temos comprometido de entregar a pátria manietada à possibilidade de todos os ultrajes, condenando energicamente o sistema de imigração subvencionada e ainda mais em grande escala, conforme a parvoíce dos palavrões tem recomendado, não nos sarreçemos de que a imigração natural, a escolhida, a verdadeira, a espontânea nos venha a faltar.

Não faltará. Espontaneamente que ela nos procure, virá sempre e virá tanta, ainda assim, que essa mesmo será preciso que a aproveitemos com toda a cautela...

A fome, a vasta miséria da vida européia representa uma terrível força de impulsão e de expansão.

Eis o que extraímos a respeito da Itália, por exemplo, da última das soberbas revistas de jornais europeus que Jayme de Séguier manda periodicamente de Paris ao *Jornal do Comércio*:

O *ponto negro* da política européia é, como sabem, a Itália. Para se apreciar como convém a situação interna deste país, não é decerto às folhas francesas que se deve ir buscar informações necessariamente parciais. Quando, porém, uma revista da importância da *Deutsche Rundschau* insere um artigo firmado por um nome respeitado, no qual a situação econômica do referido país é estudada à fria luz do critério científico, não é lícito duvidar da seriedade desse estudo, tendo-se aliás em vista que ele emana de uma origem benevolente e simpática – a de nação aliada.

Do poderoso trabalho do Sr. Fischer conclui-se o seguinte: A Itália é uma decoração de teatro. A natureza e a arte conspiram nesse solo enganador para ocultar sob aparências deslumbrantes uma miséria real e profunda.

Os laranjais verdejantes disfarçam a esterilidade da terra; as estátuas, os quadros, os edifícios monumentais servem de capa à ruína das finanças públicas. Escreve o Sr. Fischer:

“ A quinta parte do território da Península não é idônea a nenhuma espécie de cultura e duas outras quintas partes são de qualidade medíocre.

Os contrafortes abruptos dos Alpes e dos Apeninos recobrem milhões de hectares onde vegetam pobremente florestas pouco densas, ao passo que nas regiões mais baixas outros milhões de hectares se acham ocupados por pântanos ou por terrenos de pasto onde a charrua não pode penetrar.

A imprevidência de cinqüenta gerações modificou o clima e comprometeu a salubridade do país. A desarborização das alturas tornou irregular o regímen das águas.

Superfícies de uma extensão imensa, outrora cobertas de searas opimas, acham-se agora submetidas a alternativas de inundações de seca e envenenavam a atmosfera com os germens da *malária*.

Uma defeituosa repartição do solo aumentou ainda o mal; além divide-se em parcelas minúsculas, de sorte que tantos em um como em outro caso, o capital escasseia a essas explorações demasiado vastas ou exíguas por demais.

Só a Escandinávia oferece exemplo de um país tão pouco favorecido pela natureza.

Juntem-se a isso os rigores de um fisco voraz e intratável os caprichos de uma política arruinadora e absurda, que despende centenas de milhões em

armamentos e couraçados monstruosos – e compreender-se-á a miséria que lavra nas populações rurais deste simpático e malfadado país.

“As habitações miseráveis, diz M. Fischer, onde vivem amontoadas as famílias dos operários rurais, não correspondem a regra nenhuma de decência ou de salubridade.

A alimentação deixa ainda mais a desejar. Apesar de sua extrema sobriedade, o camponês italiano não consegue eximir-se aos tormentos da fome com a magra ração que o seu trabalho lhe assegura.

Para reconstituírem as forças, exaustas por um labor excessivo, só se lhe oferece a farinha de milho, a *polenta*, a eterna *polenta*. Os documentos oficiais demonstram que em certas províncias os habitantes do campo não usam de outro alimento.

A *polenta*, porém, gera doenças que passam ao sangue da população inteira e que fazem com que se reconheça a região que se percorre.”

A mais vulgar dessas doenças é a *pellagra*, espécie de erisipela do que mais de cem mil pessoas estão atacadas.

Para escapar a todas estas calamidades acumuladas, a população foge para o estrangeiro. O número de emigrantes que orçava outrora por 20.000, elevou-se a 85.000 em 1886, a 127.000 em 1887, a 196.000 em 1888.

O paquete *Galileu*, que Edmundo de Amicis nos descreve no seu livro *Sull'Oceano*, pode ser considerado como o resumo vivo de todas as misérias da Itália.

“No convés do navio vêem-se reunidos: o campones das cercanias de mântua, que durante o verão põe a assar a sua provisão de caracóis pretos para não morrer de fome durante o inverno; o Lombardo, devorado pela febre, que para

ganhar uma lira por dia trabalha debaixo de um sol ardente nos arrozais empestados de exalações palustres; o Calabrês, habituado a alimentar-se com o pão feito de lentilhas bravas e que durante os anos maus come a erva dos campos e os rebentos das árvores; o boieiro da Basilicata, que para ir para o seu trabalho tem de andar todos os dias cinco ou seis quilômetros e que, quando a noite desce, dorme ao lado dos animais do rebanho, sobre o chão nu, em sua cabana miserável, sem chaminé e sem fogo.

O jornal francês que extrai os trechos precedentes da grande revista alemã observa que se a tríplice aliança ainda não matou ninguém nos campos de batalha, não deixa por isso de matar a fome milhares de pessoas e de constanger muitas outras mil a expatriarem-se para evitar igual sorte.

Brasileiros! Brasileiros! Não tendes jamais conhecido a fome. É isto talvez o segredo de vossa confiança inerte nas cousas.

Mas estai certos de que sob o aguilhão da fome, não somente não faltará nunca quem vos procure a partilhar dos privilegiados tesouros de vossa terra.

- Haverá perpetuamente no mundo a raiva de vo-los arrancarem.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 27 jul. 1892

Crônica 05

Rio, 30 de setembro de 1892.

Deve haver alguma surpresa por fora desta capital, de não partirem agora daqui as correspondências inçadas de gritos de alegria, noticiando sequer uma ligeira diferença para menos, no custo da vida – como tantas vezes tem seguido a rugir imprecações contra os horrores da carestia de todas as espécies de comércio.

O câmbio, o famoso pretexto da ganância audaciosa, melhorou. Como causa admissível dos excessos de preço, quando se agachava até 9, era muito natural que agora, que vai quase a 14, fornecesse motivo para um pequeno alívio das nossas aflições de bolso.

Era natural e era honesto.

Mas, no transtorno da consciência comercial, como desgraçadamente se criou entre nós, sobretudo com os últimos furores de fazer fortuna pelo jogo, o rigor dos naturais escrúpulos não é regra muito corrente.

Conseqüência: apesar de o câmbio enquanto mau, foi razão para a imediata, brutal e violenta instituição da carestia, por uma espécie de *grève* de negociantes, dá-se que não é absolutamente, à medida melhora, razão bastante para que a carestia cesse.

A carestia é ainda hoje a perseguição do povo nesta capital como o era ontem – o que podemos levar ao conhecimento dos leitores de cartas fluminenses, por menos que o creiam.

Como a modificação do câmbio, o preço do café do grande objeto de nossa exportação, do grande alimento de vida comercial do nosso exploradíssimo e

espoliadíssimo país (chama-se geralmente inexplorado este infeliz Brasil!) ressentiu-se imediatamente. Anda por quatorze e quinze mil réis, o que ainda há meses se avaliava em vinte e oito e trinta mil, no orçamento dos lucros do fazendeiro.

No mercado miúdo, porém, como não se trata mais de extorquir pechinchas de uma grande classe nacional, nos botequins, onde impera a ganância a varejo, como a exportação pelo sistema desta terra, impera a ganância por atacado – o preço insolente de cem réis a xícara, captação revoltante sobre a paciência pública, com os seus ares mansinhos de ninharia, o preço insolente da carestia perdura inabalável.

- Não temos nada com o câmbio! É o protesto agora de mercantilismo caradura... “O câmbio não pode influir de um dia para o outro”, é a sentença profunda de quanto Leroy-Beaulieu há por aí de pés em tamancos e caneta na orelha.

É uma sapientíssima verdade senhores financeiros do dó-ré-mi-fá-sol! O câmbio não pode influir imediatamente para a baixa dos preços: isto é um privilégio de ação fulminante que só lhe assiste quando se trata de arrancar a camisa e a pele ao mísero freguês.

Como um paliativo de efeito direto contra as atribulações da vida nacional, dentre as quais a famosa carestia é uma das mais impertinentes, (pensa-se ainda que o desenvolvimento da produção de um país por si só faz subir câmbios e barateia a vida do povo) acaba-se de inventar a panacéia da imigração chinesa.

Aí vem o chim!

O chim vai-nos carregar pelo rabicho, para o império celeste da prosperidade! A estagnação de estímulos sociais, que fez cessar a evolução do curiosíssimo povo asiático, como uma sociedade que chegou ao seu cúmulo, vai-se transformar para nós em repentina caudal de ímpetos para a frente; e em pouco não haverá represas de indolência e morosidade tímida, que nos detenham, de cambulhadas com esses ímpetos no caminho em rampa, senão positivamente a pique do progresso! O Yang-Tsi-Kiang, e o Amazonas, distraídos da geografia para a economia política, vão correr agora de mãos dadas campo afora, não mais como simples rios, cada um por seu lado pesado e macambúzio, mas como dous mitos fluviais da vertigem do industrialismo ovante!

Como ideal de esperanças fáceis não há negar que a perspectiva é risonha. Risonha até a galhofa. É preciso reconhecer que não faz nenhum mal à vista esse belo quadro de futuro que imaginamos entre o esplendor característico das paisagens da louça *pombinho* e os fidalgos embutidos das mesas de xarão, pelos cenários pitorescos de desenho nas latas de chá.

Como realidade de séria expectativa, é que não podemos aceitar a cousa sem mais exame.

Não será a imigração chinesa o restabelecimento a seu modo da escravidão, podendo muito cedo criar-nos a questão social de um novo abolicionismo?

Não terá o chim o inconveniente de reviver certos vícios de descuido e de inerte abandono que estragaram a direção da nossa lavoura sob regíme servil, chegando a generalizar-se depois para as outras classes com a instituição, por assim dizer, de uma casta única infeliz de trabalhadores, que carregava uma pirâmide fabulosa de parasitismo?

Não será essa importação da gente amarela, na proporção dos benefícios que promete da ordem material, um funesto, talvez irremediável obstáculo à feliz e completa organização étnica e moral do povo brasileiro?

Estas questões são de gravidade, e se impõem, no meio do alarido unânime que aclama a China a pátria incontestável do trabalho a valer, e o aproveitamento do braço chinês um verdadeiro milagre de restituição cirúrgica e plástica para a nossa lavoura, já poética e compassivamente chamada por alguém – Vênus de Milo.

A essas dúvidas, eis, entretanto, como nos respondeu um honrado político:: Tudo isso, meu amigo, são inconvenientes que podem nascer da utilização imprudente do recurso, mas que também podem ser evitados.

O que importa é reconhecer que o chim veio de alguma causa parecida com a necessidade histórica. A história tem de se realizar afinal pelo instinto. Obedecer às vastas manifestações mesmo grosseiras e irregulares das instintivas preferências da multidão, deve-se admitir nos casos ingentes como regra de acerto administrativo ou político.

É incontestável que, depois dos recentes desastres do inimimigracionismo em nosso país e mais particularmente no Estado de São Paulo, as preferências da vontade pública movida por instintivas apreensões, retrocedem de certos entusiasmos ingênuos que até há pouco as impeliam.

Está claro que à vista dos perigos que se nos atolham, em resultado do sistema de povoamento (melhor diríamos de abandono a outrem) no nosso território,

urgia absolutamente providenciar de qualquer maneira no sentido das precauções prudentes a bem do futuro.

Ora, a respeito da imigração subvencionada, depois do que nos tem feito experimentar a *melhor de todas*, a precaução a tomarmos em benefício do futuro, havia de ser a cessação absoluta do sistema ou num expediente médio que, sem o suprimir, o sofismasse.

Desde que se viu que não era possível convencer o Brasil de que não carecemos absolutamente de importar trabalhadores, pagar imigrantes, cujo concurso tem produzido perturbações, sem evitar absolutamente a ruína dos nossos orçamentos, tentam sofismar a imigração, adotando um elemento novo que, pelo menos, não nos ameaçam formalmente, era o alvitre a seguir pelos nossos legisladores.

Assim foi que o chim apareceu a todos por uma série de motivos, sem desdouro para o velho povo asiático, como o sofisma salutar da imigração.

Esta concepção o faz aceitável por aqueles mesmos a quem só pensar na introdução de tal gente era um crime.

Bem pensado, por um sistema fácil de cautela e de honestidade, percebe-se que é possível prevenir, preparar de antemão o remédio contra os males que a introdução do colono asiático, pelas suas condições excepcionais de raça e de trabalho, nos possa causar. Quanto ao resto, quanto a costumes, por exemplo, não consta pelo menos que o chim use fazer política de estado noutro estado, nos países onde imigra. E isto, quando tantas surpresas más nos desacoroçoam, bastaria para que se lhe não fosse ferozmente avesso.